



Quarta-feira, 10 de Setembro de 2014

I Série – N.º 168

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 520,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries Kz: 470 615.00		
	A 1.ª série Kz: 277 900.00		
	A 2.ª série Kz: 145 500.00		
	A 3.ª série Kz: 115 470.00		

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 246/14:

Aprova o Estatuto Orgânico do Centro Ortopédico Regional de Reabilitação Polivalente de Viana. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 247/14:

Aprova o Estatuto Orgânico da Maternidade Lucrecia Paim. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 248/14:

Aprova sob regime contratual, o projecto de investimento «ESA — Engineering Services Angola, Limitada», no valor de USD 13.224.924,00, bem como o contrato de investimento.

Decreto Presidencial n.º 249/14:

Aprova o Acordo de Financiamento entre o Ministério das Finanças em representação da República de Angola e o Banco Internacional de Crédito — BIC, no valor global em Kwanzas de 30.000.000.000,00 e autoriza o Ministro das Finanças a proceder à assinatura do referido Acordo de Financiamento e toda a documentação relacionada com o mesmo, podendo subdelegar a outras entidades.

Decreto Presidencial n.º 250/14:

Autoriza o crédito adicional no montante de AKz: 123.000.000,00, para o pagamento das despesas relacionadas com o arrendamento de um imóvel para instalação da Unidade Orçamental — Procuradoria Militar.

Despacho Presidencial n.º 177/14:

Autoriza a despesa no valor de Kwanzas 3.144.796.604,00 para a construção do novo edifício sede do Supremo Tribunal Militar e a Procuradoria Militar das Forças Armadas Angolanas.

Despacho Presidencial n.º 178/14:

Extingue a Comissão Nacional para a Venda do Património Habitacional do Estado.

Assembleia Nacional

Resolução n.º 55/14:

Aprova para Adesão da República de Angola à Convenção Relativa ao Desenvolvimento Regional das Pescas do Golfo da Guiné (COREP).

Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

Decreto Executivo n.º 272/14:

Cria a Agência de Prestação de Serviços do Instituto Nacional de Segurança Social na Centralidade de Talatona no Município de Belas, Província de Luanda.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 1502/14:

Nomeia Zulmira João Mitange da Rocha para o cargo de Chefe do Posto de Atendimento Fiscal do Kilamba, da Direcção Nacional de Impostos, deste Ministério.

Ministério da Cultura

Despacho n.º 1503/14:

Determina que os Grupos Carnavalescos devem constituir-se como pessoas colectivas, observando o previsto pelo regime jurídico das associações privadas, aprovado pela Lei n.º 6/12, de 18 de Janeiro.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 246/14 de 10 de Setembro

Considerando que o artigo 31.º da Lei n.º 21-B/92, de 28 de Agosto, prevê a possibilidade dos hospitais adquirirem personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira a definir por lei;

Tendo em conta que o Decreto n.º 41/02, de 9 de Agosto, converte em Institutos Públicos os Hospitais Centrais, dotando-os de autonomia administrativa financeira e patrimonial;

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 260/10, de 19 de Novembro, que aprova o Regime Jurídico da Gestão Hospitalar define as Bases de Estruturação, Coordenação, Organização e Funcionamento dos Hospitais;

Havendo necessidade de se estabelecer e adequar as regras de organização e funcionamento do Centro Ortopédico Regional de Reabilitação Polivalente de Viana ao disposto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de Junho;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Estatuto Orgânico do Centro Ortopédico Regional de Reabilitação Polivalente de Viana, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 28 de Maio de 2014.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**ESTATUTO ORGÂNICO DO CENTRO
ORTOPÉDICO REGIONAL DE REABILITAÇÃO
POLIVALENTE DE VIANA**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Definição e natureza)

1. O Centro Ortopédico Regional de Reabilitação Polivalente de Viana é uma unidade hospitalar de nível terciário, especializada em medicina física e de reabilitação da rede hospitalar, integrado no Sistema Nacional de Saúde, vocacionado a prestação de cuidados de saúde as pessoas portadoras de deficiência e não só.

2. O Centro Ortopédico Regional de Reabilitação Polivalente de Viana é um Instituto Público do Sector Social, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja capacidade jurídica abrange todos os direitos e obrigações necessários ao cumprimento das suas atribuições.

ARTIGO 2.º
(Objectivos)

O Centro Ortopédico Regional de Reabilitação Polivalente de Viana tem os seguintes objectivos:

- a) Ajudar a pessoa portadora de deficiência e não só, ainda que com algumas limitações, a ter melhor qualidade de vida, garantir conforto, comodidade e prestar-lhes serviço da melhor qualidade possível;

- b) Ser reconhecido como a melhor opção de saúde, prevenção da doença, da incapacidade e da deficiência, e promoção do bem-estar e qualidade de vida dos seus utentes.

ARTIGO 3.º
(Princípios)

O Centro Ortopédico Regional de Reabilitação de Viana e os seus colaboradores no desenvolvimento da sua actuação rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Humanização na prestação de serviços;
- b) Ética e deontologia profissional;
- c) Respeito pelas diferenças;
- d) Comprometimento dos seus funcionários com os valores do Centro;
- e) Valorização, capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos;
- f) Trabalho em equipa multidisciplinar e multiprofissional;
- g) Zelo com o património público;
- h) Pontualidade.

ARTIGO 4.º
(Atribuições)

O Centro Ortopédico Regional de Reabilitação de Viana tem as seguintes atribuições:

- a) Assegurar aos seus utentes, serviços que permitam a sua recuperação nas melhores condições;
- b) Prestar assistência médica, medicamentos, enfermagem, actos cirúrgicos, outros cuidados e procedimentos no âmbito da medicina de reabilitação aos utentes;
- c) Promover acções que visem a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e torná-los útilmente a sociedade;
- d) Desenvolver acções de assistência social, psicológica e humana aos utentes e seus familiares, com o objectivo de que estas constituírem factor indispensável à reabilitação;
- e) Dinamizar e mobilizar mecanismos adequados para o transporte, internamento e/ou semi-internamento para os utentes;
- f) Participar na elaboração de planos gerais que visem a prevenção de doenças altamente invalidantes;
- g) Promover campanhas de educação para a saúde dos utentes e seus familiares;
- h) Promover a actualização de técnicas e procedimentos em reabilitação;
- i) Assegurar a formação contínua e especialização dos seus quadros;
- j) Promover o intercâmbio entre as instituições que exercem actividades similares as do Centro;
- k) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 5.º
(Legislação aplicável)

O Centro Ortopédico Regional e de Reabilitação Polivalente de Viana rege-se, entre outros Diplomas, pelo presente Estatuto e pela seguinte legislação:

- a) Lei n.º 21-B/92, de 28 de Agosto, sobre as Bases do Sistema Nacional de Saúde;
- b) Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto, que estabelece as Regras de Criação, Estruturação, Organização e Extinção dos Serviços da Administração Central do Estado e demais organismos legalmente equiparados;
- c) Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de Junho, que estabelece as Regras de Criação, Estruturação e Funcionamento dos Institutos Públicos;
- d) Decreto Presidencial n.º 260/10, de 19 de Novembro, sobre o Regime Jurídico da Gestão Hospitalar;
- e) Decreto n.º 41/02, de 9 de Agosto, que transforma algumas Instituições Sanitárias em Institutos Públicos;
- f) Decreto n.º 54/03, de 5 de Agosto, que define o Regulamento Geral das Unidades Sanitárias do Serviço Nacional de Saúde.

ARTIGO 6.º
(Tutela e superintendência)

O Centro Ortopédico e de Reabilitação Polivalente de Viana funciona sob tutela e superintendência do Ministério da Saúde, exercidas nos termos da lei.

CAPÍTULO II
Organização em Geral

ARTIGO 7.º
(Estrutura orgânica)

A estrutura orgânica do Centro Ortopédico Regional e de Reabilitação Polivalente de Viana compreende os seguintes órgãos e serviços:

- 1. Órgão Deliberativo:
Conselho Directivo.
- 2. Órgãos de Direcção:
 - a) Director Geral;
 - b) Direcção Clínica;
 - c) Direcção de Enfermagem;
 - d) Direcção Técnica;
 - e) Direcção Pedagógica e Científica;
 - f) Administração.
- 3. Órgão Consultivo:
Conselho Geral.
- 4. Órgão de Fiscalização:
Conselho Fiscal.
- 5. Órgãos de Apoio Técnico:
 - a) Conselho Clínico;
 - b) Conselho de Enfermagem;

- c) Conselho Técnico;
- d) Conselho Pedagógico e Científico;
- e) Conselho Administrativo.
- 6. Comissões Especializadas:
 - a) Comissão de Ética e Deontologia;
 - b) Comissão de Controlo de Infecção Hospitalar;
 - c) Comissão de Farmácia e Terapêutica;
 - d) Comissão de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trabalho;
 - e) Comissão de Óbitos.

CAPÍTULO III
Organização em Especial

SECÇÃO I
Conselho Directivo

ARTIGO 8.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Directivo é o órgão deliberativo, composto pelos seguintes membros:

- a) Director Geral, que o preside;
- b) Director Clínico;
- c) Director de Enfermagem;
- d) Director Técnico;
- e) Director Pedagógico e Científico;
- f) Administrador.

2. O Presidente pode convidar para participar nas reuniões do Conselho Directivo quaisquer funcionário do Centro ou individualidades, cujo parecer entenda necessário.

3. O Conselho Directivo reúne-se ordinariamente de 3 (três) em 3 (três) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 9.º
(Competências)

O Conselho Directivo tem as seguintes competências:

- a) Aprovar o plano estratégico, os planos anuais e os documentos de prestação de contas;
- b) Aprovar o projecto de orçamento e as fontes de gerência a serem submetidos ao Órgão de Tutela;
- c) Aprovar os regulamentos internos;
- d) Apreçar previamente os projectos para celebração de contratos-programa internos e externos;
- e) Abordar todas as questões relacionadas com os aspectos estruturais, materiais e humanos que lhe sejam apresentadas pelos diversos órgãos do Centro ou por outras instâncias;
- f) Definir as linhas de orientação a que devem obedecer a organização e o funcionamento do Centro, nas áreas clínicas e não clínicas, propondo a criação de novos serviços, a extinção ou a modificação dos já existentes;

- g) Definir as regras atinentes à assistência prestada aos doentes, assegurar o funcionamento articulado dos serviços de assistência e garantir a qualidade e prontidão dos cuidados de saúde prestados pelo Centro;
- h) Promover a realização, sob proposta do Director Clínico, da avaliação externa do cumprimento das orientações clínicas relativas à prescrição de medicamentos e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bem como dos protocolos clínicos adequados às patologias mais frequentes, em colaboração com as ordens dos profissionais envolvidos e instituições nacionais e internacionais de índole científica de reconhecido mérito;
- i) Autorizar a introdução de novos medicamentos e de outros produtos de consumo do Centro com incidência significativa nos planos assistenciais e económicos;
- j) Aprovar a criação de comissões especializadas e a indicação dos seus integrantes e responsáveis;
- k) Velar para que a assistência no Centro seja desenvolvida dentro das normas éticas que presidem à assistência sanitária;
- l) Decidir sobre a realização de ensaios clínicos e terapêuticos, ouvida a Comissão de Ética e Deontologia, sem prejuízo das disposições aplicáveis;
- m) Controlar e dar respostas às queixas e reclamações que sejam formuladas pelos utentes sobre a assistência recebida, bem como determinar medidas sancionatórias no caso dos pagamentos irregulares realizados pelos doentes ao pessoal do Centro;
- n) Garantir a execução das políticas referentes aos recursos humanos, designadamente as relativas à sua admissão, nomeação, dispensa, avaliação, regime de trabalho e horário, faltas, formação, segurança e incentivos;
- o) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO II Director Geral

ARTIGO 10.º (Definição e provimento)

1. O Director Geral é uma individualidade de reconhecido mérito, com o grau académico de licenciatura, formação em gestão hospitalar, experiência e capacidade adequadas às funções a desempenhar no Centro.
2. O Director Geral é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 (três) anos renovável, por Despacho do Ministro da Saúde.

3. No exercício das suas funções, em caso de impedimento, o Director Geral é substituído pelo Director Adjunto.

ARTIGO 11.º (Competências)

1. O Director Geral tem as seguintes competências:

- a) Representar o Centro em juízo e fora dele;
- b) Coordenar e dirigir todas as actividades do Centro mediante a planificação, direcção, organização e avaliação do seu funcionamento no âmbito dos seus Departamentos, tendo em conta os serviços que presta;
- c) Executar as políticas e programas de saúde pública;
- d) Elaborar o plano estratégico e os planos anuais das actividades do Centro, incluindo os respectivos orçamentos, e submetê-los à aprovação do Conselho Directivo;
- e) Propor a nomeação e exoneração dos titulares dos cargos de direcção e chefia;
- f) Assinar o contrato de provimento de pessoal;
- g) Elaborar normas internas necessárias ao funcionamento dos serviços;
- h) Fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Centro;
- i) Exercer o poder disciplinar sobre todo o pessoal do seu serviço, independentemente do seu regime laboral;
- j) Prestar contas sobre o programa de trabalho e o seu cumprimento executado;
- k) Planificar e garantir a manutenção do Centro;
- l) Adoptar medidas para possibilitar a continuidade do funcionamento do Centro, especialmente em casos de calamidades, emergências e outras circunstâncias especiais;
- m) Celebrar contratos-programa internos e externos;
- n) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 12.º (Gabinete de Apoio ao Director Geral)

1. O Gabinete de Apoio ao Director Geral é órgão de apoio directo e pessoal que assegura a actividade do Director Geral no seu relacionamento com os órgãos e serviços internos do Centro e com outras entidades públicas ou privadas.
2. As funções de assessoria jurídica, marketing e cooperação internacional, gestão de informação e documentação estão integradas no Gabinete de Apoio ao Director Geral, dirigido por um Chefe de Gabinete com a categoria de Chefe de Departamento.
3. O Gabinete de Apoio ao Director Geral é composto por um secretário, um jurista, um técnico de marketing e cooperação internacional e um técnico de comunicação social.

ARTIGO 13.º
(Gabinete do Utente)

O Gabinete do Utente é o órgão de apoio ao Director Geral, ao qual compete o seguinte:

- a) Informar os utentes sobre os seus direitos e deveres relativos aos serviços de saúde;
- b) Sensibilizar os profissionais sobre a importância da qualidade dos serviços de saúde prestados ao utente;
- c) Receber e tramitar as reclamações, sugestões, queixas e elogios sobre o funcionamento e organização dos serviços e sobre o comportamento dos profissionais;
- d) Redigir as reclamações orais feitas nos termos da alínea anterior, quando os utentes não possam ou não saibam fazê-lo;
- e) Encaminhar ao Director Geral ou aos respectivos serviços as reclamações e sugestões dos utentes, com vista ao melhoramento da prestação de serviços;
- f) Efectuar o tratamento estatístico e a avaliação das exposições apresentadas;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO III
Direcção Clínica

ARTIGO 14.º
(Definição e composição)

1. A Direcção Clínica é o órgão encarregue de dirigir, coordenar e supervisionar todas as actividades dos serviços clínicos.

2. A Direcção Clínica é dirigida por um Director, escolhido dentre médicos especialistas de reconhecida idoneidade moral e cívica, do quadro permanente da carreira médica hospitalar, com a categoria de chefe de serviço ou se não existir, com a categoria inferior, pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde.

3. O Director Clínico do Centro é nomeado em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, por um período de 3 (três) anos renovável.

4. A Direcção Clínica são adstritos os seguintes serviços:

- a) Serviços Clínicos;
- b) Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica;
- c) Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico.

ARTIGO 15.º
(Competências do Director Clínico)

O Director Clínico tem as seguintes competências:

- a) Dirigir, supervisionar, coordenar e assegurar o funcionamento articulado dos serviços médicos e outros serviços clínicos, propondo ao Director Geral as medidas necessárias para o melhor funcionamento do Centro;
- b) Compatibilizar, do ponto de vista técnico, os planos de acção global do Centro;
- c) Detectar permanentemente, no rendimento assistencial global do Centro, os eventuais pontos de estrangulamento, tomando ou propondo medidas adequadas para o seu melhor funcionamento;

- d) Fomentar a ligação, articulação e colaboração entre os serviços de prestação de cuidados clínicos, com vista a ser obtido o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis, através de uma utilização não compartimentada da capacidade instalada;
- e) Resolver os conflitos que surjam entre os serviços de acção médica;
- f) Participar no processo de admissão e promoção do pessoal médico e de diagnóstico e terapêutica;
- g) Promover acções que valorizem o pessoal médico e de diagnóstico e terapêutica;
- h) Zelar pelo cumprimento dos programas ou normas nacionais sobre as patologias mais frequentes, garantindo o cumprimento dos respectivos protocolos clínicos, incluindo a prescrição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico aprovados;
- i) Coordenar a elaboração dos protocolos clínicos;
- j) Dar resposta as dúvidas que lhe sejam presentes sobre a deontologia médica;
- k) Aprovar medidas sobre o diagnóstico e o tratamento em cada serviço, assegurando a viabilidade, a qualidade e a relação custo-benefício da assistência, sempre que se mostre conveniente e não existam programas ou normas nacionais sobre a matéria;
- l) Desenvolver a implementação de instrumentos de garantia de qualidade técnica dos cuidados de saúde prestados aos utentes;
- m) Velar pela observância da ética e deontologia médica e decidir sobre qualquer dúvida ou omissão nessa matéria, enquanto se aguarda o competente pronunciamento da Comissão de Ética e Deontologia;
- n) Velar pelo desenvolvimento das carreiras médicas e de diagnóstico e terapêutica;
- o) Aprovar os planos de férias dos médicos e outros profissionais sob seu pelouro;
- p) Avaliar e aprovar as escalas de urgência e consultas externas do pessoal do seu pelouro;
- q) Colaborar com os demais órgãos do Centro nas actividades de formação de especialidade e investigação permanente;
- r) Emitir parecer técnico sobre as acções desenvolvidas nas áreas em todos os assuntos de interesse comum;
- s) Coordenar o processo de elaboração do plano de acção anual dos serviços sob sua responsabilidade;
- t) Elaborar os regulamentos internos dos serviços sob sua responsabilidade;
- u) Propor ao Director Geral a criação de comissões especializadas da sua esfera de actuação;
- v) Presidir o Conselho Clínico e as comissões especializadas que sejam criadas na sua esfera de actuação;

- w) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SUBSECÇÃO I
Serviços da Direcção Clínica

ARTIGO 16.º
(Serviços Clínicos)

1. Aos Serviços Clínicos incumbe, com a salvaguarda das competências técnicas e científicas atribuídas a outros serviços, planear e dirigir toda a actividade do respectivo serviço de acção médica, sendo responsável pela correcção e prontidão dos cuidados de saúde a prestar aos doentes, bem como pela utilização e eficiente aproveitamento dos recursos postos à sua disposição.

2. Os Serviços Clínicos são dirigidos por médicos ou técnicos especialistas dos correspondentes serviços, com o cargo de Director de Serviço, nomeados por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, de acordo com os requisitos estabelecidos nas respectivas carreiras profissionais e classificam-se em quatro grupos:

- a) Serviços de Ambulatórios, que compreende:
 - i. Consultas Externas;
 - ii. Hospital Dia.
- b) Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica, que compreende:
 - i. Laboratório de Análises Clínicas;
 - ii. Farmácia;
 - iii. Imagiologia;
 - iv. Bloco Operatório;
 - v. Esterilização.
- c) Serviços de Internamento que compreende:
 - i. Medicina;
 - ii. Cirurgia;
 - iii. Neurologia;
 - iv. Cardiologia;
 - v. Ortopedia;
 - vi. Pediatria;
 - vii. Unidade Terapêutica Intensiva (UTI).
- d) Serviço de Reabilitação, que compreende:
 - i. Acupunctura;
 - ii. Fonoaudiologia/Defectologia;
 - iii. Terapia Ocupacional;
 - iv. Psicologia Clínica.
- e) Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico.

ARTIGO 17.º
(Competências do Director dos Serviços Clínicos)

1. O Director dos Serviços Clínicos tem em especial, as seguintes competências:

- a) Elaborar o Regulamento Interno do Serviço;
- b) Definir a organização da prestação de cuidados de saúde e emitir orientar a observância das normas emitidas pelas entidades competentes;
- c) Elaborar o Plano Anual de Actividades e o Orçamento do Serviço;

- d) Analisar mensalmente os desvios verificando a actividade esperada e às verbas orçamentais, com o fim de corrigi-los ou, se necessário, propor as correctivas ao Director Clínico;
- e) Assegurar a produtividade e eficiência dos serviços de saúde prestados e proceder à sua avaliação sistemática;
- f) Promover a aplicação de programas de melhoria da qualidade e de produtividade, zelando pela melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde;
- g) Garantir a organização e constante actualização dos processos clínicos, através da revisão das rotinas de admissão e de alta, mantendo um sistema de codificação correcto e atempado das alturas;
- h) Propor ao Director Clínico a realização de actividades clínicas;
- i) Garantir a actualização das técnicas utilizadas, promovendo por si ou propondo aos órgãos competentes as iniciativas aconselháveis para a valorização do aperfeiçoamento e a formação profissional do pessoal em serviço;
- j) Organizar e supervisionar todas as actividades de formação e investigação;
- k) Tomar conhecimento e determinar as medidas a adoptar em resposta às reclamações apresentadas pelos utentes ao Centro;
- l) Coordenar toda a actividade do pessoal afectado aos serviços clínicos e técnicos;
- m) Assegurar a gestão adequada dos recursos humanos, incluindo a avaliação interna do desempenho global dos profissionais, dentro dos parâmetros estabelecidos;
- n) Promover a observância das leis, dos regulamentos e das normas aplicáveis, bem como o acompanhamento dos objectivos globais definidos;
- o) Garantir o registo atempado e correcto da contabilidade dos actos clínicos e providenciar a gestão dos bens e equipamentos do serviço;
- p) Assegurar a gestão adequada e o controlo do consumo dos produtos mais significativos, nomeadamente medicamentos e material clínico;
- q) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Director dos Serviços Clínicos pode delegar as suas competências noutros médicos especialistas do serviço, reservando para si o controlo da actividade do mesmo.

ARTIGO 18.º
(Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica)

- 1. Os Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica realizam os processos assistenciais próprios de cada uma das especialidades ou valências.
- 2. Os Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica agrupam o pessoal médico especializado e os respectivos

écnicos de diagnóstico e terapêutica, que desenvolvem as suas funções nas respectivas áreas de trabalho.

3. Os Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica são dirigidos por um médico nomeado, em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, por um período de 3 (três) anos renovável, sob proposta do Director Geral, dentre especialistas do correspondente serviço, o qual exerce o cargo de Director de Serviço de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica.

ARTIGO 19.º

(Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico)

1. O Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico é a área encarregue de coordenar o processo de recolha tratamento e disseminação centralizada da informação relativa à todos os doentes assistidos pelo Centro.

2. O Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico tem as seguintes competências:

- a) Registrar e codificar a entrada do utente no Centro, seja através dos Serviços de Consultas Externas, do Internamento, de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica ou de qualquer outra área;
- b) Traçar o percurso do doente no Centro até a sua saída e realizar a respectiva contabilidade;
- c) Produzir recomendações para os serviços e para os utentes sobre as formas mais eficientes e eficazes do funcionamento das diversas áreas do Centro;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 20.º

(Processos assistenciais)

1. Nos processos assistenciais intervêm directamente diferentes profissionais de saúde, nomeadamente:

- a) Médicos;
- b) Enfermeiros;
- c) Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica;
- d) Pessoal de Apoio Hospitalar.

2. Os processos assistenciais são da responsabilidade do médico, assistido pelo pessoal das carreiras mencionadas no número anterior.

SECÇÃO IV

Direcção de Enfermagem

ARTIGO 21.º

(Definição e composição)

1. A Direcção de Enfermagem é o órgão encarregue de dirigir, coordenar e supervisionar todas as actividades dos serviços de enfermagem.

2. A Direcção de Enfermagem é dirigida por um Director com o nível mínimo académico de bacharel em enfermagem.

3. O Director de Enfermagem é nomeado em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, por um período de 3 (três) anos renovável.

4. No exercício das suas funções, o Director de Enfermagem é coadjuvado por três supervisores, sendo um responsável pela Área do Internamento, outro para o Ambulatório e o outro para o Centro Cirúrgico.

5. O Director de Enfermagem é o responsável pelas actividades de enfermagem em todos os serviços, nomeadamente:

- a) Salas de Internamento;
- b) Serviços de Urgência e Consultas Externas;
- c) Bloco Operatório e Esterilização;
- d) Unidades de Cuidados Intensivos;
- e) Unidades de Cuidados Paliativos;
- f) Outras áreas de acordo com a Unidade hospitalar.

ARTIGO 22.º

(Objectivos dos Serviços de Enfermagem)

Os Serviços de Enfermagem prosseguem os seguintes objectivos:

- a) Prover assistência de enfermagem ao utente, por meio da utilização racional de procedimentos, de normas e rotinas, bem como de tratamento e terapêutica específico de enfermagem, num contexto multiprofissional;
- b) Assistir o utente, utilizando uma metodologia de trabalho, fundamentalmente representada pelos planos globais ou individuais de assistência.

ARTIGO 23.º

(Competências do Director de Enfermagem)

O Director de Enfermagem tem as seguintes competências:

- a) Dirigir, orientar, supervisionar e coordenar os serviços de enfermagem, velando pela correcção e qualidade técnica e humana dos cuidados prestados;
- b) Apoiar os enfermeiros responsáveis pelos serviços na elaboração e implementação de planos de trabalho, formação em serviço e de prestação de cuidados de saúde;
- c) Aprovar as escalas elaboradas pelos enfermeiros-chefes;
- d) Velar pela observância da ética e deontologia de enfermagem;
- e) Colaborar na resolução de conflitos do pessoal sob seu pelouro;
- f) Colaborar com o Director Pedagógico e Científico nos planos de formação dos enfermeiros;
- g) Velar pelo cumprimento da implementação das disposições constantes na carreira de enfermagem;
- h) Aprovar o plano de férias anual do pessoal sob seu pelouro;
- i) Coordenar a elaboração dos protocolos e rotina de enfermagem;
- j) Participar no processo de admissão e promoção do pessoal de enfermagem, em conformidade com a legislação em vigor sobre a respectiva carreira;
- k) Promover a actualização e a valorização profissional do pessoal de enfermagem;

- l) Colaborar com a direcção do Centro na elaboração e implementação de planos de acção, no domínio da actualização e valorização do pessoal de enfermagem;
- m) Definir padrões e indicadores de avaliação dos cuidados de enfermagem prestados;
- n) Presidir o Conselho de Enfermagem e a comissões especializadas que sejam criadas na sua esfera de actuação;
- o) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 24.º
(Enfermeiro Supervisor)

1. O Enfermeiro Supervisor é nomeado pelo Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, dentre enfermeiros com perfil e capacidade requeridos para o cargo.

2. Os Serviços de Enfermagem são supervisionados por enfermeiros responsáveis pelas seguintes áreas:

- a) Ambulatório;
- b) Internamento;
- c) Centro Cirúrgico.

3. O Enfermeiro Supervisor tem as seguintes competências:

- a) Colaborar com o Director de Enfermagem na definição dos padrões de enfermagem para a Instituição;
- b) Supervisionar os cuidados de enfermagem e coordenar tecnicamente a actividade de enfermagem nas suas respectivas áreas;
- c) Participar no processo de admissão de enfermeiros e na sua distribuição pelos serviços, tendo em conta as necessidades quantitativas e qualitativas;
- d) Avaliar os Enfermeiros Chefes e participar extensivamente na avaliação dos outros enfermeiros;
- e) Colaborar na preparação de planos de acção e respectivos relatórios das áreas e promover a utilização optimizada dos recursos, com especial relevo para o controlo dos consumos;
- f) Incrementar métodos de trabalho que favoreçam um melhor desempenho do pessoal de enfermagem e responsabilizar-se pela garantia da qualidade dos cuidados de enfermagem prestados nas respectivas áreas;
- g) Cumprir e fazer cumprir o Regulamento Interno de Enfermagem;
- h) Promover a divulgação da informação com interesse para o pessoal de enfermagem;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 25.º
(Enfermeiro-Chefe)

1. Cada Serviço Clínico conta com um Enfermeiro-Chefe, nomeado por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, escolhido dentre enfermeiros de reconhecido

mérito, experiência e capacidade adequadas ao serviço em causa.

2. O Enfermeiro-Chefe tem as seguintes competências:

- a) Programar as actividades de enfermagem e as obrigações específicas dos enfermeiros, como do pessoal de apoio hospitalar, e a sua responsabilidade;
- b) Colaborar na preparação do plano de acção, posta do respectivo orçamento e controlar a sua execução;
- c) Promover a utilização racional dos recursos económicos, dando particular atenção aos consumos e motivando nesse sentido o pessoal da Unidade;
- d) Propor medidas destinadas à adequação dos recursos disponíveis às necessidades, nomeadamente o processo de elaboração de horários e de férias;
- e) Acompanhar a visita médica fazendo a interpretação das indicações dadas pelo clínico;
- f) Manter a disciplina do pessoal sob sua orientação, assegurar o cumprimento integral do Regulamento Interno de Enfermagem;
- g) Distribuir tarefas concretas aos enfermeiros em função do horário de trabalho;
- h) Propor o nível e o tipo de qualificação exigida ao pessoal de enfermagem, em função dos cuidados de enfermagem a prestar;
- i) Elaborar as escalas de serviço e o plano de férias dos enfermeiros e do pessoal de apoio hospitalar, e a sua responsabilidade;
- j) Manter informado o Enfermeiro Supervisor sobre todos os assuntos relevantes do serviço;
- k) Elaborar e apresentar o relatório mensal, trimestral, semestral e anual ao Enfermeiro Supervisor da sua área;
- l) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 26.º
(Unidades de Enfermagem)

1. As Unidades de Enfermagem são grupos de enfermeiros de todas as categorias, hierarquicamente organizados em cada serviço, assegurando os cuidados de enfermagem, o cumprimento dos tratamentos prescritos e a realização dos exames complementares necessários.

2. As Unidades de Enfermagem desenvolvem as suas actividades em todas as áreas assistenciais, proporcionando de forma contínua cuidados de enfermagem aos doentes, sob orientação médica.

3. As Unidades de Enfermagem são dirigidas pelo Director de Enfermagem.

SECÇÃO V
Direcção Pedagógica e Científica

ARTIGO 27.º
(Definição e composição)

1. A Direcção Pedagógica e Científica é o órgão encarregue de dirigir, coordenar e supervisionar todas as unidades de formação e investigação.

2. A Direcção Pedagógica e Científica é dirigida por um Director, escolhido dentre médicos especialistas do Serviço Nacional de Saúde, com idoneidade cívica, moral e profissional reconhecida, de preferência com formação ou experiência na docência ou investigação.

3. O Director Pedagógico e Científico é nomeado em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Saúde, por um período de 3 (três) anos renovável, sob proposta do Director Geral.

4. No exercício das suas funções, o Director Pedagógico e Científico é coadjuvado por dois Chefes de Departamento.

ARTIGO 28.º
(Competências do Director Pedagógico e Científico)

O Director Pedagógico e Científico tem as seguintes competências:

- a) Promover a inserção das actividades de ensino, formação e investigação permanente para o pessoal dos diversos níveis, procurando articulá-las e harmonizá-las com as actividades clínicas e de prestação de cuidados de saúde;
- b) Dirigir o programa de internato médico complementar desenvolvido no Centro e coordenar as actividades com o Conselho Nacional de Especialização Pós-Graduada em Ciências Médicas e os Colégios de Especialidades da Ordem dos Médicos;
- c) Colaborar com os Directores Clínico, Técnico, de Enfermagem e com o Administrador em todas as iniciativas de ensino, formação e superação técnica dos quadros do Centro;
- d) Propor ao Conselho Directivo todas as medidas que julgar necessárias para o desenvolvimento das actividades da sua esfera de actuação;
- e) Coordenar e homologar os estágios profissionais;
- f) Representar o Centro, por delegação do Director Geral, junto das instituições de ensino ou investigação na Área das Ciências de Saúde;
- g) Presidir o Conselho Pedagógico-Científico e às comissões especializadas que sejam criadas para a realização de actividades de ensino ou investigação;

h) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 29.º
(Actividade docente e investigadora)

1. O Centro, em coordenação com os órgãos competentes, desenvolve 3 (três) tipos de formação:

- a) Formação inicial dos profissionais de saúde ou pré-graduação;
- b) Formação de pós-graduação especializada dos profissionais de saúde;
- c) Formação contínua para o pessoal (clínico, técnico, administrativo e de apoio ao Centro).

2. Para desenvolver as actividades de formação e investigação, o Centro pode estabelecer acordos com hospitais, universidades, escolas de enfermagem correspondentes, bem como outras instituições da área de ensino no País e no estrangeiro, em que são definidos o financiamento, o plano e o programa de estudos, o currículo de cada formação, o respectivo corpo docente e o mecanismo de certificação.

3. A formação especializada dos médicos rege-se pelo Regulamento dos Internatos Complementares.

ARTIGO 30.º
(Organização)

A Direcção Pedagógica e Científica compreende a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Pré e Pós-Graduação;
- b) Departamento de Formação Permanente e Investigação.

ARTIGO 31.º
(Departamento de Pré e Pós-Graduação)

1. O Departamento de Pré e Pós-Graduação tem as seguintes competências:

- a) Supervisionar as actividades relativas ao estágio dos profissionais de saúde desenvolvidas no Centro por instituições públicas e privadas de ensino;
- b) Manter actualizados os processos individuais dos formandos;
- c) Proporcionar apoio administrativo às actividades de pré e pós-graduação;
- d) Promover e preparar os aspectos administrativos e logísticos para a realização dos eventos científicos em coordenação com o Departamento de Formação e Investigação Permanente;
- e) Emitir pareceres sobre as actividades do Departamento;
- f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Pré e Pós-Graduação é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido dentre funcionários licenciados, nomeado em comissão de serviço, pelo Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Pré e Pós-Graduação compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Pré-Graduação;
- b) Secção de Pós-Graduação.

4. As Secções do Departamento são dirigidas por Chefes de Secção, nomeados em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, com habilitações mínimas a 12.^a Classe.

ARTIGO 32.º

(Departamento de Formação Permanente e Investigação)

1. O Departamento de Formação Permanente e Investigação tem as seguintes competências:

- a) Efectuar o levantamento sistemático e o diagnóstico de necessidades, de modo a responder às exigências de formação dos funcionários;
- b) Propor a definição, programar e acompanhar as acções de formação e de investigação permanente;
- c) Proporcionar apoio administrativo às actividades do Departamento;
- d) Promover e preparar os aspectos administrativos e logísticos para a realização dos eventos científicos;
- e) Emitir pareceres sobre as actividades do Departamento;
- f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Formação Permanente e Investigação é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido dentre funcionários licenciados, nomeado em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Formação Permanente e Investigação compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Formação Permanente;
- b) Secção de Investigação.

4. As Secções do Departamento são dirigidas por Chefes de Secção, nomeados em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, com habilitações mínimas a 12.^a Classe.

SECÇÃO VI
Direcção TécnicaARTIGO 33.º
(Definição e composição)

1. A Direcção Técnica é o órgão encarregue de dirigir, coordenar e supervisionar todas as actividades dos serviços técnicos.

2. A Direcção Técnica é dirigida por um Director, escolhido dentre técnicos nacionais de reconhecida idoneidade moral e técnica com o currículo adequado às funções requeridas, de preferência com formação em reabilitação física e fisioterapia.

3. O Director Técnico é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 (três) anos renovável, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

4. No exercício das suas funções o Director Técnico é coadjuvado por 3 (três) Directores de Serviços.

ARTIGO 34.º
(Competências do Director Técnico)

1. O Director Técnico tem as seguintes competências:

- a) Dirigir, coordenar e assegurar o funcionamento articulado dos serviços de reabilitação, velando pela correcção e pela qualidade técnica e humana dos cuidados prestados;

- b) Promover a actualização e valorização profissional dos técnicos de fisioterapia e ortoprotesia no Centro;
- c) Colaborar com a Direcção Clínica na elaboração de planos de acção da sua área;
- d) Controlar todos os equipamentos existentes na técnica, prevenindo a sua manutenção e a sua substituição em caso de avaria;
- e) Aprovar os planos de férias dos profissionais sob seu pelouro;
- f) Colaborar com a Direcção Pedagógica nas acções de formação de especialidade, investigação permanente e em todos os assuntos de interesse comum;
- g) Avaliar e aprovar as escalas de urgência e consultas externas do pessoal sob seu pelouro;
- h) Elaborar os regulamentos internos dos serviços sob sua responsabilidade;
- i) Presidir o Conselho Técnico e as comissões especializadas que sejam criadas na sua esfera de acção;
- j) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SUBSECÇÃO I
Serviços da Direcção TécnicaARTIGO 35.º
(Serviços Técnicos)

1. Aos Serviços Técnicos incumbe, com a salvaguarda das competências técnicas e científicas atribuídas a outros serviços, planear e dirigir toda a actividade do respectivo serviço, bem como pela utilização e eficiente aproveitamento dos recursos postos a sua disposição.

2. Os Serviços Técnicos são dirigidos por médicos ou técnicos especialistas dos correspondentes serviços, com o cargo de Director de Serviço, nomeados por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral e classificados em 3 grupos:

- a) Serviços de Fisioterapia, que compreende:
 - i. Hidroterapia;
 - ii. Massoterapia;
 - iii. Crioterapia;
 - iv. A.V.D;
 - v. Reabilitação Infantil;
 - vi. Electroterapia;
 - vii. Mecanoterapia;
 - viii. Cinesioterapia.
- b) Serviços de Ortoprotesia que compreende:
 - i) Oficina de Sapataria;
 - ii) Oficina de Prótese;
 - iii) Oficina de Ortese.
- c) Serviços de Vulcanização que compreende:
 - i) Oficina de Pé Protésico;
 - ii) Oficina de Reparação de Cadeiras de Rodas.

3. As competências do Director dos Serviços Técnicos são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as previstas para o Director dos Serviços Clínicos.

SECÇÃO VII Administração

ARTIGO 36.º (Definição e composição)

1. A Administração é o órgão encarregue da gestão administrativa, financeira e de apoio logístico à actividade assistencial do Centro, desempenhando as suas funções nas respectivas dependências administrativas e nas dependências dos Serviços Gerais.

2. A Administração é dirigida por um Administrador, escolhido dentre técnicos nacionais de reconhecida idoneidade moral, com a categoria de licenciado e formação na área de gestão, preferencialmente em administração hospitalar.

3. O Administrador é nomeado, em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, por um período de 3 (três) anos renovável, sob proposta do Director Geral.

4. No exercício das suas funções, o Administrador é coadjuvado por 3 (três) Chefes de Departamento e um Chefe dos Serviços Gerais.

5. A Administração são adstritos os Serviços Administrativos e Gerais que agrupam todo o pessoal que realiza as tarefas de gestão administrativa, financeira e de apoio logístico à actividade assistencial do Centro.

6. Os Serviços Administrativos e Gerais agrupam-se em:

- a) Departamento de Planeamento e Gestão Financeira;
- b) Departamento de Recursos Humanos;
- c) Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação;
- d) Serviços Gerais.

ARTIGO 37.º (Competências)

1. O Administrador tem as seguintes competências:

- a) Dirigir, coordenar e avaliar o funcionamento dos Departamentos e dos Serviços adstritos à Administração e as actividades do pessoal que integra esses serviços;
- b) Proporcionar a todas as Direcções, Departamentos e Serviços do Centro o suporte administrativo e técnico específico, bem como os serviços gerais necessários para o cumprimento dos seus objectivos;
- c) Supervisionar e aprovar os planos anuais dos Departamentos sob seu pelouro;
- d) Assegurar a planificação do efectivo e a ocupação das vagas no quadro de pessoal;
- e) Assegurar o pagamento dos salários dos funcionários dentro dos prazos determinados;
- f) Fazer cumprir os horários de trabalho e o plano de férias do pessoal, nos termos da legislação vigente e com a colaboração dos demais Directores;

- g) Assegurar a regularidade na cobrança das receitas e no pagamento das despesas do Centro;
- h) Fazer cumprir os horários de trabalho e o plano de férias do pessoal, nos termos da legislação vigente e com a colaboração dos demais Directores;
- i) Assegurar a regularidade na cobrança das receitas e o pagamento das despesas do Centro;
- j) Apresentar o balanço mensal da tesouraria;
- k) Encarregar-se da inventariação, manutenção e da conservação do património;
- l) Elaborar os relatórios financeiros trimestrais e anuais e submetê-los à aprovação do Conselho Directivo, com o parecer do Conselho Fiscal e enviá-los ao Ministério das Finanças e ao Órgão de Tutela;
- m) Presidir o Conselho Administrativo;
- n) Supervisionar as actividades da Comissão de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trabalho;
- o) Colaborar com a Direcção Pedagógica e Científica nas actividades formativas e de especialidade do pessoal sob seu pelouro;
- p) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SUBSECÇÃO I Serviços Administrativos e Gerais

ARTIGO 38.º (Departamento de Planeamento e Gestão Financeira)

1. Ao Departamento de Planeamento e Gestão Financeira compete à elaboração das propostas de Plano de Actividades e de Orçamento para cada exercício económico, bem como o controlo e monitorização da respectiva execução, que se reflecte na organização de um conjunto de dados estatísticos de natureza física e de valor, que possibilitam uma eficiente e eficaz gestão dos recursos financeiros do Centro.

2. O Departamento de Planeamento e Gestão Financeira é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido dentre funcionários com o curso superior ou médio de gestão, nomeado em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Planeamento e Gestão Financeira compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Planeamento e Execução Financeira;
- b) Secção de Compras e Património.

4. As Secções do Departamento são dirigidas por Chefes de Secção, nomeados em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, com habilitações mínimas a 12.ª Classe.

ARTIGO 39.º (Departamento de Recursos Humanos)

1. Ao Departamento de Recursos Humanos compete a gestão do pessoal no que concerne à sua contratação, remuneração, desenvolvimento, segurança social, higiene e saúde.

2. O Departamento de Recursos Humanos é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido dentre funcionários com o curso superior ou médio de administração pública ou de gestão de recursos humanos, nomeado em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Recursos Humanos compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Administração de Pessoal;
- b) Secção de Segurança Social, Higiene e Saúde no Trabalho.

4. As Secções do Departamento são dirigidas por Chefes de Secção nomeados em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, com habilitações mínimas a 12.^a Classe.

ARTIGO 40.º

(Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação)

1. Ao Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação compete genericamente a organização, o controlo da operacionalidade e a manutenção dos recursos técnicos e materiais do Centro, incluindo os meios rolantes e as infra-estruturas e equipamentos.

2. O Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação garante a imediata prestação de pequenos serviços de oficinas (carpintaria, serralharia, electricidade e outras).

3. Os serviços de manutenção de equipamentos, instalações e de tecnologias de informação podem ser contratados no mercado, mediante concurso público.

4. O Departamento Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação tem, em especial, as seguintes competências:

- a) Efectuar a manutenção, conservação e reparação dos equipamentos e das instalações;
- b) Propor a aquisição de novos meios e o respectivo aprovisionamento;
- c) Efectuar o acompanhamento da execução de novos planos de obras, quer sejam melhorias pontuais ou empreitadas de raiz;
- d) Proceder à inventariação periódica e ao registo manual ou informatizado de todos os recursos técnicos e materiais da Instituição;
- e) Organizar o arquivo de todas as plantas relativas às redes técnicas, bem como a documentação contendo as especificações técnicas de todos os meios técnicos e infra-estruturas;
- f) Proceder a outras acções e medidas conducentes ao bom funcionamento da base técnico-material da Instituição;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

5. O Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido dentre funcionários com o curso superior, nomeado em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

6. O Departamento de Equipamentos e Electromedicina e Tecnologias de Informação compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Equipamentos e Electromedicina;
- b) Secção de Infra-Estruturas e de Tecnologias de Informação.

7. As Secções do Departamento são dirigidas por Chefes de Secção nomeados, em comissão de serviço pelo Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral, com habilitações mínimas a 12.^a Classe.

ARTIGO 41.º

(Serviços Gerais)

1. Os Serviços Gerais do Centro integram os seguintes serviços:

- a) Hotelaria (Higiene, Limpeza, Lavandaria, Cozinha e Jardinagem);
- b) Apoio Social;
- c) Transporte;
- d) Segurança.

2. Os Serviços Gerais podem ser contratados em conformidade com a legislação em vigor.

3. Os Serviços Gerais são dirigidos por um Chefe de Serviços Gerais, escolhido dentre funcionários com as competências técnicas exigidas, nomeado em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

ARTIGO 42.º

(Serviço de Hotelaria)

Ao Serviço de Hotelaria incumbe o seguinte:

- a) Responsabilizar-se pelo serviço de jardinagem, orientando trabalhos de limpeza e manutenção do perímetro do Centro;
- b) Coordenar e assegurar a manutenção da higiene e limpeza dos diferentes edifícios, mantendo as melhores condições de esterilização;
- c) Fornecer alimentação ao pessoal e aos doentes do Centro;
- d) Abastecer em roupa os diferentes serviços do Centro, assegurando a sua limpeza e as boas condições de utilização;
- e) Controlar a gestão de resíduos e organizar os respectivos circuitos internos;
- f) Controlar os serviços contratados;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 43.º
(Serviço de Apoio Social)

1. O Serviço de Apoio Social é encarregue de proporcionar aos pacientes e aos funcionários ajuda de vária ordem, dentro dos limites e disponibilidades dos recursos do Centro para este fim.

2. Ao Serviço de Apoio Social compete, em especial, o seguinte:

- a) Apoiar os serviços de internamento e de ambulatório, sempre que solicitado pelos responsáveis;
- b) Acompanhar a programação das altas, de forma a proporcionar uma adequada reintegração na comunidade;
- c) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 44.º
(Serviço de Transporte)

Ao Serviço de Transporte incumbe o seguinte:

- a) Recepcionar, estacionar, manter, limpar, controlar e, quando indicado, propor o abate do parque automóvel do Centro, incluindo ambulâncias e outros meios de transporte, bem como controlar os recursos humanos afectos ao serviço;
- b) Gerir os horários dos motoristas e a manutenção das viaturas em todas as suas vertentes em articulação com os serviços de equipamentos e instalações;
- c) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 45.º
(Serviço de Segurança)

Ao Serviço de Segurança incumbe assegurar a protecção física das instalações, dos meios, dos trabalhadores e dos doentes.

ARTIGO 46.º
(Secretariado de Apoio)

O Secretariado de Apoio é o serviço interno do Centro que assegura a actividade dos Órgãos de Direcção, no seu relacionamento com outras entidades públicas ou privadas.

ARTIGO 47.º
(Unidade de Direcção)

Todos os órgãos de Direcção são solidários e auxiliam o Director Geral no exercício das suas funções.

ARTIGO 48.º
(Incompatibilidades)

O cargo de Director Geral, Director Clínico, Director de Enfermagem, Director Técnico, Director Pedagógico e Científico e do Administrador é incompatível com o exercício de outras funções públicas ou privadas que contrariem as finalidades e os valores que lhes são inerentes, excepto a docência e a investigação.

SECÇÃO VIII
Conselho Geral

ARTIGO 49.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Geral é o órgão consultivo constituído pelos seguintes membros:

- a) Director Geral, que o preside;
- b) Representante do Ministério da Saúde;
- c) Representante do Governo da Província de Luanda;
- d) Representante da Administração Municipal de Viana;
- e) Representante de cada grupo profissional (Médico, Técnico Superior de Saúde, Enfermagem, Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, Administrativo e Apoio Hospitalar);
- f) Representante dos Utentes;
- g) Representante da Liga dos Amigos do Centro.

2. Os membros do Conselho Directivo têm assento no Conselho Geral, sem direito ao voto.

3. Os representantes de cada grupo profissional que fazem parte do Conselho Geral são eleitos nos respectivos grupos profissionais, com um mandato de 3 (três) anos.

4. O Conselho Geral reúne-se ordinariamente 2 (duas) vezes em cada ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 50.º
(Competências)

O Conselho Geral tem as seguintes competências:

- a) Emitir parecer sobre projectos de plano estratégicos e anuais do Centro, bem como sobre os respectivos relatórios de execução;
- b) Pronunciar-se sobre as estatísticas do movimento assistencial e outros documentos que permitam acompanhar a actividade global do Centro;
- c) Dirigir ao Conselho Directivo as recomendações que julgar convenientes para melhor funcionamento da Instituição, tendo em conta os recursos disponíveis;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO IX
Conselho Fiscal

ARTIGO 51.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização interna, ao qual cabe analisar e emitir parecer de índole económico-financeira e patrimonial sobre a actividade do Centro, nomeado pelo titular do Órgão.

2. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, indicado pelo Titular do Órgão responsável pelo Sector das Finanças Públicas e por dois vogais indicados pelo Ministro da Saúde, devendo um deles ser especialista em contabilidade pública.

3. O Presidente pode convidar qualquer entidade para participar nas reuniões do Conselho Fiscal.

4. O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente de 3 (três) em 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 52.º
(Competências)

O Conselho Fiscal tem as seguintes competências:

- a) Emitir, na data legalmente estabelecida, parecer sobre as contas anuais, o relatório de actividades e a proposta de orçamento privativo do Centro;
- b) Emitir parecer sobre o cumprimento das normas reguladoras da actividade do Centro;
- c) Proceder à verificação regular dos fundos existentes e fiscalizar a escrituração da contabilidade;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO X
Conselho Clínico

ARTIGO 53.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Clínico é o órgão de apoio técnico ao Director Clínico, constituído pelos seguintes membros:

- a) Director Clínico, que o preside;
- b) Directores dos Serviços Clínicos;
- c) Chefe dos Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica;
- d) Chefe do Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico;
- e) Director Técnico, quando expressamente convidado em função da agenda de trabalho;
- f) Director Pedagógico e Científico, quando expressamente convidado em função da agenda de trabalho;
- g) Director de Enfermagem, quando expressamente convidado em função da agenda de trabalho;
- h) Administrador, quando expressamente convidado em função da agenda de trabalho.

2. O Conselho Clínico reúne-se, ordinariamente de 3 (três) em 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 54.º
(Competências)

O Conselho Clínico tem as seguintes competências:

- a) Avaliar o rendimento clínico e a qualidade dos cuidados prestados e propor a adopção das medidas que julgar convenientes para a sua melhoria;
- b) Fomentar a cooperação entre os serviços clínicos e os restantes serviços;
- c) Apreciar o regulamento interno de cada serviço clínico;
- d) Conhecer os protocolos e normas de diagnóstico e tratamento dos Programas Nacionais e promover o seu cumprimento no Centro;
- e) Aprovar os protocolos de diagnóstico e tratamento propostos pelos serviços clínicos;
- f) Aprovar o plano anual de cada serviço clínico;
- g) Pronunciar-se sobre o quadro de pessoal dos profissionais de saúde e sobre toda a actividade de formação e de pesquisa;
- h) Apreciar os aspectos do exercício da medicina que envolvem princípios de deontologia médica;
- i) Pronunciar-se sobre as queixas e reclamações que sejam formuladas sobre a correcção técnica e profissional da assistência;

- j) Verificar a implementação das normas médicas;
- k) Aprovar o plano anual e o relatório de actividades submetidos pelo Director Clínico;
- l) Pronunciar-se sobre a criação e as actividades das comissões especializadas;
- m) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO XI
Conselho de Enfermagem

ARTIGO 55.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho de Enfermagem é o órgão de apoio ao Director de Enfermagem, constituído pelos seguintes membros:

- a) Director de Enfermagem, que o preside;
- b) Supervisores de Enfermagem;
- c) Enfermeiros Chefes dos Serviços de Enfermagem;

2. O Conselho de Enfermagem reúne-se, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 56.º
(Competências)

O Conselho de Enfermagem tem as seguintes competências:

- a) Avaliar a qualidade dos cuidados de enfermagem prestados e propor as medidas que julgar convenientes para a sua melhoria;
- b) Colaborar na realização dos planos de actualização profissional do pessoal de enfermagem;
- c) Colaborar com o Director Pedagógico e Científico nos planos de formação dos enfermeiros;
- d) Emitir parecer sobre os assuntos submetidos à apreciação pelo Director Geral;
- e) Emitir parecer, quando solicitado, sobre as queixas e reclamações que são formuladas sobre a qualidade da assistência técnica e profissional da assistência de enfermagem prestada aos doentes;
- f) Verificar a implementação das normas da prática de enfermagem;
- g) Pronunciar-se sobre o cumprimento das normas da rotina de enfermagem;
- h) Aprovar o plano anual e o relatório de balanço submetidos pelo Director de Enfermagem;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO XII
Conselho Técnico

ARTIGO 57.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Técnico é o órgão de apoio ao Director Técnico, constituído pelos seguintes membros:

- a) Director Técnico, que o preside;
- b) Directores de Serviços Técnicos;
- c) Técnicos Chefes;
- d) Outros responsáveis adstritos aos Serviços Técnicos;

2. O Conselho Técnico reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 58.º
(Competências)

O Conselho Técnico tem as seguintes competências:

- a) Avaliar a qualidade dos cuidados prestados e propor as medidas que julgar convenientes para a sua melhoria;
- b) Colaborar na realização dos planos de actualização profissional do pessoal;
- c) Colaborar com o Director Pedagógico e Científico nos planos de formação dos profissionais;
- d) Emitir parecer sobre os assuntos submetidos à sua apreciação pelo Director Geral;
- e) Emitir parecer, quando solicitado, sobre as queixas e reclamações que são formuladas acerca da correcção técnica e profissional da assistência prestada aos doentes;
- f) Verificar a implementação das normas das carreiras dos profissionais da Direcção Técnica;
- g) Pronunciar-se sobre o cumprimento das normas de rotina;
- h) Aprovar o plano anual e o relatório de balanço submetidos pelo Director Técnico;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO XIII
Conselho Administrativo

ARTIGO 59.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Administrativo é o órgão de apoio técnico ao Administrador, constituído pelos seguintes membros:

- a) Administrador, que o preside;
- b) Chefes de Departamento;
- c) Responsáveis dos serviços adstritos à Administração.

2. O Conselho Administrativo reúne-se ordinariamente de 3 (três) em 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 60.º
(Competências)

O Conselho Administrativo tem as seguintes competências:

- a) Colaborar na realização dos planos mensais de tarefas e de necessidades de recursos, bem como no balanço da operatividade corrente das estruturas de apoio ao funcionamento do Centro;
- b) Assessorar o Administrador em todas as suas acções no âmbito do plano referido na alínea anterior;
- c) Colaborar com o Director Pedagógico e Científico nos planos de formação dos funcionários adstritos à Administração;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO XIV
Conselho Pedagógico e Científico

ARTIGO 61.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Pedagógico e Científico é o órgão de apoio técnico ao Director Pedagógico e Científico, constituído pelos seguintes membros:

- a) Director Pedagógico e Científico, que o preside;
- b) Chefes de Departamento;
- c) Orientadores de Formação do Internato Complementar;
- d) Responsáveis dos serviços adstritos às áreas de formação e investigação.

2. O Presidente pode convidar para participar nas reuniões do Conselho quaisquer funcionários do Centro ou individualidades cuja participação entenda necessária.

3. O Conselho Pedagógico e Científico reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 62.º
(Competências)

O Conselho Pedagógico e Científico tem as seguintes competências:

- a) Definir as linhas gerais e acompanhar as actividades de formação e investigação científica desenvolvidas no Centro;
- b) Emitir pareceres sobre os planos de actividades e relatórios;
- c) Emitir recomendações que julgue oportunas para o bom funcionamento das actividades formativas e de investigação;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

ARTIGO 63.º
(Regime geral)

O pessoal do quadro do Centro está sujeito ao regime jurídico da função pública, quer ao regime geral de carreiras, como aos regimes especiais, sem prejuízo das normas éticas e deontológicas estabelecidas pelas respectivas ordens profissionais.

ARTIGO 64.º
(Quadro de pessoal e organigrama)

O quadro de pessoal e o organigrama do Centro constam dos Anexos I e II ao presente Estatuto, do qual são partes integrantes.

ARTIGO 65.º
(Regulamento interno)

A estrutura interna de cada órgão e serviço que integra o Centro é definida em Diploma próprio a aprovar pelo Conselho Directivo.

ANEXO I
a que se refere o artigo 64.º

I - CARGOS DE DIRECÇÃO E CHEFIA

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir
Direcção e Chefia	Direcção	Director Geral	
		Director Clínico	
		Director Técnico	
		Administrador	
		Director de Enfermagem	
		Director Científico e Pedagógico	
	Chefia	Directores de Serviços Médicos	
		Supervisores de Enfermagem	
		Enfermeiros-Chefes	
		Técnicos Chefes dos Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica	
		Chefe do Serviço de Admissão, Arquivo e Estatística	
		Chefe dos Serviços Gerais	
		Chefe de Departamento	
		Chefes de Secção	

II - QUADRO DO REGIME GERAL

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Leg.
Técnico Superior	Técnica Superior	Assessor Principal	Direito, Economia, Psicologia, Administração Pública e Engenharia	1
		Primeiro Assessor		1
		Assessor		4
		Técnico Superior Principal		3
		Técnico Superior de 1.ª Classe		2
		Técnico Superior de 2.ª Classe		8
Técnico	Técnica	Técnico Especialista Principal	Administração e Gestão, Direito, Contabilidade e Informática	1
		Técnico Especialista de 1.ª Classe		1
		Técnico Especialista de 2.ª Classe		1
		Técnico de 1.ª Classe		3
		Técnico de 2.ª Classe		4
		Técnico de 3.ª Classe		12
Técnico Médio	Técnica Média	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	Administração e Gestão, Direito, Contabilidade, Ciências Sociais e Informática	1
		Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		1
		Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		2
		Técnico Médio de 1.ª Classe		4
		Técnico Médio de 2.ª Classe		4
		Técnico Médio de 3.ª Classe		9

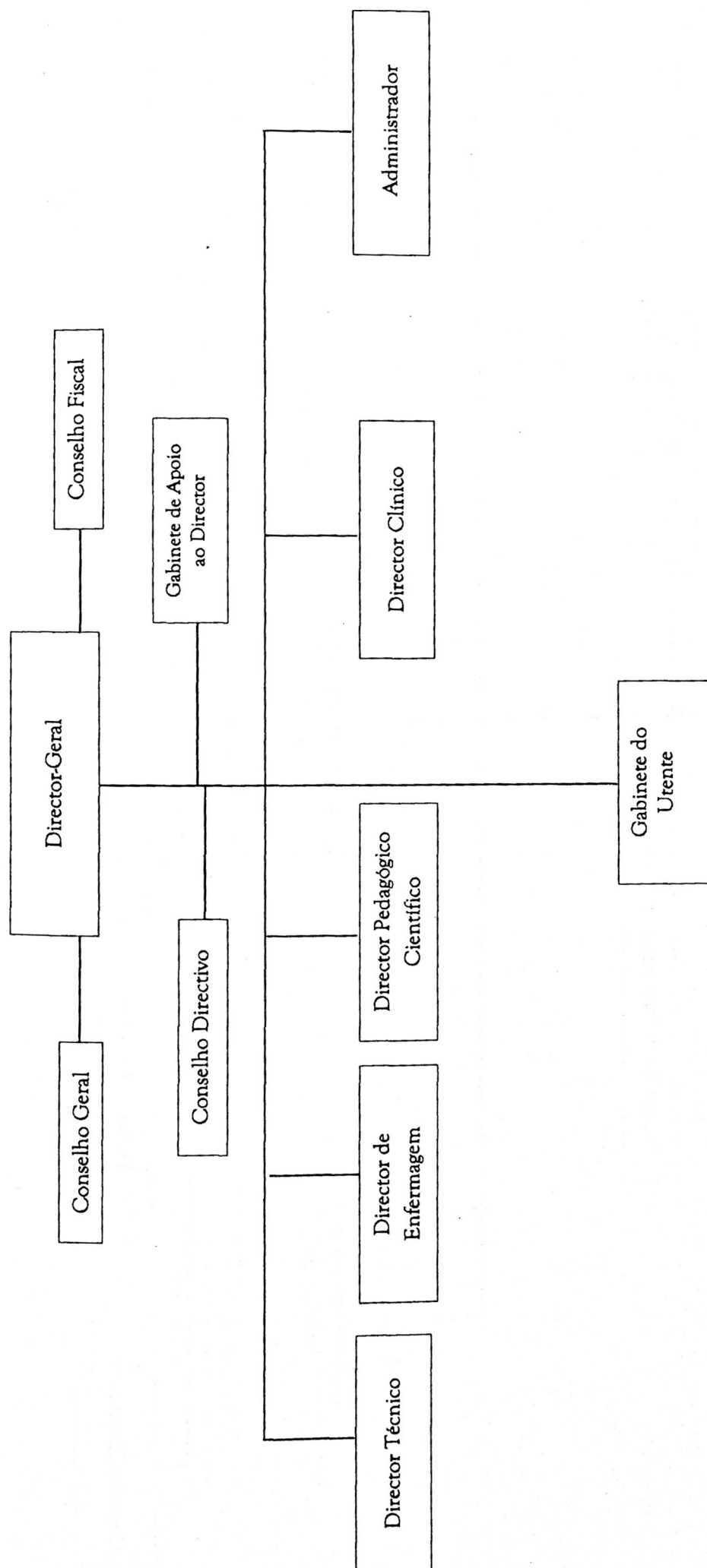
Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Lugares
Administrativo	Administrativa	Oficial Administrativo Principal		2
		1.º Oficial		2
		2.º Oficial		4
		3.º Oficial		4
		Aspirante		7
		Escriturário-Dactilógrafo		0
	Tesoureiro	Tesoureiro Principal		1
		Tesoureiro de 1.ª Classe		1
		Tesoureiro de 2.ª Classe		1
	Motorista de Pesados	Motorista de Pesados Principal		2
		Motorista de Pesados de 1.ª Classe		3
		Motorista de Pesados de 2.ª Classe		3
	Motorista de Ligeiros	Motorista de Ligeiros Principal		1
		Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe		2
		Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe		6
	Telefonista	Telefonista Principal		0
		Telefonista de 1.ª Classe		2
		Telefonista de 2.ª Classe		4
Auxiliar	Auxiliar de Limpeza	Auxiliar de Limpeza Principal		0
		Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe		0
		Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe		0
	Operário	Encarregado Qualificado		9
		Operário Qualificado de 1.ª Classe		5
		Operário Qualificado de 2.ª Classe		15

III- QUADRO DOS REGIMES ESPECIAIS

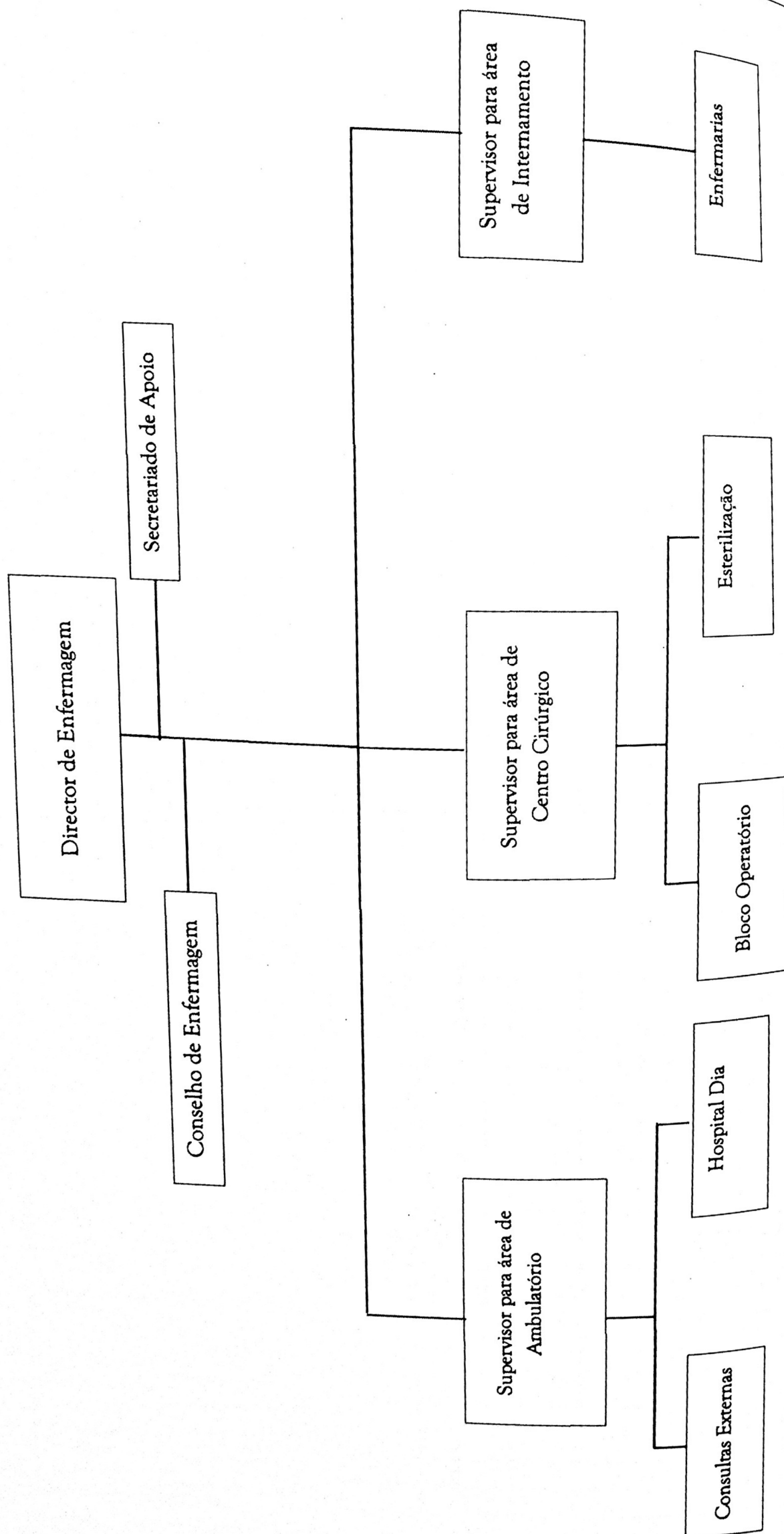
Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir	N.º de Lugares
Médico	Médica Hospitalar	Médico Chefe de Serviço	Especialidades Médicas	4
		Médico Assistente Graduado		6
		Médico Assistente		41
		Médico Interno Complementar II		6
		Médico Interno Complementar I		13
Enfermagem	Técnica Superior	Especialista em Enfermagem	Enfermeiro Licenciado com Pós-Graduação de Enfermagem	2
		Licenciado em Enfermagem de 1.ª Classe	Enfermeiro Licenciado	1
		Licenciado em Enfermagem de 2.ª Classe		2
		Licenciado em Enfermagem de 3.ª Classe		6
		Bacharel em Enfermagem de 1.ª Classe	Enfermeiro Bacharel	2
		Bacharel em Enfermagem de 2.ª Classe		2
		Bacharel em Enfermagem de 3.ª Classe		5
	Técnica	Técnico de Enfermagem Especializado	Técnico Médio de Enfermagem com a Especialidade Pós-Média de Enfermagem	5
		Técnico de Enfermagem de 1.ª Classe	Técnico Médio de Enfermagem	6
		Técnico de Enfermagem de 2.ª Classe		25
		Técnico de Enfermagem de 3.ª Classe		65
	Auxiliar	Auxiliar de Enfermagem de 1.ª Classe		0
		Auxiliar de Enfermagem de 2.ª Classe		0
		Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe		0

DIÁRIO DA RESERVA			
Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Especialidade Profissional a Admitir
Diagnóstico e Terapêutica	Técnica Superior	Téc. Ass. Princip. de Diag. e Terapêutica	Técnico Superior em Tecnologia de Saúde
		Téc. de Diag. e Terapêutica 1.º Assessor	
		Téc. Ass. de Diag. e Terapêutica	
		Téc. Principal de Diag. e Terapêutica	
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe	
		Téc. Sup. Diag. e Terap. de 2.ª Classe	
	Técnica	Téc. Espec. Principal de Diagnóstico e Terapêutica	Técnico Médio Especialista em Tecnologia de Saúde
		Téc. Espec. de Diag. e Terapêutica	
		Técnico Principal de Diag. e Terapêutica	
		Técnico de Diag. e Terap. de 1.ª Classe	
		Técnico de Diag. e Terap. de 2.ª Classe	
		Téc. de Diag. e Terap. de 3.ª Classe	
	Auxiliar	Aux. Téc. de Diag. Terap. de 1.ª Classe	Técnico Médio em Tecnologia de Saúde
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 2.ª Classe	
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 3.ª Classe	
Apoio Hospitalar	Acção Médica	Vigilante de 1.ª Classe	
		Vigilante de 2.ª Classe	
		Vigilante de 3.ª Classe	
		Maqueiro de 1.ª Classe	
		Maqueiro de 2.ª Classe	
		Maqueiro de 3.ª Classe	
		Barbeiro de 1.ª Classe	
		Barbeiro de 2.ª Classe	
		Barbeiro de 3.ª Classe	
		Catalogador de 1.ª Classe	
		Catalogador de 2.ª Classe	
		Catalogador de 3.ª Classe	
	Acção Alimentar	Cozinheiro Principal	
		Cozinheiro de 1.ª Classe	
		Cozinheiro de 2.ª Classe	
		Cozinheiro de 3.ª Classe	
		Copeiro de 1.ª Classe	
		Copeiro de 2.ª Classe	
	Tratamento de Roupa	Copeiro de 3.ª Classe	
		Operador de Lavandaria de 1.ª Classe	
		Operador de Lavandaria de 2.ª Classe	
		Operador de Lavandaria de 3.ª Classe	
		Costureiro de 1.ª Classe	
		Costureiro de 2.ª Classe	
	Aprovisionamento e Vigilância	Costureiro de 3.ª Classe	
		Fiel de Armazém de 1.ª Classe	
		Fiel de Armazém de 2.ª Classe	
		Fiel de Armazém de 3.ª Classe	
		Porteiro de 1.ª Classe	
		Porteiro de 2.ª Classe	
Trabalhador Social	Técnica Superior	Porteiro de 3.ª Classe	
		Assistente Principal	
		Assistente Social de 1.ª Classe	
		Assistente Social de 2.ª Classe	
Total Geral		Assistente Social de 3.ª Classe	
			620

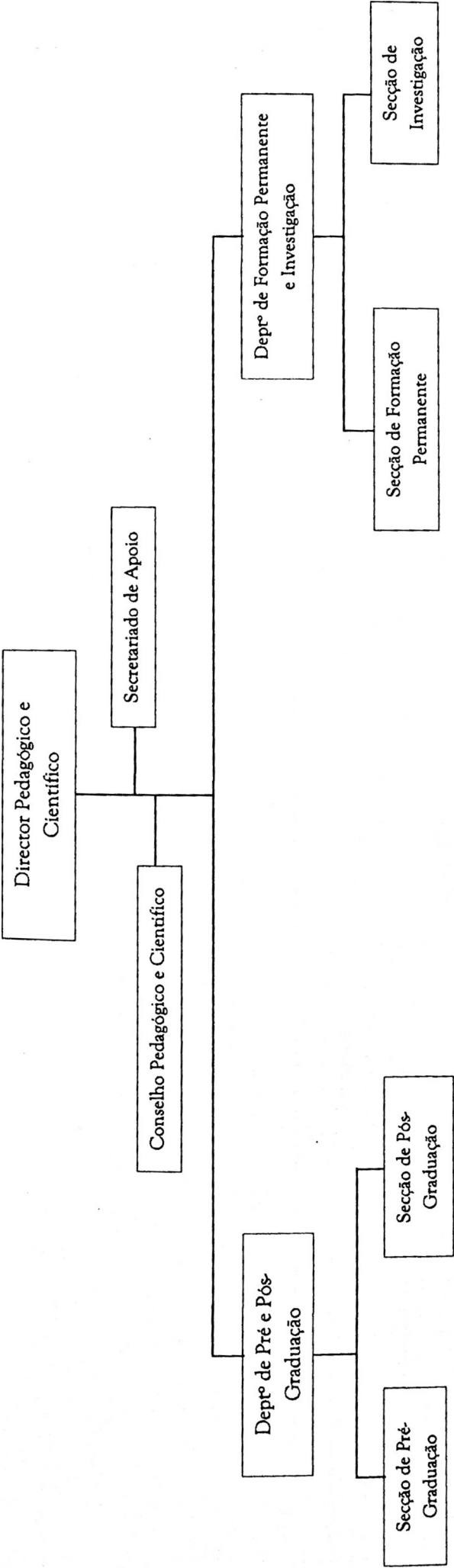
ANEXO II
a que se refere o artigo 61.º
DIRECÇÃO GERAL



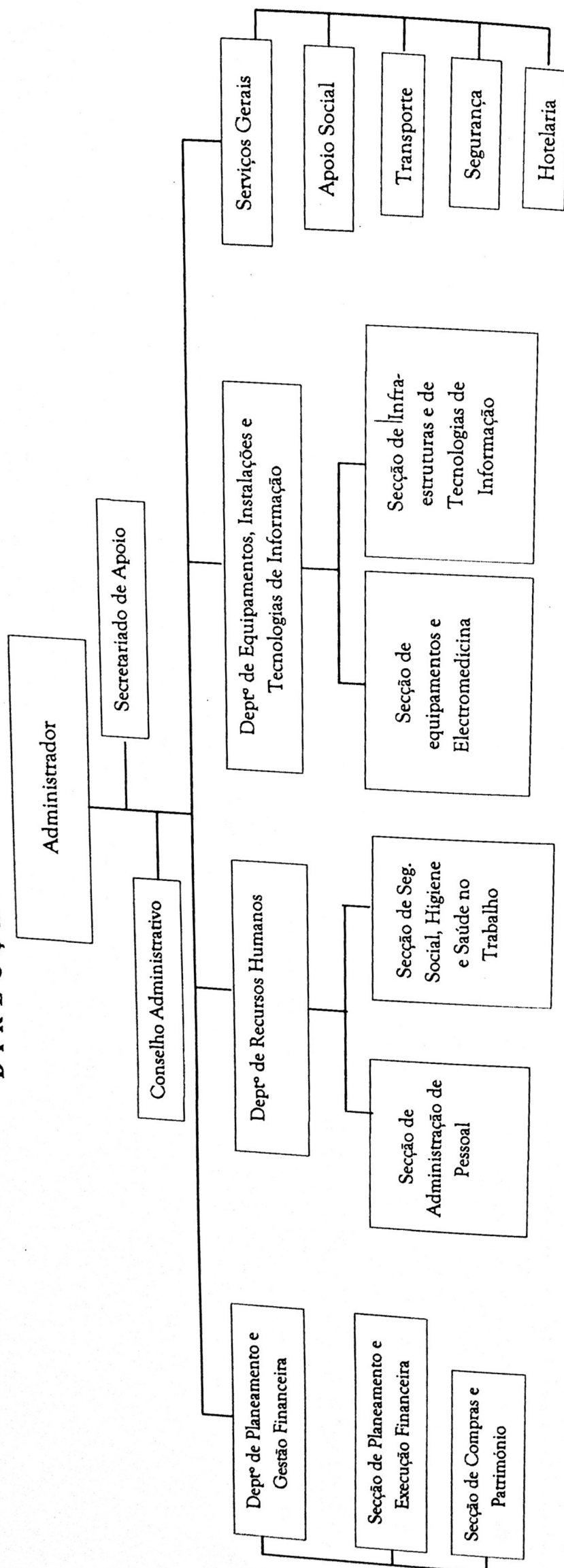
DIRECÇÃO DE ENFERMAGEM



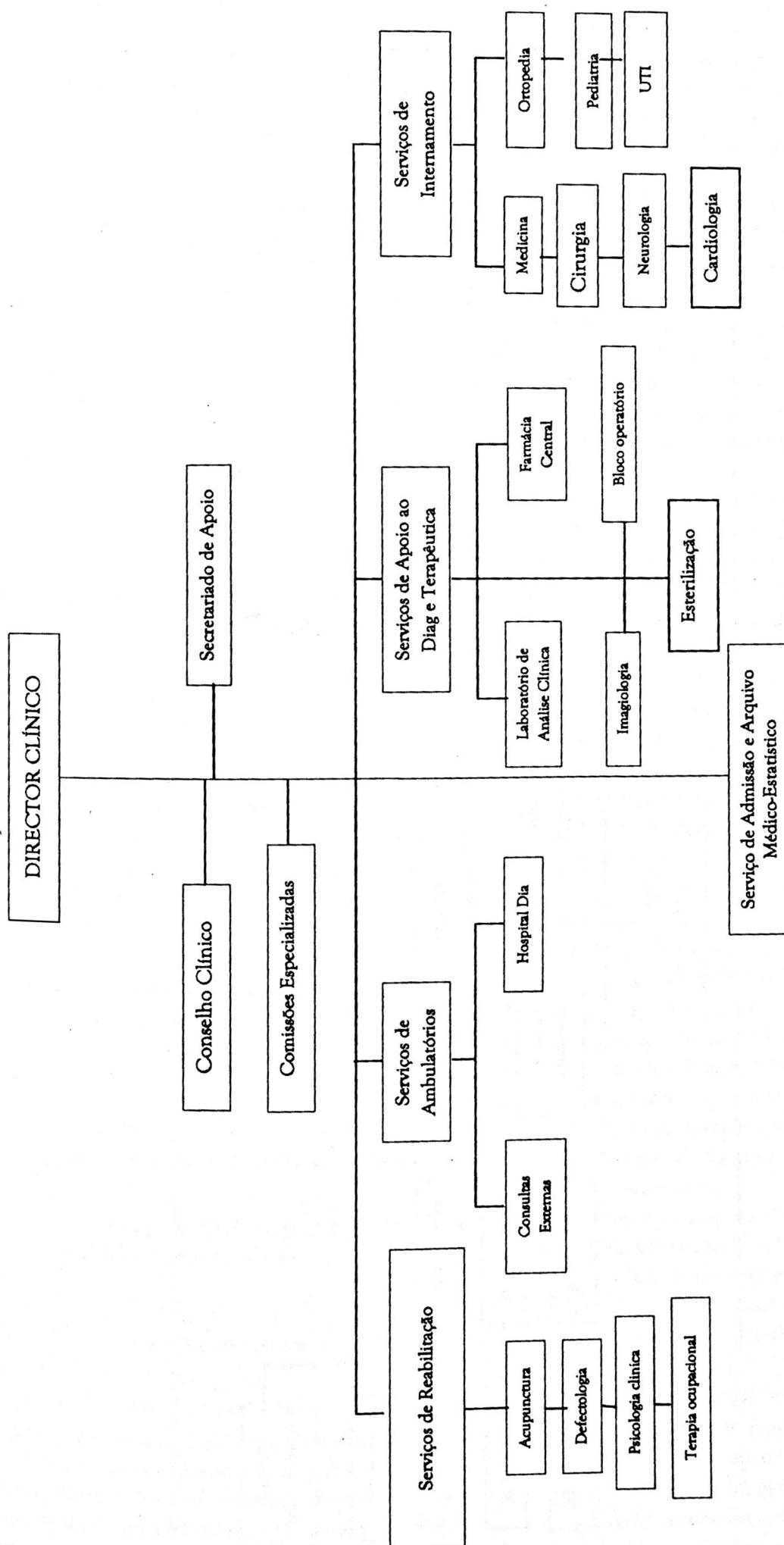
DIRECÇÃO PEDAGÓGICA E CIENTÍFICA



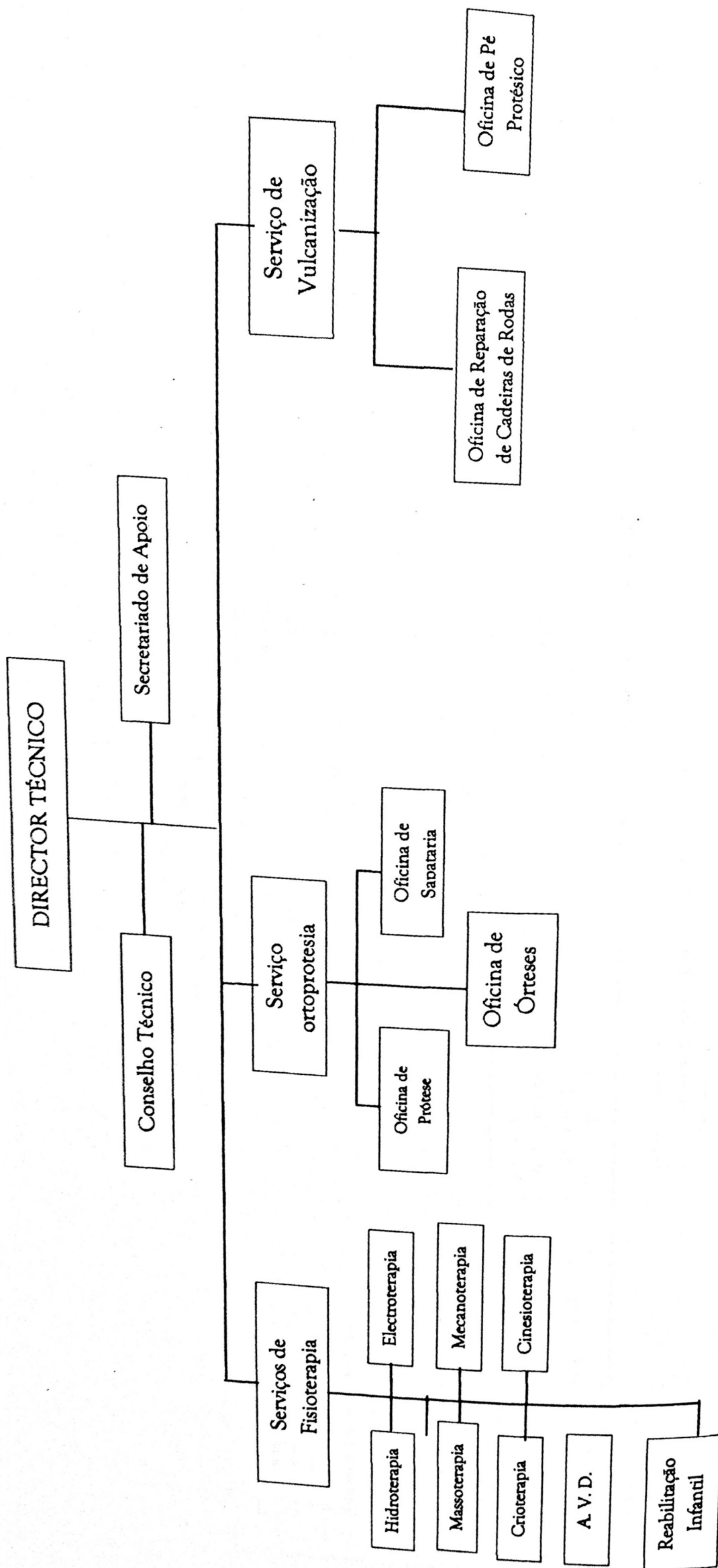
DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA



DIRECÇÃO CLÍNICA



DIRECÇÃO TÉCNICA



O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 247/14
de 10 de Setembro

Considerando que o artigo 31.º da Lei n.º 21-B/92, de 28 de Agosto, prevê a possibilidade dos hospitais adquirirem personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira a definir por lei;

Tendo em conta que o Decreto n.º 41/02, de 9 de Agosto, converte em Institutos Públicos os Hospitais Centrais, dotando-os de autonomia administrativa financeira e patrimonial;

Atendendo que o Decreto Presidencial n.º 260/10, de 19 de Novembro, que aprova o Regime Jurídico da Gestão Hospitalar define as Bases de Estruturação, Coordenação, Organização e Funcionamento dos Hospitais;

Havendo necessidade de se estabelecer e adequar as regras de organização e funcionamento da Maternidade Lucrecia Paím ao disposto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de Junho;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Estatuto Orgânico da Maternidade Lucrecia Paím, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 28 de Maio de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Agosto de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ESTATUTO ORGÂNICO DA
MATERNIDADE LUCRÉCIA PAÍM

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Definição e natureza)

1. A Maternidade Lucrecia Paím, abreviadamente designada por «MLP», é um estabelecimento público de saúde da rede hospitalar de referência nacional, integrado no Serviço Nacional de Saúde para a prestação de assistência hospitalar materno-infantil diferenciada.

2. A Maternidade Lucrecia Paím é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja capacidade jurídica abrange todos os direitos e obrigações necessários ao cumprimento das suas atribuições.

ARTIGO 2.º
(Objectivos)

A Maternidade Lucrecia Paím tem os seguintes objectivos:

- a) Garantir o atendimento humanizado e especializado da mulher e do neonato por meio de serviços preventivos e curativos com equipas multidisciplinares, alta tecnologia e programas de ensino com vista a reduzir o índice de morbi-mortalidade no País;
- b) Ser referência em saúde integral da mulher, do neonato em Angola e na Região da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

ARTIGO 3.º
(Princípios)

A Maternidade Lucrecia Paím e os seus colaboradores no desenvolvimento da sua actuação regem-se, pelos seguintes princípios:

- a) Humanização no atendimento;
- b) Ética e deontológica;
- c) Comprometimento dos funcionários e parceiros com os valores da Maternidade;
- d) Eficácia;
- e) Zelo com o património público;
- f) Trabalho em equipa multidisciplinar e multiprofissional;
- g) Pontualidade.

ARTIGO 4.º
(Atribuições)

A Maternidade Lucrecia Paím tem as seguintes atribuições:

- a) Proporcionar suporte especializado e referência à atenção primária de saúde, nomeadamente na respectiva região sanitária;
- b) Prestar assistência especializada aos doentes em regime de ambulatório (consultas externas);
- c) Prestar assistência especializada aos doentes em regime de internamento;
- d) Assistir os doentes com patologias urgentes e emergentes;
- e) Proporcionar a reabilitação dos doentes;
- f) Colaborar na prevenção das doenças e promoção da saúde da população;
- g) Colaborar na planificação da assistência e na prestação de cuidados em situação de calamidades ou catástrofes;
- h) Desenvolver actividade investigativa em matéria de saúde materno-infantil;
- i) Desenvolver acções de formação do pessoal sanitário e dos diferentes estudantes de ciências de saúde;
- j) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 5.º
(Legislação aplicável)

A Maternidade Lucrecia Paím rege-se, entre outros Diplomas, pelo presente Estatuto e pela seguinte legislação:

- a) Lei n.º 21-B/92, de 28 de Agosto, de Bases do Sistema Nacional de Saúde;
- b) Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/13, de 25 de Junho, que estabelece as Regras de Criação, Estruturação e Funcionamento dos Institutos Públicos;
- c) Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto, que determina as Regras de Criação, Estruturação, Organização e Extinção dos Serviços da Administração Central do Estado e Demais Organismos Legalmente Equiparados;
- d) Decreto Presidencial n.º 260/10, de 19 de Novembro, sobre o Regime Jurídico da Gestão Hospitalar;
- e) Decreto n.º 41/02, de 9 de Agosto, que transforma algumas Instituições Sanitárias em Institutos Públicos;
- f) Decreto n.º 54/03, de 5 de Agosto, que define o Regulamento Geral das Unidades Sanitárias do Serviço Nacional de Saúde.

ARTIGO 6.º
(Tutela e superintendência)

A Maternidade Lucrecia Paím funciona sob tutela e superintendência do Ministério da Saúde, exercidas de acordo com os artigos 10.º e 11.º do Decreto Presidencial n.º 260/10, de 19 de Novembro, que regula o Regime Jurídico da Gestão Hospitalar.

CAPÍTULO II
Organização em Geral

ARTIGO 7.º
(Estrutura orgânica)

A estrutura orgânica da Maternidade Lucrecia Paím compreende os seguintes órgãos e serviços:

1. Órgão Deliberativo:
Conselho Directivo.
2. Órgãos de Direcção:
a) Direcção Geral;
b) Direcção Clínica;
c) Direcção de Enfermagem;
d) Direcção Pedagógica e Científica;
e) Administração.
3. Órgão Consultivo:
Conselho Geral.
4. Órgão de Fiscalização:
Conselho Fiscal.
5. Órgãos de Apoio Técnico:
a) Conselho Clínico;
b) Conselho de Enfermagem;
c) Conselho Pedagógico Científico;
d) Conselho Administrativo.

6. Comissões Especializadas:
a) Comissão de Ética e Deontologia;
b) Comissão de Infecção Hospitalar;
c) Comissão de Óbito Hospitalar;
d) Comissão de Padronização de Medicamentos e Gastáveis;
e) Comissão de Prevenção de Acidentes e Saúde no Trabalho;
f) Comissão de Auditoria Interna.

CAPÍTULO III
Organização em Especial

SECÇÃO I
Conselho Directivo

ARTIGO 8.º
(Composição e modo de funcionamento)

1. O Conselho Directivo é o órgão deliberativo, pelos seguintes membros:

- a) Director Geral que o preside;
- b) Director Clínico;
- c) Director de Enfermagem;
- d) Director Pedagógico e Científico;
- e) Administrador.

2. O Presidente pode convidar para participar nas reuniões do Conselho Directivo quaisquer funcionários da Maternidade ou individualidades cujo parecer entenda necessário.

3. O Conselho Directivo reúne-se ordinariamente de 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 9.º
(Competências)

O Conselho Directivo tem as seguintes competências:

- a) Aprovar o plano estratégico, os planos anuais e aprovar os documentos de prestação de cuidados;
- b) Aprovar o projecto de orçamento e as fontes de gerência a submeter à Tutela;
- c) Aprovar os regulamentos internos;
- d) Apreciar previamente os projectos para celebração de contratos-programa internos e externos;
- e) Abordar todas as questões relacionadas com os aspectos estruturais, materiais e humanos que lhe forem apresentados pelos diversos órgãos da Maternidade ou por outras instâncias;
- f) Definir as linhas de orientação a que devem obedecer a organização e o funcionamento da Maternidade nas áreas clínicas e não clínicas, propondo a criação de novos serviços, sua extinção ou modificação;
- g) Definir as regras atinentes à assistência prestada aos doentes, assegurar o funcionamento articulado dos serviços de assistência e garantir a qualidade e prontidão dos cuidados de saúde prestados pela Maternidade;

- h) Promover a realização, sob proposta do Director Clínico, da avaliação externa do cumprimento das orientações clínicas relativas à prescrição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bem como dos protocolos clínicos adequados às patologias mais frequentes, em colaboração com as ordens dos profissionais envolvidos e instituições nacionais e internacionais de índole científica de reconhecido mérito;
- i) Autorizar a introdução de novos medicamentos e de outros produtos de consumo hospitalar com incidência significativa nos planos assistenciais e económicos;
- j) Aprovar a criação de comissões especializadas e a indicação dos seus integrantes e responsáveis;
- k) Velar para que a assistência na Maternidade seja desenvolvida dentro das normas éticas que presidem a assistência sanitária;
- l) Controlar e dar respostas às queixas e reclamações que sejam formuladas pelos utentes sobre a assistência recebida, bem como determinar medidas sancionatórias no caso dos pagamentos irregulares realizados pelos doentes ao pessoal da Maternidade;
- m) Garantir a execução das políticas referentes aos recursos humanos, designadamente as relativas à sua admissão, nomeação, dispensa, avaliação, regime de trabalho, horário, faltas, formação, segurança e incentivos;
- n) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECCÃO II Director Geral

ARTIGO 10.º (Definição e provimento)

1. O Director Geral é uma individualidade de reconhecido mérito, com o grau académico de licenciatura, formação em gestão hospitalar, experiencia e capacidade adequadas às funções a desempenhar na Maternidade.

2. O Director Geral é nomeado, em comissão de serviço, pelo Ministro da Saúde, por um período de 3 (três) anos renovável.

3. No exercício das suas funções, em caso de ausência ou impedimentos, o Director Geral é substituído pelo Director Clínico.

ARTIGO 11.º (Competências do Director Geral)

O Director Geral tem as seguintes competências:

- a) Representar a Maternidade em juízo e fora dele;
- b) Coordenar e dirigir todas as actividades da Maternidade mediante a planificação, direcção, controle e avaliação do seu funcionamento no âmbito dos seus departamentos, tendo em atenção os serviços que presta;

- c) Executar as políticas e programas de saúde na Maternidade;
- d) Preparar o plano estratégico e os planos anuais da Maternidade, incluindo os respectivos orçamentos, e submetê-los à aprovação do Conselho Directivo;
- e) Propor a nomeação e exoneração dos titulares de cargos de direcção e chefia;
- f) Assinar o contrato de provimento de pessoal;
- g) Elaborar normas internas que se mostrem necessárias ao funcionamento dos serviços;
- h) Fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- i) Prestar contas do programa de trabalho e orçamento executado;
- j) Planificar e garantir a manutenção da Maternidade;
- k) Adoptar medidas para tornar possível a continuidade do funcionamento da Maternidade, especialmente nos casos de calamidades, emergências e outras circunstâncias especiais;
- l) Celebrar contratos-programa internos e externos;
- m) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 12.º (Gabinete de Apoio ao Director Geral)

1. O Gabinete de Apoio ao Director Geral é o órgão de apoio directo e pessoal que assegura a actividade do Director Geral no seu relacionamento com os órgãos e serviços internos da Maternidade e com outras entidades públicas ou privadas.

2. As funções de assessoria jurídica, marketing e cooperação internacional, gestão de informação e documentação estão integradas no Gabinete de Apoio ao Director Geral, dirigido por um Chefe de Gabinete com categoria de Chefe de Departamento.

3. O Gabinete de Apoio ao Director Geral é composto por um jurista, um técnico de marketing e cooperação internacional e um técnico de comunicação social.

ARTIGO 13.º (Gabinete do Utente)

O Gabinete do Utente é o órgão de apoio ao Director Geral com as seguintes competências:

- a) Informar os utentes sobre os seus direitos e deveres relativos aos serviços de saúde;
- b) Sensibilizar os profissionais sobre a importância da qualidade dos serviços de saúde prestados ao utente;
- c) Receber e tramitar as reclamações, sugestões, queixas e outros pronunciamentos, relativos ao funcionamento e organização dos serviços e sobre o comportamento dos profissionais;
- d) Redigir as reclamações orais feitas nos termos da alínea anterior, quando o utente não possa ou não saiba fazê-lo;

- e) Encaminhar ao Director Geral ou aos respectivos serviços as reclamações e sugestões dos utentes, com vista ao melhoramento da prestação de serviços;
- f) Efectuar o tratamento estatístico e a avaliação das exposições apresentadas;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO III Direcção Clínica

ARTIGO 14.º (Definição e composição)

1. A Direcção Clínica é o órgão encarregue de dirigir, coordenar e supervisionar todas as actividades dos Serviços Clínicos e Técnicos.

2. A Direcção Clínica é dirigida por um Director, escolhido mediante eleição prévia, dentre médicos especialistas de reconhecida idoneidade moral, cívica, do quadro permanente da carreira médica hospitalar, com a categoria de Chefe de Serviço ou, se não existir, com a categoria inferior, pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde.

3. O Director Clínico da Maternidade é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 (três) anos renovável, por Despacho do Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral.

4. A Direcção Clínica são adstritos os seguintes serviços:

- a) Serviços Clínicos e Técnicos;
- b) Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica;
- c) Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico.

ARTIGO 15.º (Competências do Director Clínico)

O Director Clínico tem as seguintes competências:

- a) Dirigir, supervisionar, coordenar e assegurar o funcionamento dos serviços médicos e outros serviços clínicos, propondo ao Director Geral as medidas necessárias para o melhor funcionamento da Maternidade;
- b) Compatibilizar, do ponto de vista técnico, os planos de acção global da Maternidade;
- c) Detectar permanentemente, no rendimento assistencial global da Maternidade, os eventuais pontos de estrangulamento, tomando ou propondo medidas adequadas;
- d) Fomentar a ligação, articulação e colaboração entre os serviços de prestação de cuidados clínicos, com vista a ser obtido o máximo de aproveitamento dos recursos disponíveis através de uma utilização não compartimentada da capacidade instalada;
- e) Resolver os conflitos que surjam entre os serviços de acção médica;
- f) Apreçar o processo de admissão e promoção do pessoal médico e de diagnóstico e terapêutica;
- g) Promover acções que valorizem o pessoal médico e de diagnóstico e terapêutica;

- h) Zelar pelo cumprimento dos programas nacionais sobre as patologias mais frequentes, garantindo o cumprimento dos respectivos protocolos clínicos incluindo a prescrição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico aprovados;
- i) Coordenar a elaboração dos protocolos clínicos em cada serviço, assegurando a viabilidade e a relação custo-benefício da acção sempre que se mostre conveniente e necessária;
- j) Aprovar medidas sobre o diagnóstico e terapêutica em cada serviço, assegurando a viabilidade e a relação custo-benefício da acção sempre que se mostre conveniente e necessária;
- k) Desenvolver a implementação de instrumentos de garantia de qualidade técnica dos cuidados de saúde prestados aos utentes;
- l) Velar pelo cumprimento da ética e deontologia e decidir sobre qualquer dúvida ou omissão de matéria enquanto se aguarda o competente pronunciamento da Comissão de Ética e Deontologia;
- m) Velar pelo desenvolvimento das carreiras de diagnóstico e terapêutica;
- n) Aprovar os planos de férias dos médicos e outros profissionais sob o seu pelouro;
- o) Avaliar e aprovar as escalas de urgência e consultas externas do pessoal do seu pelouro;
- p) Colaborar com os demais órgãos da Maternidade nas actividades de formação de especialidade e investigação permanente;
- q) Emitir parecer técnico das acções desenvolvidas em áreas em todos os assuntos de interesse comum;
- r) Coordenar o processo de elaboração de plano de acção anual dos serviços sob sua responsabilidade;
- s) Elaborar os regulamentos internos dos serviços sob sua responsabilidade;
- t) Propor ao Director Geral a criação de comissões especializadas na sua esfera de actuação;
- u) Presidir o Conselho Clínico e as comissões especializadas que sejam criadas na sua esfera de actuação;
- v) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SUBSECÇÃO I Serviços da Direcção Clínica

ARTIGO 16.º (Serviços Clínicos e Técnicos)

1. Aos Serviços Clínicos e Técnicos incumbe, com a salvaguarda das competências técnicas e científicas atribuídas a outros serviços, planear e dirigir toda a actividade do respectivo serviço de acção médica, sendo responsável pela correcção e melhoria dos cuidados de saúde a prestar aos doentes, bem como pela utilização e eficiente aproveitamento dos recursos postos à sua disposição.

2. Os Serviços Clínicos e Técnicos são dirigidos por médicos especialistas dos correspondentes serviços, com o cargo de Director de Serviço, nomeados por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral e classificam-se em 5 grupos:

- a) Serviço de Urgência que compreende:
 - i. Banco de Urgências;
 - ii. Salas de Parto de Emergência;
 - iii. Bloco Operatório I;
 - iv. Salas de Parto;
 - v. UTI (Unidade de Terapia Intensiva)/Toxemia.
- b) Serviços de Ambulatório que compreende:
 - i. Uro-ginecologia;
 - ii. Obstetrícia;
 - iii. Medicina Interna;
 - iv. Neonatologia;
 - v. Infecçiology;
 - vi. Cirurgia;
 - vii. Anestesia;
 - viii. Psicologia;
 - ix. Cardiologia;
 - x. Hospital Dia;
 - xi. Farmácia Externa;
 - xii. Mastologia;
 - xiii. Genética;
 - xiv. Endocrinologia;
 - xv. Infertilidade;
 - xvi. Planeamento Familiar.
- c) Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica que compreende:
 - i. Anatomia Patológica;
 - ii. Hemoterapia;
 - iii. Imagiologia;
 - iv. Farmácia;
 - v. Esterilização;
 - vi. Laboratórios de Análises Clínicas;
 - vii. Laboratório de Genética;
 - viii. Bloco Operatório II;
 - ix. Assistência Social.
- d) Serviços de Internamento que compreende:
 - i. Ginecologia;
 - ii. Cirurgia Obstétrica;
 - iii. Puerpério Fisiológico;
 - iv. Puerpério Patológico;
 - v. Patologia Obstétrica;
 - vi. Neonatologia;
 - vii. UTI 1;
 - viii. UTI 2;
 - ix. UTI/Neonatologia;
 - x. Cuidados Intermediários.
- e) Unidades Técnicas Especiais que compreende:
 - i. Video Histeroscopia e Laparoscopia;
 - ii. Colposcopia;
 - iii. Cardiotocografia;

- iv. Cardiologia;
- v. Técnicas Invasivas;
- vi. Procriação Assistida;
- vii. Estomatologia;
- viii. Fisioterapia.

3. Os Serviços Clínicos e Técnicos são dirigidos por médicos especialistas dos correspondentes serviços, com o cargo de Director de Serviço, nomeados por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

4. Os Serviços Clínicos e Técnicos têm, em especial, as seguintes competências:

- a) Elaborar o Regulamento Interno do Serviço;
- b) Definir a organização da prestação de cuidados de saúde e orientar a observância das normas emitidas pelas entidades competentes;
- c) Elaborar o Plano Anual de Actividades e o orçamento;
- d) Analisar mensalmente os desvios verificados face à actividade esperada e às verbas orçamentadas de modo a corrigi-los ou, se necessário, propor medidas correctivas ao Director Clínico;
- e) Assegurar a produtividade e eficiência dos cuidados de saúde prestados e proceder à sua avaliação sistemática;
- f) Promover a aplicação de programas de controlo de qualidade e de produtividade, zelando pela melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde;
- g) Garantir a organização e constante actualização dos processos clínicos, através da revisão das decisões de admissão e de alta, mantendo um sistema de codificação correcto e atempado das altas clínicas;
- h) Propor ao Director Clínico a realização de auditorias clínicas;
- i) Garantir a actualização das técnicas utilizadas, promovendo por si ou propondo aos órgãos competentes as iniciativas aconselháveis para a valorização, o aperfeiçoamento e a formação profissional do pessoal em serviço;
- j) Organizar e supervisionar todas as actividades de formação e investigação;
- k) Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas em resposta às reclamações apresentadas pelos utentes à Maternidade;
- l) Coordenar toda a actividade do pessoal afecto aos Serviços Clínicos e Técnicos;
- m) Assegurar a gestão adequada dos recursos humanos, incluindo a avaliação interna do desempenho global dos profissionais, dentro dos parâmetros estabelecidos;
- n) Promover a observância das leis dos regulamentos e das normas aplicáveis, bem como o acompanhamento dos objectivos globais definidos;

- o) Garantir o registo atempado e correcto da contabilização dos actos clínicos e providenciar a gestão dos bens e equipamentos do serviço;
- p) Assegurar a gestão adequada e o controlo dos consumos dos produtos mais significativos, nomeadamente medicamentos e material clínico;
- q) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

5. O Director dos Serviços Clínicos pode delegar as suas competências a outros médicos especialistas do serviço, reservando para si o controlo da actividade do mesmo.

ARTIGO 17.º

(Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica)

1. Os Serviços de Diagnóstico e Terapêutica realizam os processos assistenciais próprios de cada uma das especialidades ou valências.
2. Os Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica agrupam o pessoal médico especializado e os respectivos técnicos de diagnóstico e terapêutica, que desenvolvem as suas funções nas respectivas áreas de trabalho.
3. Os Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica são dirigidos por um médico nomeado, em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, por um período de 3 (três) anos renovável, sob proposta do Director Geral, dentre os especialistas do correspondente serviço, o qual exerce o cargo de Director dos Serviços de Diagnóstico e Terapêutica.

ARTIGO 18.º

(Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico)

1. O Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico é a área encarregue de coordenar o processo de recolha, tratamento e disseminação centralizada da informação relativa a todos os doentes assistidos pela Maternidade.
2. O Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico tem as seguintes competências:
 - a) Registar e codificar a entrada do utente na Maternidade, através dos Serviços de Urgência, das Consultas Externas, do Internamento, de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica, da Morgue ou de qualquer outra área;
 - b) Traçar o percurso do doente na Maternidade até à sua saída da instituição e realizar a respectiva contabilidade;
 - c) Informar os utentes sobre o funcionamento das diversas áreas da Maternidade;
 - d) Orientar os utentes sobre as formas de contacto com as equipas de prestação de cuidados;
 - e) Gerar indicadores através da compilação diária de dados estatísticos;
 - f) Identificar as mudanças nos indicadores da Maternidade prestando informação atempada ao Conselho Directivo;

- g) Produzir recomendações para os serviços utentes sobre as formas mais eficientes e funcionamento das diversas áreas da Maternidade;
- h) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 19.º

(Processos assistenciais)

1. Nos processos assistenciais intervêm directores diferentes profissionais de saúde:
 - a) Médicos;
 - b) Enfermeiros;
 - c) Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica;
 - d) Pessoal de Apoio Hospitalar.
2. Os processos assistenciais são da responsabilidade de um médico, assistido, pelo pessoal das carreiras citadas no número anterior.

SECÇÃO IV

Direcção de Enfermagem

ARTIGO 20.º

(Definição e composição)

1. A Direcção de Enfermagem é o órgão encarregue de dirigir, coordenar e supervisionar todas as actividades dos serviços de enfermagem.
2. A Direcção de Enfermagem é dirigida por um Director com o nível académico mínimo de bacharel em enfermagem.
3. O Director de Enfermagem é nomeado, em comissão de serviço, por um período de 3 (três) anos renovável, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.
4. No exercício das suas funções, o Director de Enfermagem é coadjuvado por três supervisores, sendo um responsável para as Urgências, outro para o Ambulatório e outro para o Internamento.
5. O Director de Enfermagem é responsável pelas actividades de enfermagem em todos os serviços, nomeadamente:
 - a) Salas de Internamento;
 - b) Serviço de Urgência e Consultas Externas;
 - c) Bloco Operatório e Esterilização;
 - d) Unidades de Cuidados Intensivos;
 - e) Unidades de Cuidados Paliativos;
 - f) Outras áreas de acordo com a Unidade Hospitalar.

ARTIGO 21.º

(Objectivos dos Serviços de Enfermagem)

Os Serviços de Enfermagem prosseguem os seguintes objectivos:

- a) Prover assistência de enfermagem ao utente, por meio da utilização racional de procedimentos de normas e rotinas, bem como de tratamentos e terapêutica específicas de enfermagem, num contexto multiprofissional;
- b) Assistir o paciente, utilizando uma metodologia de trabalho fundamentalmente representada pelos planos globais ou individuais de assistência.

ARTIGO 22.º

(Competências do Director de Enfermagem)

O Director de Enfermagem tem as seguintes competências:

- a) Dirigir, orientar, supervisionar e coordenar os serviços de enfermagem, velando pela correcção e qualidade técnica e humana dos cuidados prestados;
- b) Apoiar os enfermeiros responsáveis pelos serviços na elaboração e implementação de planos de trabalho, formação em serviço e de prestação de cuidados de saúde;
- c) Aprovar as escalas elaboradas pelos Enfermeiros-Chefes;
- d) Velar pela observância da ética e deontologia de enfermagem;
- e) Colaborar na resolução de conflitos do pessoal sob seu pelouro;
- f) Coordenar a elaboração dos protocolos e rotina de enfermagem;
- h) Participar no processo de admissão e promoção do pessoal de enfermagem, em conformidade com a legislação em vigor sobre a respectiva carreira;
- i) Promover a actualização e a valorização profissional do pessoal de enfermagem;
- j) Presidir o Conselho de Enfermagem e as comissões especializadas que sejam criadas na sua esfera de actuação;
- k) Colaborar com a direcção da Maternidade na elaboração e implementação de planos de acção no domínio da actualização e valorização do pessoal de enfermagem;
- l) Definir padrões de cuidados de enfermagem e indicadores de avaliação dos cuidados de enfermagem prestados;
- m) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 23.º

(Enfermeiro Supervisor)

1. O Enfermeiro Supervisor é nomeado por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral dentre enfermeiros com perfil e capacidade requeridos para o cargo.

2. Os Serviços de Enfermagem são supervisionados por enfermeiros responsáveis nas seguintes áreas:

- a) Enfermeiro Supervisor para Área de Banco de Urgência;
- b) Enfermeiro Supervisor para Área de Ambulatório;
- c) Enfermeiro Supervisor para Área de Internamento.

3. Os Enfermeiros Supervisores têm as seguintes competências:

- a) Colaborar com o Director de Enfermagem na definição dos padrões de enfermagem para a Instituição;
- b) Supervisionar os cuidados de enfermagem e coordenar tecnicamente a actividade de enfermagem nas suas respectivas áreas;

- c) Participar no processo de admissão de enfermeiros e na sua distribuição pelos serviços, tendo em conta as necessidades quantitativas e qualitativas;
- d) Avaliar os Enfermeiros-Chefes e participar extensivamente na avaliação dos outros enfermeiros;
- e) Colaborar na preparação de planos de acção e respectivos relatórios das áreas e promover a utilização optimizada dos recursos, com especial relevo para o controlo dos consumos;
- f) Incrementar métodos de trabalho que favoreçam um melhor desempenho do pessoal de enfermagem e responsabilizar-se pela garantia da qualidade dos cuidados de enfermagem prestados nas respectivas áreas;
- g) Cumprir e fazer cumprir o Regulamento Interno de Enfermagem;
- h) Promover a divulgação da informação com interesse para o pessoal de enfermagem;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 24.º

(Enfermeiro-Chefe)

1. Cada Serviço Clínico conta com um Enfermeiro-Chefe que é nomeado pelo Ministro da Saúde, dentre os enfermeiros de reconhecido mérito, experiência e capacidade adequadas às funções do serviço em causa, sob proposta do Director Geral.

2. O Enfermeiro-Chefe tem as seguintes competências:

- a) Programar as actividades de enfermagem, definindo as obrigações específicas dos enfermeiros, bem como do pessoal de apoio hospitalar sob sua responsabilidade;
- b) Colaborar na preparação do plano de acção, da proposta do respectivo orçamento e contribuir para a sua execução;
- c) Promover a utilização racional dos recursos económicos, dando particular atenção ao controlo dos consumos e motivando nesse sentido todo o pessoal da Unidade;
- d) Propor medidas destinadas a adequar os recursos disponíveis às necessidades, nomeadamente no processo de elaboração de horários e o plano de férias;
- e) Acompanhar a visita médica fazendo anotações e interpretar todas as indicações dadas pelo Clínico;
- f) Manter a disciplina do pessoal sob sua orientação e assegurar o cumprimento integral do regulamento interno de enfermagem;
- g) Distribuir tarefas concretas aos enfermeiros em função de horário de trabalho;
- h) Propor o nível e o tipo de qualificação exigíveis ao pessoal de enfermagem, em função dos cuidados de enfermagem a prestar;

- i) Elaborar as escalas de serviço e o plano de férias dos enfermeiros e do pessoal de apoio hospitalar sob sua responsabilidade;
- j) Manter informado o Enfermeiro Supervisor sobre todos os assuntos relevantes do serviço;
- k) Elaborar e apresentar os relatórios mensal, trimestral, semestral e anual ao Enfermeiro Supervisor da sua área;
- l) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 25.º

(Unidades de Enfermagem)

1. As Unidades de Enfermagem são grupos de enfermeiros de todas as categorias e estão hierarquicamente organizados em cada serviço, assegurando os cuidados de enfermagem, o cumprimento dos tratamentos prescritos e a realização dos exames complementares necessários.

2. As Unidades de Enfermagem desenvolvem as suas actividades em todas as áreas assistenciais, proporcionando de forma contínua cuidados de enfermagem aos doentes sob orientação médica e do Enfermeiro-Chefe de Serviço.

3. As Unidades de Enfermagem são dirigidas pelo Director de Enfermagem.

SECÇÃO V

Direcção Pedagógica e Científica

ARTIGO 26.º

(Definição e composição)

1. A Direcção Pedagógica e Científica é o órgão encarregue de dirigir, coordenar e supervisionar todas as unidades de formação e investigação.

2. A Direcção Pedagógica e Científica é dirigida por um Director, escolhido dentre médicos especialistas do serviço nacional de saúde, com idoneidade cívica, moral e profissional reconhecida, de preferência com formação ou experiência na docência ou investigação.

3. O Director Pedagógico e Científico é nomeado, em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, por um período de 3 (três) anos renovável, sob proposta do Director Geral.

4. No exercício das suas funções, o Director Pedagógico e Científico é coadjuvado por dois Chefes de Departamento.

ARTIGO 27.º

(Competências do Director Pedagógico)

1. O Director Pedagógico e Científico tem as seguintes competências:

- a) Promover a inserção das actividades de ensino, formação e investigação permanente para o pessoal dos diversos níveis, procurando articulá-las e harmonizá-las com as actividades clínicas e de prestação de cuidados de saúde;
- b) Dirigir o programa de internato médico complementar desenvolvido na Maternidade e coordenar as actividades com o Conselho Nacional de Especialização Pós-Graduada em Ciências Médicas e os Colégios de Especialidade da Ordem dos Médicos;

- c) Colaborar com os Directores Clínicos da Enfermagem e o Administrador em actividades de ensino, formação e supervisão dos quadros da Maternidade;
- d) Propor ao Conselho Directivo todas as alterações julgar necessárias para o desenvolvimento das actividades da sua esfera de actuação;
- e) Representar a Maternidade, por delegação do Director Geral, junto das instituições de ensino e investigação na Área das Ciências de Saúde;
- f) Presidir o Conselho Pedagógico-Científico e as Comissões Especializadas que sejam constituídas para o desenvolvimento das actividades de ensino ou investigação;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. No exercício das suas funções, o Director Pedagógico e Científico é coadjuvado por dois Chefes de Departamento.

ARTIGO 28.º

(Actividade docente e investigadora)

1. A Maternidade, em coordenação com os órgãos competentes, desenvolve três tipos de formação:

- a) Formação Básica dos Profissionais de Saúde (Pré-Graduação);
- b) Formação de Pós-Graduação Especializada dos Profissionais de Saúde;
- c) Formação contínua para o pessoal clínico, administrativo e de apoio hospitalar.

2. Para desenvolver as actividades de formação e investigação, a Maternidade pode estabelecer acordos com as universidades, escolas de enfermagem correspondentes bem como outras instituições da área de ensino, no estrangeiro em que são definidos o financiamento, o programa de estudos, o currículo de cada formação e o respectivo corpo docente e mecanismo de certificação.

3. A Formação Especializada dos médicos rege-se pelo Regulamento dos Internatos Complementares.

ARTIGO 29.º

(Organização)

A Direcção Pedagógica e Científica compreende a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Pré e Pós-Graduação;
- b) Departamento de Formação Permanente;
- c) Departamento de Investigação.

ARTIGO 30.º

(Departamento de Pré e Pós-Graduação)

1. Ao Departamento de Pré e Pós-Graduação competem as seguintes competências:

- a) Supervisionar as actividades relativas ao estágio dos profissionais de saúde desenvolvidas na Maternidade por instituições públicas e privadas de ensino;
- b) Manter actualizados os processos individuais dos formandos;

c) Promover e preparar os aspectos administrativos e logísticos para a realização de eventos científicos em coordenação com o Departamento de Formação Permanente e Investigação;

d) Emitir pareceres sobre as actividades do Departamento;

e) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Pré e Pós-Graduação é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido de entre funcionários licenciados, nomeado em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Pré e Pós-Graduação compreende a seguinte estrutura:

a) Secção de Pré-Graduação;

b) Secção de Pós-Graduação.

4. As Secções são dirigidas por Chefes de Secção nomeados, em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral com habilitações mínimas a 2.ª Classe.

ARTIGO 31.º

(Departamento de Formação Permanente)

1. O Departamento de Formação Permanente tem as seguintes competências:

a) Efectuar o levantamento sistemático e elaborar o diagnóstico de necessidades, de modo a responder às exigências de formação dos funcionários;

b) Definir, programar e acompanhar as acções de formação permanente;

c) Proporcionar apoio administrativo às actividades do Departamento;

d) Preparar do ponto de vista administrativo e logístico os eventos;

e) Emitir pareceres sobre as actividades do Departamento;

f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Formação Permanente é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido dentre funcionários licenciados, nomeado em comissão de serviço pelo Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Formação Permanente compreende a seguinte estrutura:

a) Secção de Formação Permanente para o Pessoal Clínico e Técnico;

b) Secção de Formação Permanente para o Pessoal Administrativo;

c) Secção de Apoio Hospitalar.

4. As Secções e Departamentos são dirigidas por Chefes de Secção nomeados em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral com habilitações mínimas a 12.ª Classe.

ARTIGO 32.º

(Departamento de Investigação)

1. Ao Departamento de Investigação compete o seguinte:

a) Promover o desenvolvimento da investigação aplicada na Maternidade;

b) Definir, programar e acompanhar as acções de investigação;

c) Proporcionar apoios administrativos às actividades do Departamento;

d) Promover o intercâmbio científico com serviços congéneres, nacionais ou estrangeiros;

e) Emitir pareceres sobre as actividades do Departamento;

f) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido dentre funcionários licenciados, nomeado em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Investigação compreende a seguinte estrutura:

a) Secção de Investigação Aplicada;

b) Secção de Investigação Geral.

4. As Secções são dirigidas por Chefes de Secção nomeados em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

SECÇÃO VI

Administração

ARTIGO 33.º

(Definição e composição)

1. A Administração é o órgão encarregue da gestão administrativa, financeira e de apoio logístico à actividade assistencial da Maternidade, desempenhando as suas funções nas respectivas dependências administrativas e nas dependências dos Serviços Gerais.

2. A Administração é dirigida por um Administrador, escolhido dentre técnicos nacionais de reconhecida idoneidade moral, devendo possuir o grau académico de licenciado com formação na área de gestão, preferencialmente em administração hospitalar.

3. O Administrador é nomeado, em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, por um período de 3 (três) anos renovável, sob proposta do Director Geral.

4. No exercício das suas funções o Administrador é coadjuvado por dois Chefes de Departamento e um Chefe dos Serviços Gerais.

5. A Administração são adstritos os Serviços Administrativos e Gerais que agrupam todo pessoal que realiza as tarefas de gestão administrativa, financeira e de apoio logístico à actividade assistencial da Maternidade.

6. São adstritos à Administração os seguintes Departamentos e Serviços:

a) Departamento de Planeamento e Gestão Financeira;

b) Departamento de Recursos Humanos;

- c) Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação;
- d) Serviços Gerais.

ARTIGO 34.º
(Competências do Administrador)

O Administrador tem as seguintes competências:

- a) Dirigir, coordenar e avaliar o funcionamento dos departamentos e serviços adstritos à Direcção de Administração e às actividades do pessoal que integra esses serviços;
- b) Proporcionar a todas às direcções e serviços da Maternidade o suporte administrativo e técnico específico, bem como os serviços gerais necessários para o cumprimento dos seus objectivos;
- c) Fazer cumprir os horários de trabalho e o plano de férias do pessoal, nos termos da legislação vigente e com a colaboração dos demais Directores;
- d) Assegurar a regularidade na cobrança das receitas e no pagamento das despesas da Maternidade;
- e) Apresentar um balanço mensal da tesouraria;
- f) Encarregar-se da manutenção e da conservação do património;
- g) Elaborar os relatórios financeiros trimestrais e anuais e submetê-los à aprovação do Conselho Directivo com o parecer do Conselho Fiscal e enviá-los ao Ministério das Finanças e ao Órgão de Tutela;
- h) Supervisionar as actividades da Comissão de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trabalho;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SUBSECÇÃO I
Serviços Administrativos e Gerais

ARTIGO 35.º
(Órgão de tutela)

(Departamento de Planeamento e Gestão Financeira)

1. Ao Departamento de Planeamento e Gestão Financeira compete a elaboração das propostas do Plano de Actividades e de Orçamento para cada exercício económico, bem como o controlo e monitorização da respectiva execução, o que se reflecte na organização de um conjunto de dados estatísticos de natureza física e de valor, que possibilitem uma eficaz e eficiente gestão dos recursos financeiros da Maternidade.

2. O Departamento de Planeamento e Gestão Financeira é dirigido por um Chefe de Departamento, escolhido dentre funcionários com curso superior ou médio de gestão, nomeado em comissão de serviço por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Planeamento e Gestão Financeira compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Planeamento e Execução Financeira;
- b) Secção de Contabilidade, Custos e Orçamento.

4. As Secções do Departamento são dirigidas por Chefes de Secção nomeados em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral com habilitações mínimas a 12.ª Classe.

ARTIGO 36.º
(Departamento de Recursos Humanos)

1. Ao Departamento de Recursos Humanos compete a gestão do pessoal quanto à sua contratação, desenvolvimento, segurança social, higiene e saúde.

2. O Departamento de Recursos Humanos é dirigido por um Chefe de Departamento escolhido dentre funcionários com curso superior ou médio de administração de gestão de recursos humanos, nomeado em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

3. O Departamento de Recursos Humanos compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Administração de Pessoal;
- b) Secção de Segurança Social, Higiene e Trabalho.

4. As Secções do Departamento são dirigidas por Chefes de Secção nomeados em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral com habilitações mínimas a 12.ª Classe.

ARTIGO 37.º
(Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação)

1. Ao Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação compete a organização, manutenção da operacionalidade e a manutenção dos recursos materiais da Maternidade, incluindo meios materiais, infra-estruturas e bens de equipamentos.

2. O Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação garante a imediata prestação de pequenos serviços de oficinas (carpintaria, soldagem, electricidade e outros).

3. O serviço de manutenção de equipamentos e instalações pode ser contratado no mercado, mediante concurso público.

4. O Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação tem, em especial, as seguintes competências:

- a) Fazer a manutenção, conservação e reparação de equipamentos e das instalações;
- b) Propor a aquisição de novos meios e o respectivo aprovisionamento;
- c) Fazer o acompanhamento da execução de planos de obras quer sejam melhorias ou empreitadas de raiz;
- d) Proceder à inventariação periódica e ao registo (manual e/ou informatizado) de todos os recursos técnicos e materiais da instituição;
- e) Organizar o arquivo de todas as plantas relacionadas às redes técnicas, bem como a documentação contendo as especificações técnicas de todos os meios técnicos e infra-estruturas;
- f) Proceder a outras acções e medidas conducentes ao bom funcionamento da base técnico-material da instituição;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

5. O Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação é dirigido por um Chefe de Departamento escolhido entre funcionários licenciados, nomeado, em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral.

6. O Departamento de Equipamentos, Instalações e Tecnologias de Informação compreende a seguinte estrutura:

- a) Secções de Equipamentos e Electromedicina;
- b) Secção de Infra-Estruturas.

7. As Secções do Departamento são dirigidas por Chefes de Secção nomeados, em comissão de serviço, por Despacho do Ministro da Saúde, sob proposta do Director Geral com habilitações mínimas a 12.ª Classe.

ARTIGO 38.º
(Serviços Gerais)

1. Os Serviços Gerais integram os seguintes serviços:

- a) Hotelaria (Higiene, Limpeza, Lavandaria, Cozinha e Jardinagem);
- b) Apoio Social;
- c) Transportes;
- d) Comunicações;
- e) Segurança;
- f) Morgue;
- g) Gás Medicinal;
- h) Gráfica.

2. Os Serviços Gerais podem ser contratados em conformidade com a legislação em vigor.

3. Os Serviços Gerais são coordenados por um Chefe dos Serviços Gerais, nomeado em comissão de serviço pelo Ministro da Saúde sob proposta do Director Geral, escolhido dentre os funcionários com perfil e competências técnicas exigidas.

ARTIGO 39.º
(Serviço de Hotelaria)

Ao Serviço de Hotelaria incumbe o seguinte:

- a) Responsabilizar-se pelo serviço de jardinagem, orientando trabalhos de limpeza e manutenção do perímetro da Maternidade;
- b) Coordenar e assegurar a manutenção da higiene e limpeza dos diferentes edifícios, mantendo-os em perfeitas condições de assépsia;
- c) Fornecer alimentação ao pessoal e doentes da Maternidade;
- d) Abastecer em roupa os diferentes serviços da Maternidade, assegurando a sua limpeza e as boas condições de utilização;
- e) Controlar a gestão de resíduos e organização dos respectivos circuitos internos;
- f) Controlar os serviços contratados;
- g) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 40.º
(Serviço de Apoio Social)

1. O Serviço de Apoio Social é encarregue de proporcionar aos pacientes e funcionários ajuda, dentro dos limites e disponibilidades dos recursos da Maternidade para este fim.

2. Ao Serviço de Apoio Social incumbe o seguinte:

- a) Apoiar os Serviços de Internamento e de Ambulatório, sempre que solicitados pelos responsáveis;
- b) Acompanhar a programação das altas por forma a proporcionar uma adequada reintegração na comunidade;
- c) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 41.º
(Serviço de Transportes)

Ao Serviço de Transportes incumbe o seguinte:

- a) Recepcionar, estacionar, manter, limpar, controlar e, quando indicado, propor o abate do parque automóvel, incluindo ambulâncias e outros meios de transportes, bem como controlar os recursos humanos afectos ao serviço.

ARTIGO 42.º
(Serviço de Comunicação)

O Serviço de Comunicação é encarregue de gerir todos os meios de comunicação, com o exterior e internamente, incluindo correspondência em papel, telefonia fixa e móvel, comunicação por rádio e internet.

ARTIGO 43.º
(Serviço de Segurança)

Ao Serviço de Segurança incumbe o seguinte:

- a) Assegurar a protecção das instalações, dos meios, dos meios trabalhadores e dos doentes;
- b) Organizar a circulação rodoviária, estacionamento e controlo das portarias e acessos no perímetro da Maternidade;
- c) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

ARTIGO 44.º
(Serviço de Morgue)

O Serviço de Morgue é encarregue de receber, conservar e entregar os corpos de doentes falecidos na Maternidade.

ARTIGO 45.º
(Secretariado de Apoio)

O Secretariado de Apoio é o serviço interno da Maternidade, que assegura a actividade dos Órgãos de Direcção, no seu relacionamento com os órgãos e serviços da Maternidade e com outras entidades públicas ou privadas.

ARTIGO 46.º
(Unidade da Direcção)

Todos os órgãos de direcção são solidários e assessoram o Director Geral no exercício das suas funções.

ARTIGO 47.º
(Incompatibilidades)

O exercício do cargo de Director Geral, Director Clínico, Director de Enfermagem, Director Pedagógico e Científico e de Administrador é incompatível com o exercício de outras funções, públicas ou privadas, que contribuem com as finalidades e os valores que lhe são inerentes, excepto a docência e a investigação.

SECÇÃO VII
Conselho Geral

ARTIGO 48.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Geral é o órgão consultivo, composto pelos seguintes membros:

- a) Director Geral;
- b) Representante do Ministério da Saúde;
- c) Representante do Governo da Província de Luanda;
- d) Representante da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda;
- e) Um representante de cada grupo profissional (Médico, Técnico Superior de Saúde, Enfermagem, Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, Administrativo e Apoio Hospitalar);
- f) Representante dos Utentes;
- g) Representante da Liga dos Amigos da Maternidade.

2. Os membros do Conselho Directivo têm assento no Conselho Geral, sem direito ao voto.

3. Os representantes de cada grupo profissional que fazem parte do Conselho Geral são eleitos nos respectivos grupos profissionais, com um mandato de 3 (três) anos.

4. O Conselho Geral reúne-se, ordinariamente, 2 (duas) vezes em cada ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 49.º
(Competências)

O Conselho Geral tem as seguintes competências:

- a) Emitir parecer sobre projectos de plano estratégico e planos anuais da Maternidade, bem como sobre os respectivos relatórios de execução;
- b) Pronunciar-se sobre as estatísticas do movimento assistencial e outros documentos que permitam acompanhar a actividade global da Maternidade;
- c) Dirigir o Conselho de Direcção recomendações que julgar convenientes para o funcionamento da Instituição, tendo em conta os recursos disponíveis;
- d) Publicar os regulamentos necessários para a execução do Programa Nacional de Gestão Ambiental;
- e) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO VIII
Conselho Fiscal

ARTIGO 50.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização interna nomeado pelo Titular do Órgão de Tutela para analisar e emitir parecer de índole económico-financeira patrimonial sobre a actividade da Maternidade.

2. O Conselho Fiscal é composto por:

- a) Um Presidente, indicado pelo Ministro da Saúde;
- b) Dois vogais, indicados pelo Ministro da Saúde, devendo um deles ser especialista em actividade pública.

3. O Presidente pode convidar qualquer entidade para participar nas reuniões do Conselho Fiscal.

4. O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, de 3 (três) em 3 meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocatória do seu presidente.

ARTIGO 51.º
(Competências)

O Conselho Fiscal tem as seguintes competências:

- a) Emitir, na data legalmente estabelecida, parecer sobre as contas anuais, relatório de actividade e proposta de orçamento privativo da Maternidade;
- b) Emitir parecer sobre o cumprimento das normas regulamentadoras da actividade da Maternidade;
- c) Proceder à verificação regular dos fundos existentes e fiscalizar a escrituração da contabilidade;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO IX
Conselho Clínico

ARTIGO 52.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Clínico é o órgão de apoio técnico ao Director Clínico e é constituído:

- a) Director dos Serviços Clínicos, que o preside;
- b) Chefes dos Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica;
- c) Chefe do Serviço de Admissão e Arquivo Médico-Estatístico;
- d) Director Pedagógico e Científico, quando expressamente convidado em função da agenda de trabalho;
- e) Director de Enfermagem, quando expressamente convidado em função da agenda de trabalho;
- f) O Administrador, quando expressamente convidado em função da agenda de trabalho.

2. O Conselho Clínico reúne-se ordinariamente de 3 (três) em 3 meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocatória do seu presidente.

ARTIGO 53.º
(Competências)

O Conselho Clínico tem as seguintes competências:

- a) Avaliar o rendimento clínico e a qualidade dos cuidados prestados e propor a adopção de medidas que julgar convenientes para a sua melhoria;
- b) Fomentar a cooperação entre os serviços clínicos e os restantes serviços;
- c) Apreciar o regulamento interno de cada serviço clínico;
- d) Conhecer os protocolos e normas de diagnóstico e tratamento dos Programas Nacionais e promover o seu cumprimento na Maternidade;
- e) Aprovar os protocolos de diagnóstico e tratamento propostos pelos serviços clínicos;
- f) Aprovar o plano anual de cada serviço clínico;
- g) Pronunciar-se sobre o quadro de pessoal dos profissionais de saúde e sobre toda a actividade de formação e de pesquisa;
- h) Apreciar os aspectos do exercício da medicina hospitalar que envolvem princípios de deontologia médica;
- i) Pronunciar-se sobre as queixas e reclamações que sejam formuladas acerca da correcção técnica e profissional da assistência;
- j) Verificar a implementação das normas da carreira médica;
- k) Aprovar o plano anual e o relatório de balanço do Director Clínico;
- l) Pronunciar-se sobre a criação e actividades das comissões especializadas;
- m) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.
- n) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO X
Conselho de Enfermagem

ARTIGO 54.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho de Enfermagem é o órgão de apoio técnico ao Director de Enfermagem e é constituído por:

- a) Director de Enfermagem, que o preside;
- b) Supervisores de Enfermagem;
- c) Enfermeiros-Chefes dos Serviços de Enfermagem.

2. O Conselho de Enfermagem reúne-se ordinariamente de 3 (três) em 3 (três) meses e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocatória do seu Presidente.

ARTIGO 55.º
(Competências)

O Conselho de Enfermagem tem as seguintes competências:

- a) Avaliar a qualidade dos cuidados de enfermagem prestados e propor as medidas que julgar convenientes para sua melhoria;
- b) Colaborar na realização dos planos de actualização profissional do pessoal de enfermagem;

- c) Colaborar com o Director Pedagógico e Científico nos planos de formação dos enfermeiros;
- d) Emitir parecer sobre assuntos submetidos à sua apreciação pelo Director Geral;
- e) Emitir parecer, quando consultado, sobre as queixas e reclamações que sejam formuladas acerca da correcção técnica e profissional da assistência de enfermagem prestada aos doentes;
- f) Verificar a implementação das normas da carreira de enfermagem;
- g) Pronunciar-se sobre o cumprimento das normas de rotina de enfermagem;
- h) Aprovar o plano anual e o relatório de balanço do Director de Enfermagem;
- i) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO XI
Conselho Pedagógico e Científico

ARTIGO 56.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Pedagógico e Científico é o órgão de apoio técnico ao Director Pedagógico e Científico que o preside e é constituído por:

- a) Chefes de Departamentos;
- b) Os Orientadores do Internato;
- c) Responsáveis dos serviços adstritos as áreas de formação e investigação.

2. O Presidente pode convidar para participar nas reuniões do Conselho quaisquer funcionários da Maternidade ou individualidades cuja participação entenda necessária.

3. O Conselho Pedagógico e Científico reúne-se ordinariamente mensalmente e extraordinariamente sempre que necessário por convocatória do Presidente.

ARTIGO 57.º
(Competências)

Ao Conselho Pedagógico e Científico compete o seguinte:

- a) Definir as linhas gerais e acompanhar as actividades de formação e investigação científica desenvolvidas na Unidade;
- b) Emitir pareceres sobre os planos de actividades e relatórios;
- c) Emitir recomendações que julgue oportunas para o bom funcionamento das actividades formativas e de investigação.

SECÇÃO XII
Conselho Administrativo

ARTIGO 58.º
(Composição e funcionamento)

1. O Conselho Administrativo é o órgão de apoio técnico ao Administrador que o preside e é constituído por:

- a) Chefes de Departamentos;
- b) Responsáveis dos serviços adstritos à Administração.

2. O Conselho Administrativo reúne-se ordinariamente de 3 (três) em 3 (três) e extraordinariamente, sempre que necessário por convocatória do seu Presidente.

ARTIGO 59.º
(Competências)

O Conselho Administrativo tem as seguintes competências:

- a) Colaborar na realização dos planos mensais de tarefas e de necessidades de recursos, bem como no balanço da operatividade corrente das estruturas de apoio ao funcionamento da Maternidade;
- b) Assessorar o Administrador em todas as suas acções no âmbito do plano referido na alínea anterior;
- c) Colaborar com o Director Pedagógico e Científico nos planos de formação dos trabalhadores adstritos a Direcção Administrativa;
- d) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

ARTIGO 60.º
(Regime geral)

O pessoal do quadro da Maternidade está no regime jurídico da função pública, tanto ao nível de carreiras como aos regimes especiais, sem prejuízo das normas éticas e deontológicas estabelecidas pelas ordens profissionais.

ARTIGO 61.º
(Quadro de pessoal e organograma)

O quadro de pessoal e organograma da Maternidade são definidos nos Anexos I e II, respectivamente, ao presente estatuto, os quais são parte integrante.

ARTIGO 62.º
(Regulamento interno)

A estrutura interna de cada órgão e serviço que compõe a Maternidade é definida em Diploma próprio a aprovar o Conselho Directivo.

ANEXO I
A que se refere o artigo 61.º

I - CARGOS DE DIRECÇÃO E CHEFIA

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	N.º de lugares
Direcção e Chefia	Direcção	Director Geral	1
		Director Clínico	1
		Director Científico e Pedagógico	1
		Director de Enfermagem	1
		Administrador	3
	Chefia	Directores de Serviços Médicos	3
		Supervisores de Enfermagem	10
		Enfermeiros-Chefes	8
		Técnicos Chefes dos Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica	1
		Chefe do Serviço de Admissão, Arquivo e Estatística	1
		Chefe dos Serviços Gerais	6
		Chefe de Departamento	12
		Chefes de Secção	1
		Chefe da Casa Mortuária	1

II - QUADRO DO REGIME GERAL

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo		N.º de Lugares
Técnico Superior	Técnica Superior	Assessor Principal	Direito, Economia, Psicologia, Administração Pública e Engenharia	1
		1.º Assessor		1
		Assessor		1
		Técnico Superior Principal		2
		Técnico Superior de 1.ª Classe		3
		Técnico Superior de 2.ª Classe		7
Técnico	Técnica	Técnico Especialista Principal	Administração e Gestão, Direito, Contabilidade e Informática	1
		Técnico Especialista de 1.ª Classe		1
		Técnico Especialista de 2.ª Classe		1
		Técnico de 1.ª Classe		1
		Técnico de 2.ª Classe		1
		Técnico de 3.ª Classe		1
Técnico Médio	Técnica Média	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	Administração e Gestão, Direito, Contabilidade, Ciências Sociais e Informática	2
		Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		2
		Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		5
		Técnico Médio de 1.ª Classe		5
		Técnico Médio de 2.ª Classe		8
		Técnico Médio de 3.ª Classe		15
Administrativo	Administrativa	Oficial Administrativo Principal		2
		1.º Oficial		2
		2.º Oficial		3
		3.º Oficial		4
		Aspirante		6
		Escriturário-Dactilógrafo		10
	Tesoureiro	Tesoureiro Principal		1
		Tesoureiro de 1.ª Classe		1
		Tesoureiro de 2.ª Classe		0
	Motorista de Pesados	Motorista de Pesados Principal		1
		Motorista de Pesados de 1.ª Classe		2
		Motorista de Pesados de 2.ª Classe		3
	Motorista de Ligeiros	Motorista de Ligeiros Principal		2
	Telefonista	Telefonista de 2.ª Classe		8
Auxiliar	Auxiliar de Limpeza	Auxiliar de Limpeza Principal		0
		Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe		0
		Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe		0
	Operário	Encarregado Qualificado		2
		Operário Qualificado de 1.ª Classe		3
		Operário Qualificado de 2.ª Classe		6

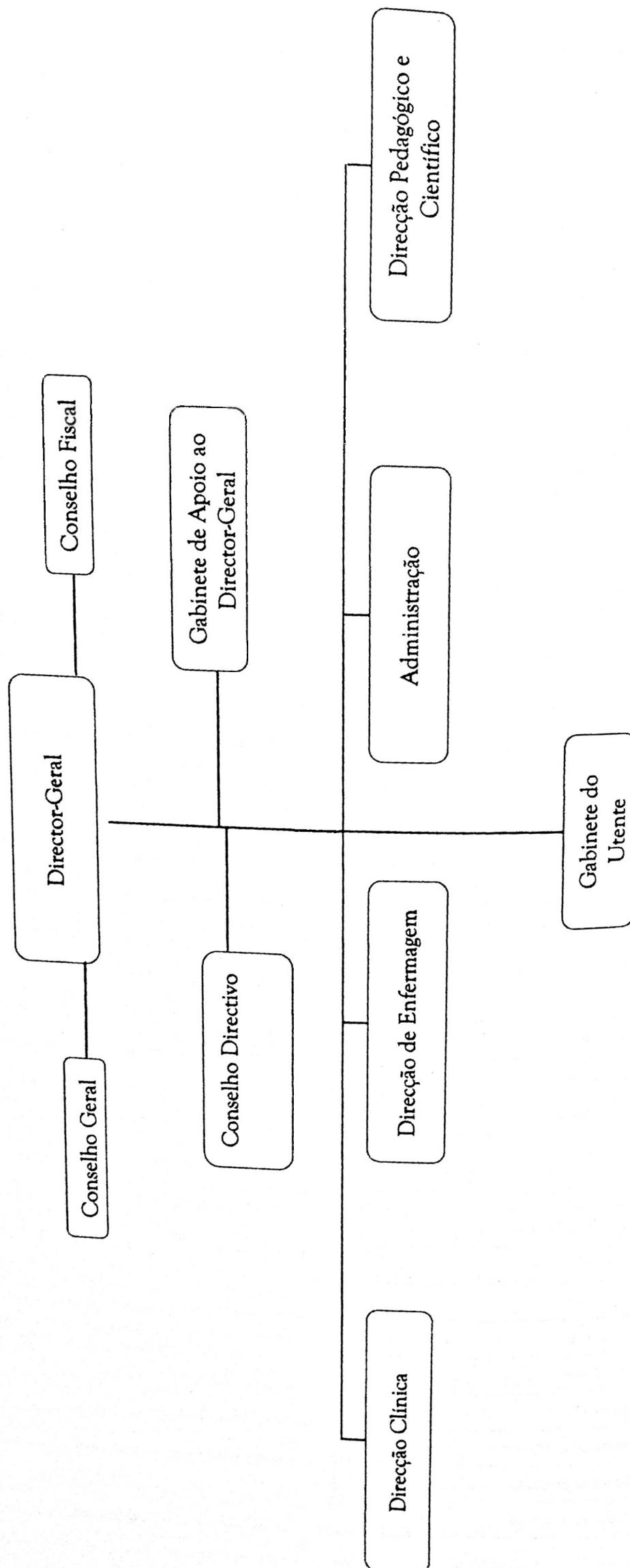
III- QUADRO DOS REGIMES ESPECIAIS

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	
Médico	Médica Hospitalar	Médico Chefe de Serviço	Especialidades Médicas Hospitalares
		Médico Assistente Graduado	
		Médico Assistente	
		Médico Interno Complementar II	
		Médico Interno Complementar I	
Enfermagem	Técnica Superior	Especialista em Enfermagem	Enfermeiro Licenciado com Pós-Graduação de Enfermagem
		Licenciado em Enfermagem de 1.ª Classe	Enfermeiro Licenciado
		Licenciado em Enfermagem de 2.ª Classe	
		Licenciado em Enfermagem de 3.ª Classe	
		Bacharel em Enfermagem de 1.ª Classe	Enfermeiro Bacharel
		Bacharel em Enfermagem de 2.ª Classe	
		Bacharel em Enfermagem de 3.ª Classe	
	Técnica	Técnico de Enfermagem Especializado	Técnico Médio de Enfermagem com a Especialidade Pós-Média de Enfermagem Técnico Médio de Enfermagem
		Técnico de Enfermagem de 1.ª Classe	
		Técnico de Enfermagem de 2.ª Classe	
		Técnico de Enfermagem de 3.ª Classe	
	Auxiliar	Auxiliar de Enfermagem de 1.ª Classe	
		Auxiliar de Enfermagem de 2.ª Classe	
		Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe	
Diagnóstico e Terapêutica	Técnica Superior	Téc. Ass. Princip. de Diag. e Terapêutica	Técnico Superior em Tecnologia de Saúde
		Téc. de Diag. e Terapêutica 1.º Assessor	
		Téc. Ass. de Diag. e Terapêutica	
		Téc. Principal de Diag. e Terapêutica	
		Téc. de Diag. e Terap. de 1.ª Classe	
		Téc. Sup. Diag. e Terap. de 2.ª Classe	
	Técnica	Téc. Espec. Principal de Diagnóstico e Terapêutica	Técnico Médio Especialista em Tecnologia de Saúde
		Téc. Espec. de Diag. e Terapêutica	
		Técnico Principal de Diag. e Terapêutica	Técnico Médio em Tecnologia de Saúde
		Técnico de Diag. e Terap. de 1.ª Classe	
		Técnico de Diag. e Terap. de 2.ª Classe	
	Auxiliar	Aux. Téc. de Diag. Terap. de 1.ª Classe	
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 2.ª Classe	
		Aux. Téc. de Diag. Terap. de 3.ª Classe	

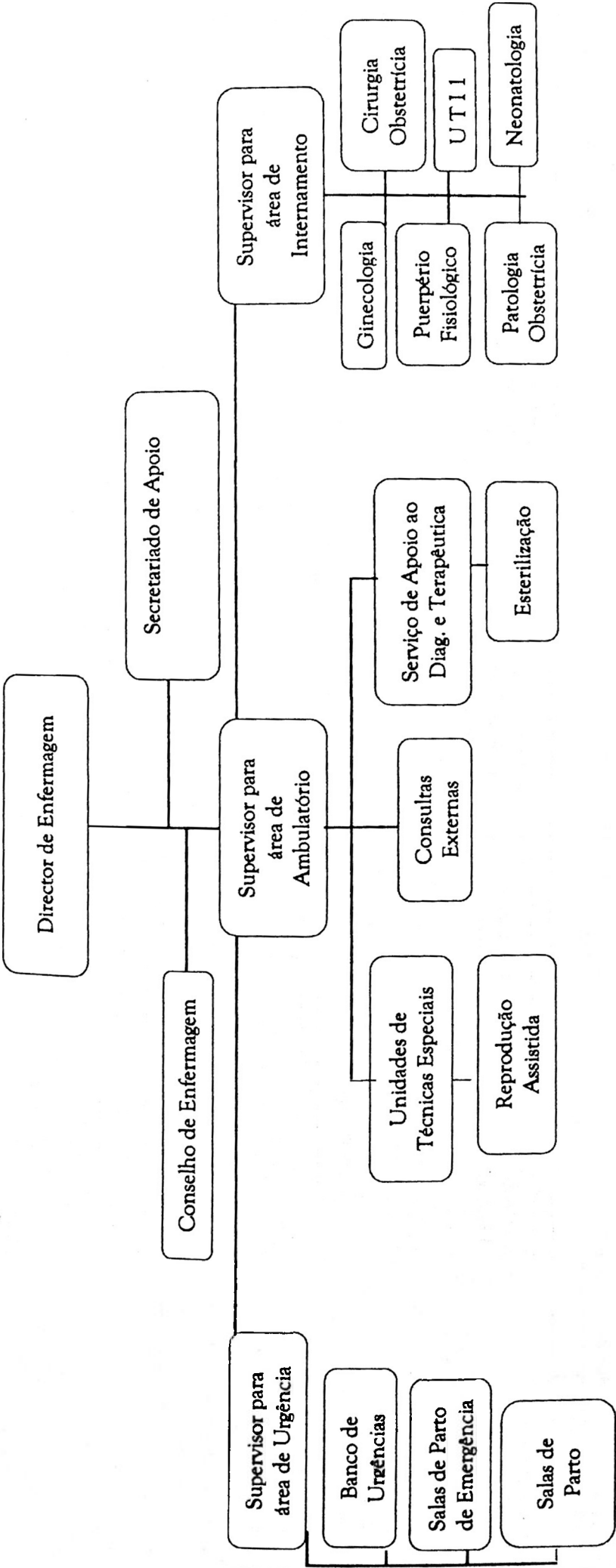
Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	N.º de Lugares
Apoio Hospitalar	Acção Médica	Vigilante de 1.ª Classe	46
		Vigilante de 2.ª Classe	90
		Vigilante de 3.ª Classe	136
		Maqueiro de 1.ª Classe	15
		Maqueiro de 2.ª Classe	20
		Maqueiro de 3.ª Classe	20
		Barbeiro de 1.ª Classe	0
		Barbeiro de 2.ª Classe	1
		Barbeiro de 3.ª Classe	1
		Catalogador de 1.ª Classe	25
		Catalogador de 2.ª Classe	55
		Catalogador de 3.ª Classe	80
		Acção Alimentar	Cozinheiro Principal
	Cozinheiro de 1.ª Classe		0
	Cozinheiro de 2.ª Classe		0
	Cozinheiro de 3.ª Classe		0
	Copeiro de 1.ª Classe		40
	Copeiro de 2.ª Classe		42
	Copeiro de 3.ª Classe		59
	Tratamento de Roupas	Operador de Lavandaria de 1.ª Classe	7
		Operador de Lavandaria de 2.ª Classe	10
		Operador de Lavandaria de 3.ª Classe	15
		Roupeiro de 1.ª Classe	2
		Roupeiro de 2.ª Classe	3
		Roupeiro de 3.ª Classe	5
		Costureiro de 1.ª Classe	1
		Costureiro de 2.ª Classe	3
		Costureiro de 3.ª Classe	4
	Aprovisionamento e Vigilância	Fiel de Armazém de 1.ª Classe	1
		Fiel de Armazém de 2.ª Classe	1
		Fiel de Armazém de 3.ª Classe	1
		Porteiro de 1.ª Classe	6
		Porteiro de 2.ª Classe	8
		Porteiro de 3.ª Classe	12
Trabalhador Social	Técnica Superior	Assistente Principal	2
		Assistente Social de 1.ª Classe	2
		Assistente Social de 2.ª Classe	4
		Assistente Social de 3.ª Classe	8
Total Geral			1736

ANEXO II
a que se refere o artigo 61.º do Presente Estatuto

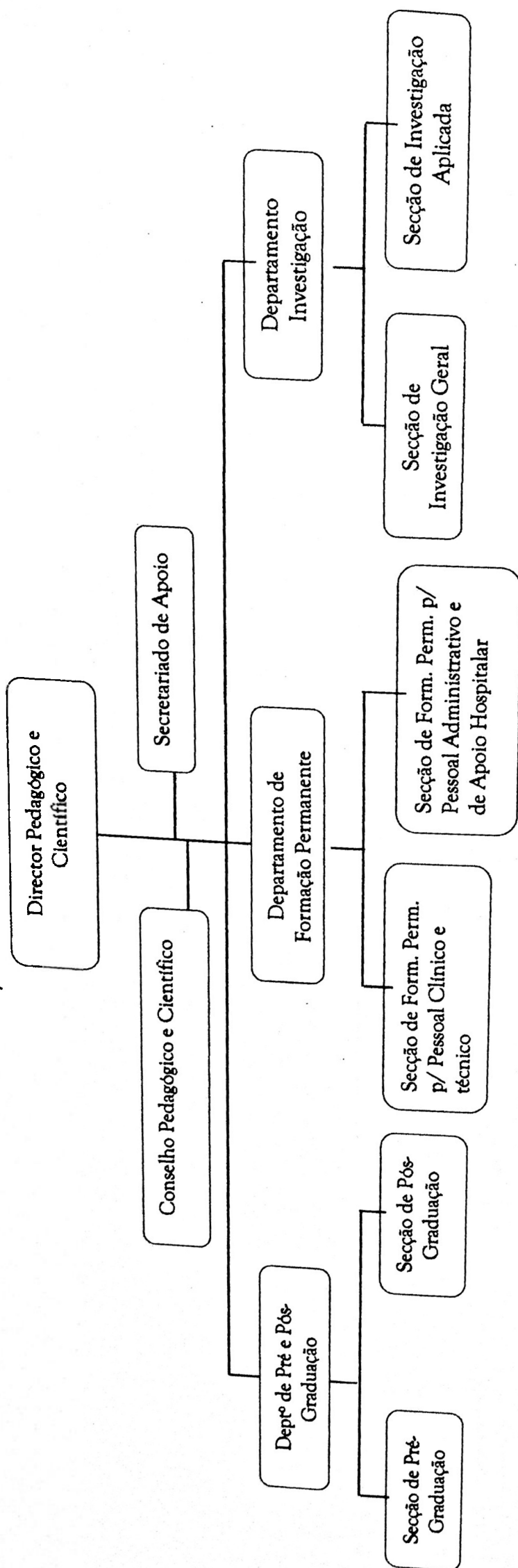
DIRECÇÃO GERAL

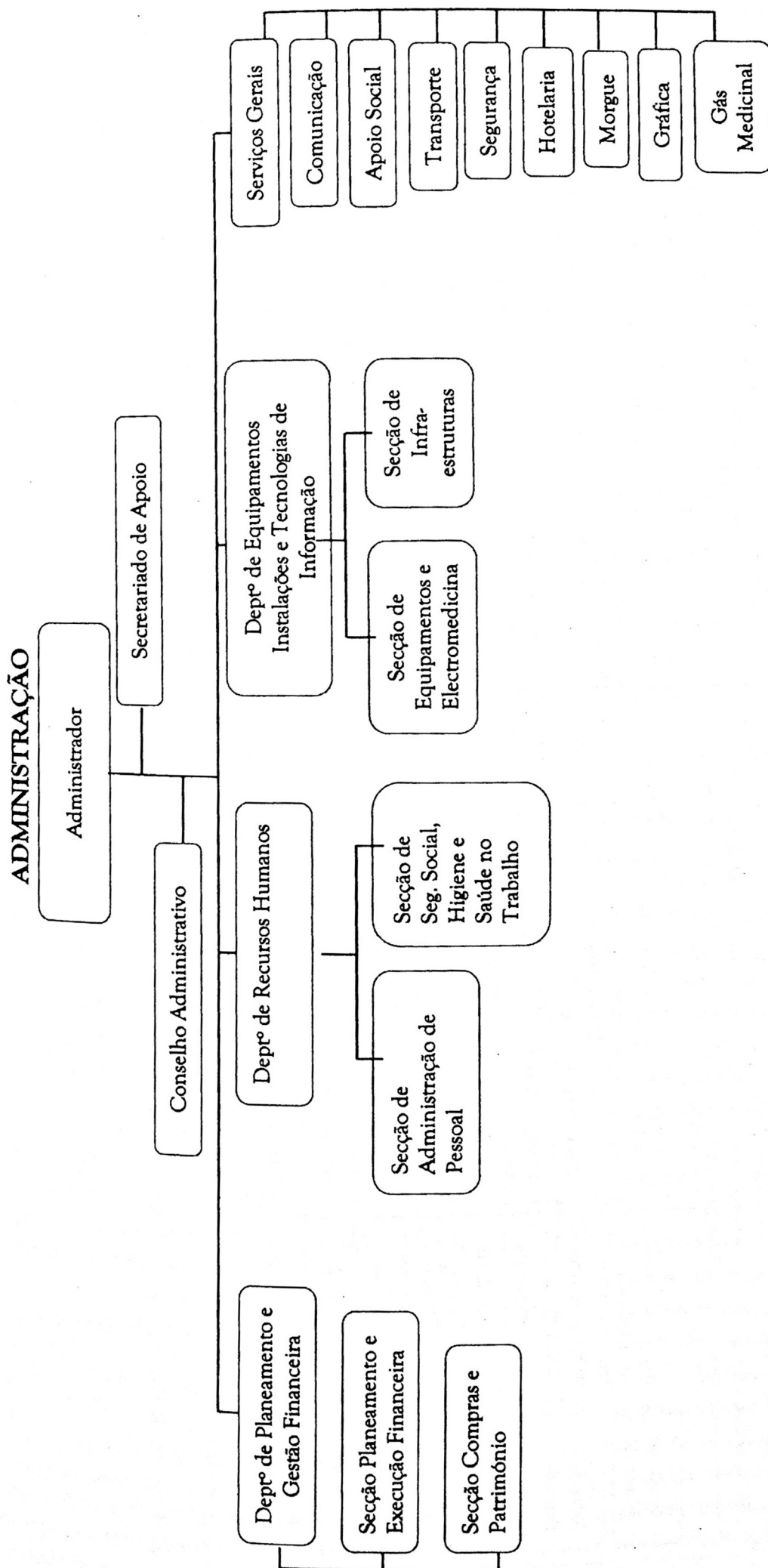


DIRECÇÃO DE ENFERMAGEM

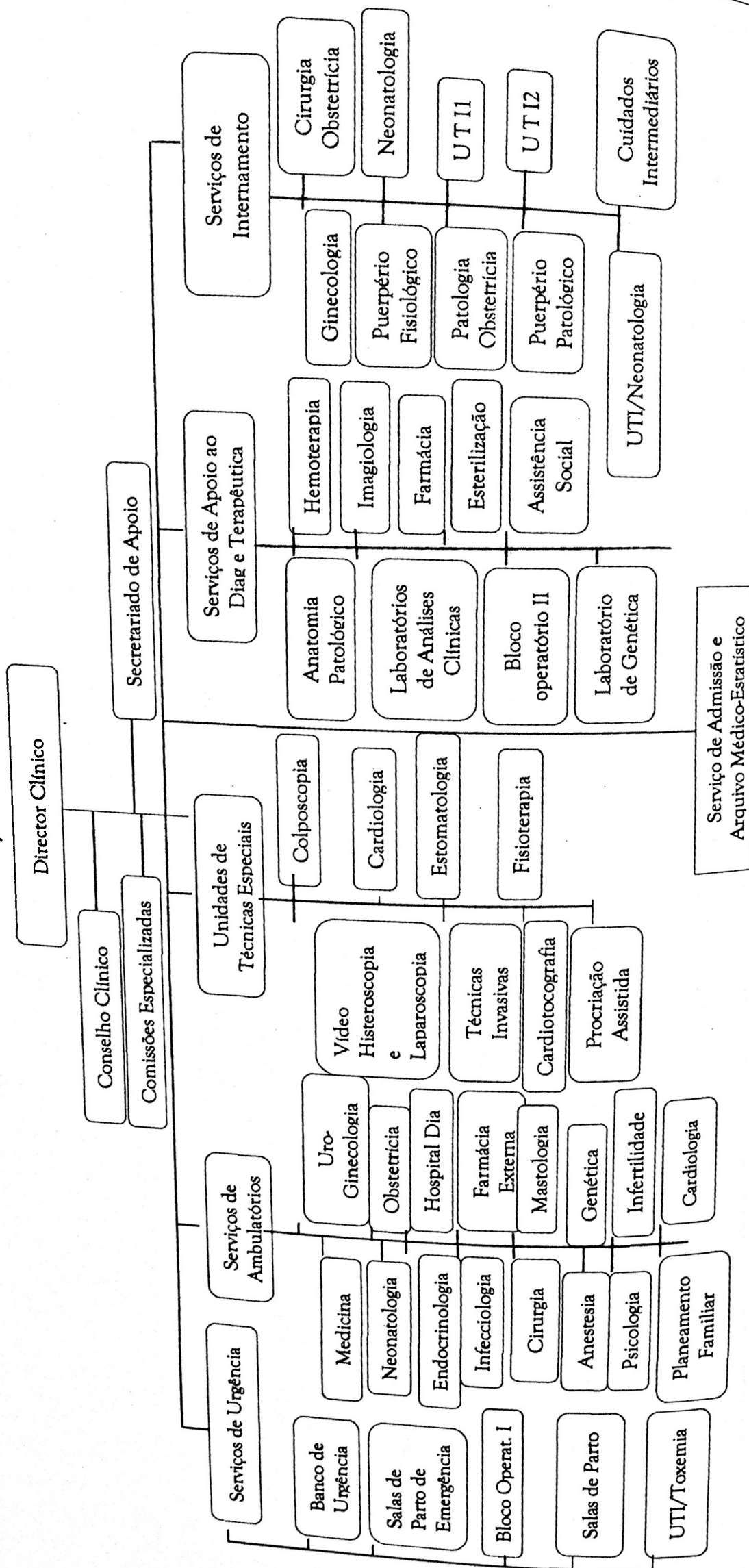


DIRECÇÃO PEDAGÓGICA E CIENTÍFICA





DIRECÇÃO CLÍNICA



Decreto Presidencial n.º 248/14
de 10 de Setembro

Considerando que no âmbito dos esforços para o desenvolvimento do País o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente a melhoria do bem-estar das populações, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano;

Tendo em conta que a investidora interna ESA — Engineering Services Angola, Limitada, pretende implementar um projecto de investimento privado que consiste na construção e implementação de uma fábrica de transformação de vidros, localizado na Província de Luanda;

O Presidente da República decreta nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado, sob o regime contratual, o projecto de investimento «ESA — Engineering Services Angola, Limitada», no valor de USD 13.224.924,00 (treze milhões, duzentos e vinte e quatro mil novecentos e vinte e quatro dólares norte-americanos), bem como o Contrato de Investimento anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Aumento de Investimento)

A ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado pode, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), aprovar o aumento de investimento e alargamento da actividade que o projecto venha a necessitar no quadro do seu contínuo desenvolvimento.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se suscitarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO
ESA — ENGINEERING SERVICES
ANGOLA, LIMITADA

Entre:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional de Investimento Privado, com sede em Luanda, na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar, neste acto representada por Maria Luísa Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração,

com poderes estatutários para o acto (doravante designados por «Estado» e «ANIP», respectivamente);

e

ESA — Engineering Services Angola, Limitada, com sede social na Rua 6-1-L Boavista, na Província de Luanda, República de Angola, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Comarca de Luanda, sob o n.º 3349/2007, Contribuinte Fiscal n.º 5403099573, neste acto representada por Manuel Isidro Silva Gomes, na qualidade de Gerente e Director Geral, titular do Cartão de Estrangeiro Residente n.º 0000433T02, emitido em 26 de Fevereiro de 2013, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, com poderes para o acto (doravante designada por «ESA, Limitada» ou «Investidora Privada Interna»);

Considerando que:

- A) A República de Angola reconhece que o investimento privado desempenha um papel crucial no desenvolvimento da economia do País;
- B) A República de Angola estabeleceu em 2011 um novo quadro legal para o investimento privado, definindo, designadamente, os princípios gerais, o regime e os procedimentos de acesso aos incentivos e facilidades a conceder pelo Estado aos investidores privados;
- C) A Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, aprovada pela Assembleia Nacional, regula actualmente as bases do investimento privado, bem como o regime de acesso aos incentivos fiscais e facilidades a conceder pelo Estado Angolano;
- D) No quadro do referido diploma legislativo supra-citado no Considerando C) que antecede, todo e qualquer investidor privado externo e interno que tenha um projecto de investimento cujo montante global corresponda ao valor igual ou superior a USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), ou ao seu equivalente em moeda nacional no caso de investimento interno e queira beneficiar de incentivos fiscais e aduaneiros, deve submeter à ANIP um projecto de contrato de investimento privado que regula as relações entre o Estado Angolano e o respectivo investidor privado;
- E) A ESA — Engineering Services Angola, Limitada, é uma sociedade comercial, por quotas, que foi constituída sob a égide das normas legais angolanas e ao abrigo de um projecto de investimento privado enquadrado no regime de declaração prévia instituído pela anterior Lei do Investimento Privado, Lei n.º 11/03, de 13 de Maio;

- F) Ao abrigo do referido projecto de investimento privado de constituição da ESA — Engineering Services Angola, Limitada, foi emitido, aos 25 de Novembro de 2006, pela Agência Nacional para o Investimento Privado um Certificado de Registo de Investimento Privado — CRIP, que autorizava à ESA — Engineering Services Angola, Limitada o exercício da actividade de construção civil e obras públicas;
- G) Nos termos do respectivo Certificado de Registo de Investimento Privado — CRIP, a ESA — Engineering Services Angola, Limitada, já investiu efectivamente, até à presente data, o montante global de USD 13.970.900,00 (treze milhões novecentos e setenta mil e novecentos dólares dos Estados Unidos da América) divididos e repartidos do seguinte modo: investiu inicialmente o equivalente a USD 4.971.000,00 (quatro milhões novecentos e setenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América); posteriormente procedeu a um aumento deste investimento inicial através da importação de máquinas, equipamentos, acessórios, materiais e outros meios fixos corpóreos no valor equivalente a USD 4.999.900,00 (quatro milhões novecentos e noventa e nove mil e novecentos dólares dos Estados Unidos da América) e finalmente, através da alocação de fundos próprios, investiu aproximadamente cerca de USD 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), todos eles devidamente registados, por averbamento, no respectivo CRIP, designadamente aos 24 de Abril de 2008 e 15 de Outubro de 2010, respectivamente;
- H) O Certificado de Registo de Investimento Privado — CRIP, emitido pela Agência Nacional para o Investimento Privado concedeu à ESA — Engineering Services Angola, Limitada, diversos incentivos fiscais e aduaneiros, designadamente, a isenção de pagamento do Imposto Industrial por oito anos, a isenção de pagamento do Imposto sobre a Aplicação de Capitais por cinco anos e a isenção no pagamento dos Direitos Aduaneiros por três anos;
- I) Por força dos incentivos fiscais e aduaneiros concedidos à ESA — Engineering Services Angola, Limitada, esta resolveu reinvestir, no ramo industrial, os rendimentos obtidos com a sua actividade

- de construção civil e obras públicas, e na criação e implementação de uma fábrica de formação e produção de vidro;
- J) No âmbito do vasto programa nacional de classificação, promoção do empreendedorismo, do crescimento sustentável da economia executado pelo Governo da República, na o sector da indústria transformadora, na um dos sectores de actividade que é p...
- K) O mercado da indústria transformadora, com a actividade de transformação e produção de vidro é uma área de negócio, com um forte potencial de crescimento em virtude da quase total concorrência neste segmento de actividade em Luanda, quer nos restantes pontos do país;
- L) Nesta medida, os investimentos neste domínio têm uma assinalável importância porque permitem a supressão das necessidades que se registam em toda a área em todo o País;
- M) A ESA — Engineering Services Angola, Limitada, reúne as condições técnicas e financeiras que permitem executar com êxito um projecto de investimento privado consubstanciado na construção e implementação de uma fábrica de transformação de vidro, a ser edificada na Província de Luanda, no Distrito do Kilamba Kiaxi, numa área de 10 hectares, permitindo-se, deste modo, reforçar e consolidar de modo decisivo para o tecido empresarial angolano, neste ramo de actividade;
- N) O investimento privado acima identificado contribui, em concreto e de forma determinante, para o incremento na oferta de produtos relacionados com a produção e transformação do vidro, permitindo no essencial (i) contribuir, em Angola, para a criação e geração de um tecido empresarial forte, sobretudo ao nível das Micro, Pequenas e Médias Empresas — MPME; (ii) contribuir para um aumento do crescimento de sectores como a agricultura, silvicultura, pescas, construção de energia eléctrica; (iii) contribuir a médio prazo neste segmento de actividade pela substituição gradual das importações pelas exportações de produtos que careçam desta matéria-prima.
- Animados pelo propósito da concretização do supramencionado projecto, e nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, conjugado com o n.º 1 do artigo 61.º e seguintes da mesma Lei, é celebrado livremente e de livre

no interesse recíproco de ambas as Partes Contratantes, o presente Contrato de Investimento Privado denominado «ESA — Engineering Services Angola, Limitada» que se rege pelas cláusulas seguintes e, no omissso, pela legislação aplicável:

CLÁUSULA 1.ª

(Natureza e objecto do contrato de Investimento Privado)

1. O presente Contrato de Investimento Privado tem natureza administrativa.

2. O objecto do presente Contrato de Investimento Privado consiste num projecto de construção e implementação de uma fábrica de transformação de vidros, instalada na Província de Luanda, no Distrito do Kilamba Kiaxi numa área de 4.064m².

3. O presente Contrato de Investimento Privado pretende promover, no âmbito da linha de produção que se pretende instalar, a produção e a oferta das seguintes modalidades de produção de vidros:

- a) Produção de vidro simples;
- b) Produção de vidro isolante;
- c) Produção de vidro temperado;
- d) Produção de vidros de formas específicas;
- e) e outras modalidades diversas.

CLÁUSULA 2.ª

(Localização do investimento e regime jurídico dos bens)

1. O empreendimento objecto do presente Contrato de Investimento Privado localiza-se na zona de desenvolvimento A, nomeadamente no Distrito do Kilamba Kiaxi, na Província de Luanda.

2. O estabelecimento principal deste projecto de investimento privado denominado «ESA — Engineering Services Angola, Limitada», designadamente a implementação e edificação da fábrica de produção e transformação de vidro, está localizado no Distrito do Kilamba Kiaxi, na Cidade de Luanda, República de Angola.

3. Integram o projecto de investimento privado objecto do presente contrato, máquinas, equipamentos e materiais relacionados com o programa de implementação e criação da fábrica de vidros, conforme Anexo I (reservado às partes).

4. Os bens que integram o projecto de investimento privado são propriedade da Investidora Privada Interna.

5. O disposto no número anterior em nada prejudica a integração de outros meios técnicos e/ou operacionais que se reputem indispensáveis à implementação do projecto de investimento privado e que sejam propriedade da Investidora Privada Interna.

6. O projecto «ESA — Engineering Services Angola, Limitada» não acarreta para o Estado Angolano qualquer participação ou encargo financeiro.

CLÁUSULA 3.ª

(Entrada em vigor e duração)

O presente Contrato de Investimento Privado entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes Contratantes e tem duração por um período de tempo indeterminado.

CLÁUSULA 4.ª

(Objectivos do projecto)

O presente projecto de investimento privado pretende, no âmbito da indústria transformadora, incrementar a produção e transformação de vidros ao abrigo do disposto no ii) da alínea a) do artigo 21.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 5.ª

(Montante global do Investimento Externo)

Para o desenvolvimento e implementação do projecto de investimento privado denominado «ESA — Engineering Services Angola, Limitada», a Investidora Privada Interna realiza um investimento interno no montante global de USD 13.224.924,00,00 (treze milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro dólares norte-americanos).

CLÁUSULA 6.ª

(Operações de Investimento Interno)

O projecto de investimento privado que está a ser desenvolvido pela Investidora Privada Interna traduz-se na realização, entre outros, dos seguintes actos e contratos, nos termos das alíneas a), b), c), f), o) e p) do artigo 10.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio:

- a) Utilização de moeda nacional ou outra livremente conversível domiciliada em território nacional;
- b) Aquisição de tecnologia e *know-how*;
- c) Aquisição de máquinas e equipamentos;
- d) Aplicação de recursos financeiros resultantes de empréstimos, incluindo os que tenham sido obtidos no exterior, devendo os mesmos ser previamente licenciados, nos termos da legislação cambial em vigor;
- e) Realização de prestações suplementares de capital, adiantamentos de sócios e, em geral, os empréstimos ligados à participação nos lucros;
- f) Aquisição de bens imóveis situados em território nacional, quando esta aquisição se integre em projectos de investimento privado.

CLÁUSULA 7.ª

(Forma de realização do Investimento Privado Interno)

1. Os actos de Investimento Privado Interno integrados no âmbito do projecto «ESA — Engineering Services Angola, Limitada» são realizados em território nacional, isolada ou cumulativamente, através das seguintes formas:

- a) Alocação de fundos próprios;
- b) Alocação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos;
- c) Incorporação de tecnologias e *know-how*, desde que representem uma mais-valia ao empreendimento e sejam susceptíveis de avaliação pecuniária.

CLÁUSULA 8.^a
(Formas de aplicação do Investimento
e de Financiamento do Projecto)

1. O montante global do Projecto de Investimento Privado, conforme estipulado na Cláusula 8.^a do presente contrato, é investido pela Investidora Privada Interna de acordo com os seguintes valores:

a) USD 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil dólares norte-americanos) aplicados na aquisição de um prédio rústico;

b) USD 11.524.924,00 (onze milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro dólares norte-americanos) — resultante de um empréstimo concedido por Marco Paulo da Cruz Pinheiro da Silva à Investidora Privada Interna, que são aplicados designadamente em infra-estruturas, construção civil, na aquisição de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos e incorpóreo, bem como na aquisição de tecnologia e know-how, estudos e projectos e fundo de maneio para o arranque das actividades, conforme plano de investimento que se descreve nas páginas 32 e 49 do Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro, que se junta como Anexo I (reservado às partes).

2. A fim de realizar o investimento global orçado em USD 13.224.924,00 (treze milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro dólares norte-americanos), a Investidora Privada Interna recorre a capital domiciliado em território nacional representado quer por capitais próprios desta quer por um empréstimo concedido por Marco Paulo da Cruz Pinheiro da Silva.

3. O Banco Nacional de Angola deve permitir o licenciamento da importação de capitais externos necessários para a concretização e implementação do projecto de investimento privado, de acordo com a legislação aplicável sobre a matéria.

4. A alocação dos equipamentos, materiais e acessórios, bem como de outros meios fixos corpóreos, são feitas à medida das necessidades de desenvolvimento e expansão do projecto de investimento privado.

CLÁUSULA 9.^a
(Aumento do Investimento)

No quadro do desenvolvimento com êxito do projecto de investimento privado, a Investidora Privada Interna pode, no futuro e nos termos da legislação aplicável, solicitar junto da ANIP o aumento do capital a investir em conformidade com o disposto no artigo 78.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 10.^a
(Programa de implementação e desenvolvimento do presente projecto de construção e implementação de produção e transformação de vidro, a Investidora Interna prevê um conjunto de custos de produção, os quais melhor descritos e identificados nas páginas 32 e 49 do Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro, que se junta como Anexo I (reservado às partes), para os anos 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

CLÁUSULA 11.^a
(Concessão de incentivos Fiscais e Aduaneiros)

1. O projecto de investimento privado é considerado no sector prioritário de fomento à indústria transformadora pelo que, em conformidade com o disposto no preceito alínea a) do artigo 21.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, são concedidos os incentivos fiscais e aduaneiros nos números seguintes:

- a) Isenção do Imposto Industrial por um período de 3 anos (artigo 38.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio);
- b) Isenção do Imposto sobre a Aplicação de Imposto por um período de 2 anos (artigo 40.º alínea a) da Lei n.º 20/11);
- c) Isenção do Imposto de Sisa, relativamente à aquisição de terrenos e imóveis adstritos ao preceito ao abrigo do artigo 41.º da Lei n.º 20/11.

2. O regime de incentivos fiscais e aduaneiros, do presente contrato, permanece em vigor mesmo no decurso da sua aplicação, os impostos sobre que não forem substituídos por outros da mesma ou idêntica natureza.

3. O período de isenção referido no n.º 1 conta-se a partir do início da laboração de, pelo menos, 90% da força de trabalho prevista, no âmbito da implementação do projecto.

CLÁUSULA 12.^a
(Definição das condições de exploração, gestão, associação e prazos de implementação de projectos)

As condições de exploração e gestão do projecto, identificadas no Anexo V (reservado às partes), prevê o seguinte:

Produtos/	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Serviços	Qtd m2/vlr	Qtd m2/vlr	Qtd m2/vlr	Qtd m2/vlr	Qtd m2/vlr
Vidro Temperado	160.640 vlr 36.947.200	160.640 vlr 36.947.200	168.672 vlr 38.794.560	168.672 vlr 38.794.560	168.672 vlr 38.794.560
Vidro Duplo	125.500 vlr 5.647.500,00	125.500 vlr 5.647.500,00	131.775 vlr 5.929.875	131.775 vlr 5.929.875	131.775 vlr 5.929.875
Total	Valor 42.594.700	Valor 42.594.700	Valor 44.724.435	Valor 44.724.435	Valor 44.724.435

CLÁUSULA 13.ª

(Acompanhamento do Projecto de Investimento Privado)

1. Sem prejuízo das funções de tutela ministerial do sector e dos poderes de fiscalização que cabem às competentes instâncias oficiais do Estado a que respeitam as matérias reguladoras deste contrato, incumbe à ANIP a responsabilidade de assessorar, acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Investimento Privado, nos termos do disposto no artigo 71.º seguintes da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. A Investidora Privada Interna deve fornecer anualmente todas as informações sobre o desenvolvimento e os resultados do empreendimento, preenchendo para o efeito o questionário que lhes é enviado pela ANIP, sem prejuízo de outras informações e provas jurídico-legais, económicas e financeiras que justifiquem a evolução da realização do projecto de investimento privado.

3. Em qualquer caso, a Investidora Privada Interna facultará em tempo oportuno e com a devida antecedência, e conforme lhes seja solicitado pelas entidades competentes do Estado Angolano, as provas adequadas de que estão a ser satisfeitos os objectivos e obrigações constantes do presente Contrato de Investimento Privado.

4. Os pressupostos inerentes à concessão de incentivos fiscais e aduaneiros, merecem acompanhamento da ANIP e das demais entidades competentes nos termos da Lei.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto Económico e Social do Projecto de Investimento Privado)

1. O presente Projecto de Investimento Privado tem o seguinte impacto económico e social no País, e, em particular, na região de Luanda:

- a) Contribuir para o crescimento da economia angolana, com um impacto positivo no incremento do Produto Interno Bruto;
- b) Favorecer a diversificação e fortificação do tecido empresarial de Angola, permitindo reforçar a capacidade de produção e de transformação de vidros instalada no País;
- c) Contribuir para a redução da taxa de desemprego no mercado nacional, através da criação de novos postos de trabalho para cidadãos nacionais elevando-se a qualificação da mão-de-obra angolana;
- d) Colocar à disposição do consumidor angolano uma gama mais variada de produtos no sector produtivo e transformador do vidro;
- e) Aumentar a produção, transformação e exportações de vidro reduzindo as importações neste sentido.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacte Ambiental)

No quadro da implementação e desenvolvimento do projecto de investimento privado a Investidora Privada Interna observa o disposto na legislação em vigor, nomeadamente a Lei n.º 5/98, de 18 de Junho, o Decreto-Lei n.º 51/04, de 23 de Julho, o Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho, e o Decreto n.º 1/10, de 13 de Janeiro, sobre a adopção das medidas e procedimentos mais adequados para a prevenção da poluição e outros danos ambientais, conforme Anexo II (reservado às partes).

CLÁUSULA 16.ª

(Força de trabalho e plano de Formação Profissional do Projecto de Investimento Privado)

1. O presente projecto de Investimento Privado vai contemplar a garantia de criação e manutenção de 47 (quarenta e sete) postos de trabalho a tempo inteiro.

2. Inicialmente cerca dos 33 (trinta e três) dos postos de trabalho criados pelo projecto, são preenchidos com mão-de-obra nacional e estrangeira, especializada e não especializada, designadamente 31 (trinta e um) operários nacionais de mão-de-obra não especializada e 2 (dois) operários estrangeiros de mão-de-obra especializada.

3. Os restantes 14 (catorze) postos de trabalho são preenchidos com mão-de-obra qualificada, repartidos da seguinte maneira:

- a) Sendo oito (8) estrangeiros e os restantes seis (6) angolanos.

4. O programa de formação da força de trabalho previsto para a concretização e desenvolvimento do Projecto de Investimento Privado consta do Anexo III (reservado às partes).

5. Para o efeito, e para cumprimento do disposto no n.º 4, são levados a cabo dois tipos de programas de formação com vista a dotar os recursos humanos de competências e aptidões necessárias ao exercício da sua função, designadamente:

- a) Formação «on-the-job» directamente ligada à utilização e manutenção dos equipamentos, que é ministrada pelos fornecedores dos equipamentos;
- b) Acções específicas de formação, definidas pelos órgãos de administração do Investidor Privado Externo, que podem ser ministradas por consultores externos e internos.

CLÁUSULA 17.ª

(Apoio Institucional do Estado Angolano)

O Estado Angolano, devidamente representado pelas suas instituições públicas, de acordo com as competências destas e no interesse do êxito socio-económico do projecto, compromete-se institucionalmente:

- a) Através dos Ministérios competentes e do Governo Provincial de Luanda, a conceder à Investidora Privada Interna todo o apoio institucional necessário à implementação do projecto, em conformidade com as normas legais estabelecidas;
- b) Através do Ministério do Comércio, a garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação do projecto;

- c) Através do Ministério do Interior, a garantir a concessão dos necessários vistos de trabalho e autorizações de residência legalmente previstas, para que a Investidora Privada Interna possa, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 72.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, admitir trabalhadores estrangeiros qualificados;
- d) Através do Banco Nacional de Angola, designadamente do Departamento de Controlo Cambial, a emitir as respectivas licenças de importação de capitais autorizados, se necessário for, bem como as licenças de exportação de capitais, para os casos necessários, autorizando, para o efeito, a transferência dos montantes para reembolso de empréstimos e respectivos juros ou encargos assim como os dividendos ou outros lucros distribuídos e resultados da liquidação nos termos legalmente estabelecidos;
- e) Através do Serviço Nacional das Alfândegas, a apoiar o processo de concessão de benefícios e isenções aduaneiras autorizados e consequente desembaraço célere dos bens e equipamentos importados no âmbito do projecto de investimento privado.

CLÁUSULA 18.ª

(Garantias, Protecção do Investimento e Direitos do Investidor)

Ficam desde já atribuídos à Investidora Privada Interna e ao abrigo deste contrato, os direitos e garantias consagrados na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, nomeadamente:

- a) A igualdade de tratamento;
- b) A protecção de direitos;
- c) As garantias específicas;
- d) O recurso ao crédito interno e externo.

CLÁUSULA 19.ª

(Obrigações da Investidora Privada Interna)

1. A Investidora Privada Interna obriga-se a cumprir os compromissos contratuais, bem como a respeitar as leis e regulamentos vigentes na República de Angola, sujeitando-se às respectivas penalidades em caso de incumprimento que lhe seja imputável.

2. A Investidora Privada Interna deve, em especial, cumprir as seguintes obrigações:

- a) Promover a formação e enquadramento de mão-de-obra nacional e a angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia sem qualquer tipo de discriminação, nos termos previstos no Anexo III (reservado às partes);
- b) Não praticar, por acção ou omissão, quaisquer actos que configurem discriminação racial, do género ou por deficiência física, não fomentando factores de exclusão em razão do salário ou da condição

- social entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, devendo atribuir aos angolanos condições, salários e regalias sociais e seus homólogos expatriados de igual nível académico e qualificação técnica;
- c) Pagar os impostos e todas as outras contribuições que lhe sejam devidas, sem prejuízo dos benefícios fiscais a que esteja sujeita de acordo com os termos da legislação em vigor;
- d) Constituir fundos e reservas e fazer as reservas previstas na legislação em vigor;
- e) Aplicar o Plano Nacional de Contas e a contabilidade vigentes no País e respeitar as normas por lei;
- f) Respeitar as normas relativas à defesa do ambiente e higiene, protecção e segurança dos trabalhadores, doenças profissionais, acidentes e outras eventualidades previstas na legislação, nomeadamente Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, e de Bases do Ambiente.
- g) Efectuar e manter actualizados seguros de acidentes e doenças profissionais dos trabalhadores bem como seguros de responsabilidade civil perante terceiros ou ao meio ambiente.

CLÁUSULA 20.ª

(Regime cambial)

1. Fica desde já garantido à Investidora Privada Interna o seguinte regime cambial:

- a) A obrigatoriedade desta negociar exclusivamente com as instituições financeiras legais autorizadas, nos termos da alínea a) do artigo 49.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;
- b) A possibilidade desta adquirir moeda estrangeira para introduzir no País, seja para transferências para fora do País, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;
- c) O direito desta transferir para o exterior queixas e importâncias que sejam devidas, depois de pagos os respectivos impostos, previstas em contratos, que nos termos da Lei do Investimento Privado constituam operações de investimento externo, incluindo juros e capital resultantes de empréstimos de terceiros concedidos no exterior do País, nos termos da legislação cambial;
- d) O direito desta transferir para o exterior o produto de indemnizações que possam advir de eventuais expropriações e nacionalizações, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. Os trabalhadores estrangeiros contratados no âmbito execução do presente Contrato de Investimento Privado não têm o direito de transferir para o exterior o seu rendimento trabalho, honorários ou comissões ou qualquer outro tipo remuneração recebidos pela contrapartida da prestação do trabalho, depois de deduzidos os respectivos impostos, nos termos do disposto no artigo 74.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 21.ª
(Lei aplicável e Resolução de Litígios)

1. O presente Contrato de Investimento Privado rege-se pelas leis vigentes na República de Angola.

2. Em caso de desacordo ou litígio relativamente à interpretação ou execução do presente Contrato de Investimento Privado, as Partes Contratantes diligenciam no sentido de alcançarem por acordo uma solução adequada e equitativa.

3. No caso de não ser possível uma solução negociada nos termos previstos no n.º 2, qualquer uma das Partes Contratantes deve recorrer à arbitragem.

4. A arbitragem é realizada por um Tribunal Arbitral composto por três árbitros, cabendo a cada uma das Partes Contratantes a nomeação de um árbitro, e aos dois árbitros assim nomeados a escolha do terceiro árbitro, que exerce as funções de presidente do Tribunal Arbitral.

5. Na falta de acordo para a escolha do terceiro árbitro, este é nomeado pelo Tribunal Provincial de Luanda, mediante requerimento de qualquer uma das Partes Contratantes.

6. O presidente do Tribunal Arbitral tem voto de qualidade.

7. O Tribunal Arbitral funciona na Província de Luanda, em local a designar pelo seu presidente e julga segundo o direito substantivo angolano.

8. Das decisões do Tribunal Arbitral não pode ser interposto recurso para instâncias judiciais.

CLÁUSULA 22.ª
(Infracções e sanções)

1. Para efeitos deste Contrato e da Lei constitui transgressão o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que a Investidora Privada Interna está sujeita, designadamente:

- a) O uso das contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para as quais tenham sido autorizadas;
- b) A prática de actos de comércio fora do âmbito do projecto de investimento autorizado;
- c) A prática de facturação que permita a saída de capitais para o estrangeiro ou iluda as obrigações a que a Investidora Privada Interna está sujeita, designadamente, as de carácter fiscal;
- d) A não execução das acções de formação ou a não substituição de trabalhadores estrangeiros por

nacionais nas condições e prazos previstos no presente Contrato;

- e) A não execução injustificada do investimento nos prazos contratualmente acordados;
- f) A falta de informação anual à ANIP referida no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;
- g) A falsificação de mercadorias e prestação de falsas declarações.

2. A sobre facturação dos preços das máquinas e equipamentos importados por parte da Investidora Privada Interna, nos termos da presente lei, constitui infracção nos termos da legislação aplicável.

3. Sem prejuízo de outras sanções especialmente aplicáveis e previstas na Lei, as transgressões acima referidas são passíveis das seguintes sanções:

- a) Multa em kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América) e USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), sendo o valor mínimo e o valor máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Perda de isenções, incentivos fiscais e outras facilidades concedidas;
- c) Revogação da autorização de investimento.

CLÁUSULA 23.ª
(Língua do Contrato e Exemplares)

O presente Contrato de Investimento Privado é redigido em língua portuguesa, em 2 (dois) exemplares originais com igual teor e força jurídica, destinando-se um exemplar a cada uma das Partes Contratantes.

CLÁUSULA 24.ª
(Condições contratuais)

As condições contratuais são definidas por:

- a) Cláusulas do presente Contrato de Investimento Privado;
- b) Anexos ao Contrato de Investimento Privado;
- c) Decreto Presidencial sob a forma de decisão final a aprovar o presente Projecto de Investimento Privado;
- d) Legislação angolana aplicável.

CLÁUSULA 25.ª
(Anexos)

Junta-se ao presente Contrato de Investimento Privado os seguintes anexos (reservados às partes), que dele fazem parte integrante:

1. Anexo 1: Estudo de viabilidade técnico-económica, que inclui a lista das máquinas e equipamentos já importados e necessários à implementação da fábrica, bem como o plano de formação dos trabalhadores.

2. Anexo 2: Estudo de impacte ambiental.
3. Anexo 3: Plano da força de trabalho e de formação profissional.
4. Anexo 4: Documentação legal relativa à situação jurídica da Investidora Privada Interna ESA — Engineering Services Angola, Limitada.
5. Anexo 5: Condições de Exploração, Gestão, Associação e Prazos de Implementação de Projectos.

Feito em Luanda, aos [...] de [...] de 2014.

Pela ANIP e em representação do Estado Angolano, a Presidente do Conselho de Administração da ANIP, *Maria Luísa Abrantes*.

Pela ESA — Engineering Services Angola, Limitada, o Gerente e Director Geral, *Manuel Isidro Silva Gomes*.

Decreto Presidencial n.º 249/14 de 10 de Setembro

Considerando a necessidade de se implementar os projectos integrados no Programa de Investimento Público do exercício corrente, com vista à concretização da política de investimento para o desenvolvimento económico e social do País;

O Presidente da República decreta, nos termos das disposições combinadas da alínea b) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Acordo de Financiamento entre o Ministério das Finanças em representação da República de Angola e o Banco Internacional de Crédito — BIC, no valor global em Kwanzas de 30.000.000.000,00 (trinta mil milhões de Kwanzas).

ARTIGO 2.º (Autorização)

É autorizado o Ministro das Finanças a proceder à assinatura do referido Acordo de Financiamento e toda a documentação relacionada com o mesmo, podendo subdelegar a outras entidades.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º (Entrada em Vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 250/14 de 10 de Setembro

Havendo necessidade de proceder à abertura de crédito adicional no Orçamento Geral do Estado para o suporte das despesas com o arrendamento da instalação da Unidade Orçamental — Prozac T

Tendo em conta que a Lei n.º 15/10, de 14 de Maio, do Orçamento Geral do Estado, estabelece, no artigo 27.º, que os créditos suplementares estabelecidos por Lei são abertos por Decreto Presidencial e 2

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Aprovação de Abertura de Crédito Adicional Suplementar)

É autorizado o crédito adicional no montante de AKz: 123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de Kwanzas), para o pagamento das despesas relacionadas com o arrendamento de um imóvel.

ARTIGO 2.º (Inscrição da dotação orçamental)

O crédito adicional aberto nos termos do presente Diploma é afecto à Unidade Orçamental — Prozac Militar, conforme quadro anexo ao presente Diploma, o qual é parte integrante.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ANEXO a que se refere o artigo 2.º

UO — Supremo Tribunal Militar			OD — Supremo Tribunal Militar	
Função	Programa	Actividade	Natureza de Despesa	Valor
Órgãos Executivos	Actividade Permanente	Defesa da Legalidade e dos Interesses do Estado em Juízo	Renda de Imóveis	123.000.000
Total				123.000.000

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 177/14
de 10 de Setembro

Considerando a necessidade de se conferir dignidade aos atos de justiça militar e proporcionar melhores condições de trabalho aos seus funcionários;

Tendo em conta que a construção do novo edifício sede do Supremo Tribunal Militar e a Procuradoria Militar das Forças Armadas Angolanas consta no Programa de Investimento Público, estando inscrito na Programação Financeira do ano 2014, o valor Kwanzas 3.144.796.604,00 (três biliões cento quarenta e quatro milhões setecentos e noventa e seis mil iscentos e quatro kwanzas);

Havendo necessidade de se dar início às obras para a construção do novo edifício sede dos órgãos de justiça militar;

O Presidente da República determina, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 120.º e do nº 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É autorizada a despesa acima referida para a construção do novo edifício sede do Supremo Tribunal Militar e a Procuradoria Militar das Forças Armadas Angolanas.

2.º — O Ministro das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à execução do projecto.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

4.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 178/14
de 10 de Setembro

Considerando que através do Despacho n.º 10/91, de 25 de Maio, foi criada a Comissão Nacional para a Venda do Património Habitacional do Estado, com o objectivo de proceder à implementação da Lei n.º 19/91, de 25 de Maio — Sobre a Venda do Património Habitacional do Estado;

Tendo em conta que foram alcançados na sua generalidade os objectivos para os quais a referida Comissão foi criada, não se justifica a sua manutenção uma vez que as suas atribuições foram absorvidas pelo Instituto Nacional da Habitação, abreviadamente designado INH, com a aprovação recente do seu Estatuto Orgânico, através do Decreto Presidencial n.º 121/14, de 4 de Junho;

O Presidente da República determina, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 120.º e do nº 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É extinta a Comissão Nacional para a Venda do Património Habitacional do Estado.

2.º — As atribuições até então exercidas por esta Comissão transitam para o Instituto Nacional da Habitação.

3.º — É igualmente transferido para o Instituto Nacional da Habitação, sem mais formalidades, todo o património e pessoal afecto à Comissão.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

5.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Agosto de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Resolução n.º 55/14
de 10 de Setembro

Considerando que os artigos 118.º e 119.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982, consagram o dever dos Estados cooperarem entre si na conservação e gestão dos recursos vivos nas zonas do alto mar da zona comum, através de estabelecimento de organizações sub-regionais ou regionais de pesca para este fim;

Atendendo que a Decisão n.º 9/CEEAC/CEEG/XIII/07 determina a anexação do Comité Regional das Pescas do Golfo da Guiné à Comunidade Económica dos Estados da África Central, na qualidade de organização especializada, adoptada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, realizada em Brazzaville, República do Congo, aos 30 de Outubro de 2007;

Considerando que com a Adesão da República de Angola à Convenção relativa ao Desenvolvimento Regional das Pescas do Golfo da Guiné — COREP resultarão apoios na implementação dos programas de investigação científica, na facilitação da troca, análise e difusão dos dados estatísticos e biológicos e a liderança na zona da Convenção, tendo em conta a larga experiência de Angola através do Instituto de Investigação Pesqueira;

Considerando que a República de Angola reiterou o seu interesse de aderir à COREP na última reunião do Conselho de Ministros da Comissão que teve lugar em Kinshasa, República Democrática do Congo, a 23 de Fevereiro de 2013;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do Povo, nos termos da alínea K) do artigo 161.º e da alínea f) do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada para Adesão da República de Angola à Convenção Relativa ao Desenvolvimento Regional das Pescas do Golfo da Guiné (COREP).

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 26 de Junho de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

CONVENÇÃO RELATIVA AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DAS PESCAS DO GOLFO DA GUINÉ (COREP)

Preâmbulo

O Governo da República de Angola;
O Governo da República dos Camarões;
O Governo da República do Congo;
O Governo da República Democrática do Congo;
O Governo da República Gabonesa;
O Governo da República da Guiné Equatorial;
O Governo da República de São Tomé e Príncipe.

Ansiosos de estabelecer uma plataforma regional de concertação e cooperação para alcançar políticas harmonizadas de pesca;

Desejosos de promover uma parceria com as organizações internacionais competentes, no quadro de uma estratégia de ordenamento das pescas posta ao serviço do desenvolvimento socioeconómico de seus povos;

Conscientes da necessidade de preservar os ecossistemas aquáticos através de uma gestão racional para assegurar o desenvolvimento sustentável;

Considerando o Tratado que institui a Comunidade Económica dos Estados da África Central;

Referindo à Decisão n.º 9/CEEAC/CCEG/XIII/07, tomada a 30 de Outubro de 2007, em Brazzaville, pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo, concedendo ao Comité Regional das Pescas do Golfo da Guiné (COREP), o estatuto de agência especializada da CEEAC;

Tendo em consideração os princípios e objectivos do Código de Conduta para uma Pesca Responsável por um lado, bem como os instrumentos convencionais, adoptados sob os auspícios ou no quadro da FAO, em particular o efeito de intensificar a cooperação entre seus membros;

Tendo em conta as disposições pertinentes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, em particular as relativas à conclusão de acordos regionais e sub-regionais de cooperação no sector das pescas e outros instrumentos relativos à cooperação internacional;

Tendo também em conta as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos de uso de água para outros fins que não seja a navegação de 1997;

Notando com interesse as disposições da Convenção Regional sobre a Cooperação Haliêutica entre os Estados Africanos Ribeirinhos do Oceano Atlântico e as disposições internacionais pertinentes;

Acordam o seguinte:

CAPÍTULO I Definições, Âmbito de Aplicação e Objectivos da Convenção

ARTIGO 1.º (Definições)

Para efeitos da presente Convenção, entende-se:

«Convenção»: — a Convenção sobre o Desenvolvimento Regional das Pescas nas Zonas de Jurisdição Nacional dos Estados do Golfo da Guiné;

«Parte»: — todo o Estado pelo qual a presente Convenção entrou em vigor.

«CEEAC»: — Comunidade Económica dos Estados da África Central.

«Comissão» ou «COREP»: — a Comissão Regional das Pescas do Golfo da Guiné estabelecida para a aplicação da presente Convenção.

«Golfo da Guiné»: — espaço geográfico compreendido entre a República dos Camarões e a República da Angola incluída e relevando da Zona Económica Exclusiva de cada Parte.

ARTIGO 2.º (Âmbito de Aplicação)

As disposições da presente Convenção aplicam-se:

1. Na Zona Económica Exclusiva sob jurisdição dos Estados da África Central ribeirinhos do Golfo da Guiné, como definido no artigo 1.º acima.

2. Aos rios, lagos e lagoas dos Estados partes da África Central.

ARTIGO 3.º (Objectivos)

Sem prejuízo do gozo e do exercício de direitos soberanos das Partes a presente Convenção tem como objectivos:

A harmonização das políticas haliêuticas dos Estados Partes;

A promoção de uma cooperação activa em matéria de desenvolvimento e ordenamento das pescas nos Estados Partes;

A determinação de uma atitude concertada em relação às actividades das embarcações de pesca dos Estados Partes e terceiros, acordando um tratamento favorável às unidades de pesca de bandeira dos Estados Partes;

A promoção da criação de empresas conjuntas entre os nacionais dos Estados Partes;

A preservação e a protecção dos ecossistemas marinhos tanto nas águas marinhas como nas águas continentais;

A coordenação e o acompanhamento dos programas de investigação e de formação em matéria de pesca e da aquicultura;

Avaliação dos recursos que se encontram nas águas sob a soberania ou jurisdição de vários Estados Partes;

O tratamento, análise e fornecimento aos Estados Partes dados científicos e técnicos bem como as informações sobre a pesca e aquicultura;

o Interessar os outros Estados Partes sem litoral às medidas de conservação e de gestão dos recursos haliêuticos do Golfo da Guiné;

O desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura áreas sob a jurisdição dos Estados Partes, incluindo:

a) A harmonização das legislações nacionais para o desenvolvimento sustentável das pescas e da aquicultura;

b) A promoção de um desenvolvimento e de uma gestão responsável das pescas e da aquicultura, incluindo as avaliações prévias dos efeitos do desenvolvimento da aquicultura sobre a diversidade genética e a integridade dos ecossistemas com base na informação científica mais fiável disponível;

c) A condução da pesca e da aquicultura de modos a não causar efeitos adversos sobre os meios de existência das comunidades locais e o acesso às zonas de pesca.

O desenvolvimento responsável das pescas e da aquicultura os ecossistemas aquáticos transfronteiriços;

O estabelecimento de quadro jurídico e administrativo eficaz a nível local, nacional e regional para a conservação e gestão das pescarias.

CAPÍTULO II

Estrutura Orgânica e Financiamento do COREP

ARTIGO 4.º (Criação do COREP)

Para implementar os objectivos previstos no artigo 3.º, as Partes decidem criar e estabelecer uma organização inter-governamental denominada Comissão Regional das Pescas do Golfo da Guiné (COREP).

ARTIGO 5.º (Estrutura Orgânica do COREP)

A execução das tarefas confiadas à Comissão é assegurada pelos seguintes órgãos:

O Conselho de Ministros;

O Comité Técnico;

O Secretariado Executivo;

O Subcomité Científico.

As regras de funcionamento do Conselho de Ministros, do Comité Técnico e do Subcomité Científico são estabelecidas pelo regulamento interno do COREP.

ARTIGO 6.º (Conselho de Ministros)

O Conselho de Ministros é o órgão de orientação e decisão da Comissão. Estabelece os planos de acção e princípios que regem as actividades do COREP em conformidade com os objectivos da Convenção.

O Conselho de Ministros é composto por ministros responsáveis pelas pescas dos Estados Partes. Reúne-se em sessão ordinária a cada dois (2) anos e em sessão extraordinária à pedido da maioria das Partes.

A Presidência do Conselho de Ministros é exercida alternadamente por um período de dois (2) anos por cada um dos ministros responsáveis pelas pescas e aquicultura em uma ordem determinada pelo Conselho.

O Conselho de Ministros pode, segundo as necessidades da COREP, criar ou estabelecer subcomités técnicos em diferentes áreas da actividade.

ARTIGO 7.º (Comité Técnico)

O Comité Técnico é o órgão consultivo e de peritos do Conselho de Ministros. É composto por Directores de Pesca e Aquicultura, ou todo o outro perito nomeado pelos Estados Partes.

O Comité Técnico coordena as actividades da COREP, aprova o orçamento e controla as contas. Delibera sobre todas as medidas visando facilitar a implementação das disposições da Convenção e as decisões do Conselho de Ministros.

O Comité Técnico supervisiona as actividades da COREP e analisa as questões regulamentares, administrativas, legislativas e jurídicas.

O Comité Técnico assegura a execução racional e eficaz dos programas da COREP e prepara os trabalhos do Conselho de Ministros.

O Comité Técnico acautela a implementação das decisões do Conselho de Ministros. Faz recomendações ao Conselho de Ministros sobre as matérias científicas e técnicas que lhe são submetidas para análise e delibera previamente sobre as matérias que o Secretário Executivo propõe submeter ao Conselho de Ministros.

A Presidência do Comité Técnico é ocupada pelo país que exerce a Presidência do Conselho de Ministros.

ARTIGO 8.º (Secretariado Executivo)

O Secretariado Executivo é o órgão permanente do executivo da COREP. Sua sede está em Libreville (Gabão). É composto por um Secretário Executivo e um Secretário Executivo-Adjunto.

ARTIGO 9.º (Secretário Executivo)

O Secretário Executivo do COREP é nomeado pelo Conselho de Ministros por um mandato de quatro (4) anos, renovável uma vez na sequência de um sistema de rotação entre os Estados Membros. O Secretariado Executivo está sob sua responsabilidade.

Compete ao Secretário Executivo:

- Representar a Comissão em todos os actos da vida civil;
 - Preparar a agenda provisória e planificar a organização de sessões do Conselho de Ministros, Comité Técnico e de outros organismos da Comissão;
 - Assegurar a gestão administrativa da Comissão;
 - Executar as decisões do Conselho de Ministros;
 - Recrutar o pessoal em conformidade com as condições previstas pelo estatuto do pessoal;
 - Preparar o projecto de orçamento e que ele submete à aprovação do Comité Técnico e adopção pelo Conselho de Ministros;
 - Apresentar ao Conselho de Ministros um relatório anual de actividades e um relatório sobre o estado da execução do orçamento assinado conjuntamente com o administrador financeiro;
 - Estabelecer e manter ligações regulares com os Estados Membros, nomeadamente através dos membros do Comité Técnico;
 - Preparar a documentação sobre as medidas de gestão das pescarias a serem tomadas pelo interesse da Comissão;
 - Exercer todo o outro mandato que lhe é confiado pelo Conselho de Ministros.
- O Secretario Executivo e o ordenador dos créditos da Comissão.

ARTIGO 10.º
(Secretário Executivo-Adjunto)

O Secretário Executivo-Adjunto do COREP é nomeado pelo Conselho de Ministros, nas mesmas condições que o Secretário Executivo.

O Secretário Executivo-Adjunto é responsável pela coordenação técnica e assegura a substituição temporária do Secretário Executivo na sua ausência ou em vacatura de lugar.

ARTIGO 11.º
(Subcomité Científico)

O Subcomité Científico emite pareceres ao Comité Técnico e ao Secretariado Executivo sobre questões científicas e técnicas.

O Subcomité Científico é composto por pesquisadores e cientistas indicados pelos respectivos Estados a um número de dois elementos por Estado.

Além das tarefas acima indicadas, o Subcomité Científico é responsável por:

- Formular recomendações sobre políticas e procedimentos que regulam a recolha, processamento, análise e difusão de dados sobre a pesca e aquicultura;
- Facilitar o intercâmbio entre os cientistas e análise crítica das informações a investigação haliêutica e o funcionamento das pescarias e da aquicultura em áreas de interesse do COREP;

- Elaborar e coordenar programas de pesquisa e de investigação nos quais são associados membros da Comissão em apoio à gestão de pescarias e da OREP bem como os efeitos do novo esforço de pesca e os efeitos da intensidade de pesca e fazer um relatório Técnico para o efeito;
- Formular, se for o caso, recomendações para a gestão das pescarias e nomeadamente as aprovações e as opiniões maioritárias e minoritárias ao Comité Técnico, se for necessário;
- Analisar toda a questão submetida ao Comité Técnico;
- Realizar outras actividades técnicas do Comité Técnico.

ARTIGO 12.º
(Recursos Financeiros)

- O financiamento das actividades da Comissão é financiado por:
- Contribuições dos Estados Membros;
 - Subsídios da CEEAC;
 - Doações, legados e subvenções de particulares, bilaterais e transnacionais.
- As taxas e os termos de alocação de recursos estão sujeitos a um protocolo anexo presente na Comissão.
- Os recursos do COREP destinam-se a:
- Cobrir os custos operacionais do Secretariado;
 - Financiar as actividades, projectos e programas desenvolvidos no âmbito da Convenção.

ARTIGO 13.º
(Gestão dos Recursos Financeiros)

A gestão dos recursos financeiros da COREP é assegurada por um administrador financeiro, nomeado pelo Conselho de Ministros. O Administrador Financeiro é o responsável da COREP. O mesmo é responsável de toda a actividade financeira da COREP. Prepara anualmente um relatório sobre a execução orçamental.

ARTIGO 14.º
(Protocolos)

As Partes elaboram e adoptam protocolos adicionais referentes aos procedimentos e normas relativas ao funcionamento dos órgãos da COREP, a chave de distribuição e a escala de contribuições financeiras.

Os protocolos entram em vigor após aprovação pelo Conselho de Ministros.

ARTIGO 15.º
(Relações com a CEEAC)

No quadro da coordenação das actividades das instituições especializadas, a CEEAC estabelece as orientações de trabalho da COREP, analisa a conformidade do seu orçamento com o mandato dos Estados Membros e aprova os arranjos financeiros de ordem financeira celebrados entre a COREP e terceiros.

.CEEAC é informada a priori dos projectos de orçamento OREP bem como quaisquer negociações tendentes à lusão de um acordo com outras instituições especializadas rganizações não-governamentais e à faculdade de fazer rvações ou recomendações.

) direito de controlo da CEEAC nos assuntos administra- e orçamentais da COREP não deve reduzir o poder de são, nem a autonomia funcional da Comissão.

ARTIGO 16.º

(Cooperação com outras organizações)

Com vista a materializar os objectivos da Convenção, partes devem cooperar de todas as formas apropriadas as organizações sub-regionais, regionais e internacio- s competentes.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

ARTIGO 17.º

(Solução de Controvérsias)

Qualquer controvérsia decorrente da aplicação ou inter- tação desta Convenção será resolvida por negociação tre as Partes.

Caso contrário, as Partes devem recorrer à arbitragem em ndições a acordar por consentimento mútuo.

ARTIGO 18.º

(Assinatura)

A presente Convenção estará aberta à assinatura de todos Estados africanos ribeirinhos do Golfo da Guiné, tal como finido no artigo 2.º acima.

A Convenção é redigida nas línguas oficiais dos Estados arte ou seja, Inglês, Espanhol, Francês e Português, sendo s quatro (4) textos igualmente autênticos.

ARTIGO 19.º

(Entrada em vigor)

A presente Convenção que substitui e revoga as disposições la Convenção sobre o Desenvolvimento da Pesca no Golfo da Guiné, assinado em Libreville, a 21 de Junho de 1984, entra m vigor provisoriamente após a assinatura e definitivamente, após a realização de dois terços dos Estados, dos procedimentos constitucionais exigidos pela legislação nacional.

ARTIGO 20.º

(Depositário)

Os instrumentos de ratificação, aprovação ou adesão serão depositados na República Gabonesa, Estado sede, que é o depositário da Convenção.

ARTIGO 21.º

(Emendas)

Toda a Parte pode propor emendas à Convenção ou nos seus Protocolos anexos. Os projectos de emendas são comu- nicados a outras Partes seis (6) meses antes da sua análise. As emendas são adoptadas pelas Partes com uma maioria de dois terços e entrará em vigor trinta (30) dias após a sua adopção.

ARTIGO 22.º

(Denúncia)

Toda a Parte pode, num prazo de cinco (5) anos após a entrada em vigor, denunciar a presente Convenção, devendo notificar ao depositário sua intenção de denunciá-la.

A retirada produzirá efeito um (1) ano após a notificação.

Elaborado em Ponta Negra, aos 8 de Maio de 2009.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto Executivo n.º 272/14

de 10 de Setembro

Havendo a necessidade de se efectuar a desconcentração dos Serviços do Instituto Nacional de Segurança Social na Província de Luanda, no âmbito do previsto no Programa do Governo;

Considerando que o funcionamento das Agências de Prestação de Serviços visa aproximar os Serviços do Instituto Nacional de Segurança Social aos respectivos utentes, nomeadamente, segurados, contribuintes e beneficiários a nível de todo o País;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas do Decreto Presidencial n.º 182/14, de 28 de Julho, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, do Decreto Presidencial n.º 66/14, de 17 de Março, que aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Segurança Social, e do Decreto Executivo n.º 105/12, de 5 de Abril, que aprova o Paradigma dos Serviços Municipais e das Agências de Prestação de Serviços do INSS, determino:

1. É criada a Agência de Prestação de Serviços do Instituto Nacional de Segurança Social na Centralidade de Talatona no Município de Belas, Província de Luanda.

2. A Direcção do Instituto de Segurança Social deve, nos termos da lei, adoptar os actos e as medidas necessárias com vista à organização e funcionamento do Serviço ora criado.

3. O presente Decreto Executivo entra em vigor da data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Setembro de 2014.

O Ministro, *António Domingos Pitra Costa Neto*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 1502/14
de 10 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Zulmira João Mitange da Rocha, Técnica Média de 1.ª Classe da Carreira Técnica Média deste Ministério, nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe do Posto de Atendimento Fiscal do Kilamba da Direcção Nacional de Impostos deste Ministério.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Março de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 1503/14
de 10 de Setembro

Havendo necessidade de adequar a organização e o funcionamento dos Grupos Carnavalescos, enquanto pessoas colectivas registadas junto das entidades competentes dos órgãos da Administração Local do Estado e orientar o cumprimento da legislação em vigor sobre as associações privadas;

Convindo criar as condições para a regularização da situação e natureza jurídica dos Grupos Carnavalescos Angolanos;

Após a auscultação à Comissão Nacional Preparatória do Carnaval;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos das disposições do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º

(Forma de constituição)

Os Grupos Carnavalescos devem constituir-se de pessoas colectivas, observando o previsto no Regulamento Jurídico das associações privadas, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 18/10, de 18 de Janeiro, publicado na 1.ª série do *Diário da República* n.º 12.

ARTIGO 2.º

(Competência dos órgãos e serviços)

Compete à Direcção Nacional de Acção Cultural e às Direcções Provinciais da Cultura e os demais serviços da Administração Local do Estado que asseguram os serviços culturais, o registo, o arquivamento, o registo e suporte ao referido processo.

ARTIGO 3.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma serão resolvidas pela Ministra da Cultura.

ARTIGO 4.º

(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.